17/90 ✗

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

## RELATÓRIO

Notas de Empenhos e Receita Extra-orçamentária.

Às 15:00 horas, do dia 02 de fevereiro de 19 90 na prefeitura Municipal, presente o Sr. Prefeito Mário Márcio Zucato reuniu-se a Comissão Especial de Licitação designada pela Portaria N.o 505, para abertura das propostas e julgamento da concorrência supra referida.

## CONCORRERAM:

a) Artminas Impressos Ltda.
b)
c) Gráfica Irmãos Verçosa Ltda.
d) Beta Artes Gráficas Ltda.

IMPUGNAÇÃO:

Não Houve.

JULGAMENTO: Da análise das propostas apresentadas, a Comissão julgou vencedora a firma:

Artminas Impressos Ltda.

JUSTIFICATIVA:

A firma, acima descrita, apresentou a melhor proposta orçamentária.

Monte Sião, 02 de fevereiro de 19 90

HOMOLOGAÇÃO:

Presente o Sr. Prefeito Municipal Mário Márcio Zucato por este FOI homologado o resultado da concorrência, que apontou vencedora a firma Artminas Impressos Ltda. conforme « Quadro comparativo anexo ».

Monte Sião, 02 de fevereiro de 19 90

Prefeito Municipal

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Setor de material compras e serviços

# LICITAÇÃO

| Convite | | Tomada de preços | | Concorrência |
|---|---|---|---|---|
| Número 17/90 | | Número | | Número |
| Data 30-01-90 | | Data | | Data |

Jogos de Notas Empenho e Receita Extraorçamentária

Nome da firma BETA ARTES GRÁFICAS LTDA — Tel.

Endereço RUA CAPITÓLIO, 105 — Cx. Postal

Município BELO HORIZONTE — Estado MG — End. teleg.

Esta Prefeitura, em cumprimento às disposições legais, torna público seu interesse em adquirir os materiais abaixo especificados e convida-os a colocar neste formulário seus preços e condições para fornecimento dos mesmos, devolvendo-nos as duas primeiras vias em envelope que conste o número desta e o nome da firma até o dia 02 / 02 / 19 90

Sua resposta, de acordo com os preceitos legais, integrará um processo de licitação, constituíndo, portato, uma proposta, cuja abertura está prevista para o dia 02 / 02 / 19 90 ,às 14:00 horas, ficando V. Sas. na obrigação de aceitar a ORDEM DE COMPRA OU DE SERVIÇOS que porventura lhes seja enviada como resultado da presente licitação.

Em 30 / 01 19 90

Prefeito Municipal

| Item | Quant. | Unid | Especificação da Mercadoria | Preços Unid. | Preços total |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 2.000 | | Jogos de Nota de Empenho 50x4, em sincarbom, personalizados conforme modelo. | | 36.450,00 |
| 02 | 200 | | Fichas da Receita Extra Orçamentária, personalizados conforme modelo. | | 5.532,00 |

23995343/0001-39
BETA ARTES GRÁFICAS LTDA.
Rua Capitólio, 105
Santo André - CEP 31210
BELO HORIZONTE — MG

Data 02 fereveiro 19 90

BETA ARTES GRÁFICAS LTDA

Carimbo e Assinatura

Validade da Proposta 10 Dias

Prazo de Entrega 30 Dias

Condições de Pagamento:

à vista

Valor da Mercadoria Cz$ 41.982,00

Imposto _____ % Cz$

Desconto _____ % Cz$

Valor do Pedido _____ Cz$ 41.982,00

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Setor de material compras e serviços

# LICITAÇÃO

| Convite | | Tomada de preços | | Concorrência |
|---|---|---|---|---|
| Número 17/90 | | Número | | Número |
| Data 30-01-90 | | Data | | Data |

Jogos de Notas Emepenho e Receita Extraorçamentária.

Nome da firma GRÁFICA IRMÃOS VERÇOSA LTDA — Tel.

Endereço RUA MENDES DE OLIVEIRA, 218 — Cx. Postal

Município BELO HORIZONTE — Estado MG — End. teleg.

Esta Prefeitura, em cumprimento às disposições legais, torna público seu interesse em adquirir os materiais abaixo especificados e convida-os a colocar neste formulário seus preços e condições para fornecimento dos mesmos, devolvendo-nos as duas primeiras vias em envelope que conste o número desta e o nome da firma até o dia 02 / 02 / 19 90

Sua resposta, de acordo com os preceitos legais, integrará um processo de licitação, constituíndo, portato, uma proposta, cuja abertura está prevista para o dia 02 / 02 / 1990 ,às 15:00 horas, ficando V. Sas. na obrigação de aceitar a ORDEM DE COMPRA OU DE SERVIÇOS que porventura lhes seja enviada como resultado da presente licitação.

Em 30 / 01 19 90

Prefeito Municipal

| Item | Quant. | Unid | Especificação da Mercadoria | Preços Unid. | Preços total |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 2.000 | | Jogos de Nota de Empenho 50x4, em sincarbom, personalizados conforme modelo. | | 35.465,00 |
| 02 | 200 | | Fichas da Receita Extra Orçamentária, personalizados conforme modelo. | | 5.381,00 |

17268582/0001-94
GRÁFICA IRMÃOS VERÇOSA LTDA.
Rua Mendes de Oliveira, 218
Santo André - CEP 30.000
BELO HORIZONTE — MG

Data 30 de janeiro 19 90

GRÁFICA IRMÃOS VERÇOSA LTDA.

Carimbo e Assinatura

Validade da Proposta 10 Dias

Prazo de Entrega 30 Dias

Condições de Pagamento:

à vista

Valor da Mercadoria Cz$ 40.846,00

Imposto _____ % Cz$

Desconto _____ % Cz$

Valor do Pedido _____ Cz$ 40.846,00

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Setor de material compras e serviços

# LICITAÇÃO

| Convite | | Tomada de preços | | Concorrência |
|---|---|---|---|---|
| Número 17/90 | | Número | | Número |
| Data 30/01/90 | | Data | | Data |

Jogos de Nota Empenhos e Receita Extraorçamentária.

Nome da firma ARTMINAS IMPRESSOS LTDA — Tel. (031) 446.1020

Endereço RUA JAGUARÃO, 378 — Cx. Postal

Município BELO HORIZONTE — Estado MG — End. teleg.

Esta Prefeitura, em cumprimento às disposições legais, torna público seu interesse em adquirir os materiais abaixo especificados e convida-os a colocar neste formulário seus preços e condições para fornecimento dos mesmos, devolvendo-nos as duas primeiras vias em envelope que conste o número desta e o nome da firma até o dia 02 / 02 / 1990

Sua resposta, de acordo com os preceitos legais, integrará um processo de licitação, constituíndo, portato, uma proposta, cuja abertura está prevista para o dia 02 / 02 / 19 90 ,às 15:00 horas, ficando V. Sas. na obrigação de aceitar a ORDEM DE COMPRA OU DE SERVIÇOS que porventura lhes seja enviada como resultado da presente licitação.

Em 30 / 01 - 19 90

Prefeito Municipal

| Item | Quant. | Unid | Especificação da Mercadoria | Preços Unid. | Preços total |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 2.000 | | Jogos de Nota de Empenho 50x4, em sincarbom, personalizados conforme modelo. | | 32.838,00 |
| 02 | 200 | | Fichas da Receita Extra Orçamentária, personalizados conforme modelo. | | 4.983,04 |

Visado

21966155/0001-57
ARTMINAS IMPRESSOS LTDA.
R. Jaguarão, 378
Bonfim - CEP 31210
BELO HORIZONTE — MG

Data 02 de fevereiro 19 90

ARTMINAS IMPRESSOS LTDA.

Carimbo e Assinatura

Validade da Proposta 10 Dias

Prazo de Entrega 30 Dias

Condições de Pagamento:
30 dias

Valor da Mercadoria Cz$ 37.821,04

Imposto _____ % Cz$

Desconto _____ % Cz$

Valor do Pedido _____ Cz$ 37.821,04

39/90

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

## RELATÓRIO

Aquisição ,de Manilhas

Às 14:30 horas, do dia 23 de Maio de 1990 na prefeitura Municipal, presente o Sr. Prefeito Mario Marcio Zucato reuniu-se a Comissão Especial de Licitação designada pela Portaria N.o 505 , para abertura das propostas e julgamento da concorrência supra referida.

## CONCORRERAM:

a) Couraça-Industria Pre Moldados Mat.P/ Construção Ltda
b) Torzam Ind. e Com. de Artefatos de Cimento Ltda
c) Nelson B.Marchi & Filho Ltda.
d)

IMPUGNAÇÃO:

Naão Houve

JULGAMENTO : Da análise das propostas apresentadas, a Comissão julgou vencedora a firma:

Couraça.-Industria Pre Moldados Mat.P/ Construção Ltda

JUSTIFICATIVA

A firma, acima, descrita apresentou a melhor qualidade e condição de pagemento.

Monte Sião, 23 de Maio de 1990

HOMOLOGAÇÃO :

Presente o Sr. Prefeito Municipal Mario Marcio Zucato por este Foi homologado o resultado da concorrência, que apontou vencedora a firma Couraça.-Industria Pre Moldados Mat.P/ Construção Ltda conforme « Quadro comparativo anexo ».

Monte Sião, 23 de Maiov m de 1990

Prefeito Municipal

ARTMINAS Impressos Ltda. - Rua Jaguarão, 378 - Fone 446-1020

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Setor de material compras e serviços

# LICITAÇÃO

| Convite | | Tomada de preços | | Concorrência |
|---|---|---|---|---|
| Número 38/90 | | Número | | Número |
| Data 16-05-90 | | Data | | Data |

Manilhas para Galeria s Pluviais

Nome da firma Nelson B.Marchi & Filho Ltda. Tel. 92.3388 e 92.22

Endereço Sitio Meruoca s/n. Bairro dos Cunhas Cx. Postal 96

Município Serra Negra Estado S.Paulo End. teleg.

Esta Prefeitura, em cumprimento às disposições legais, torna público seu interesse em adquirir os materiais abaixo especificados e convida-os a colocar neste formulário seus preços e condições para fornecimento dos mesmos, devolvendo-nos as duas primeiras vias em envelope que conste o número desta e o nome da firma até o dia 23 / 05 / 1990

Sua resposta, de acordo com os preceitos legais, integrará um processo de licitação, constituíndo, portato, uma proposta, cuja abertura está prevista para o dia 23 / 05 / 1990 ,às 14:30 horas, ficando V. Sas. na obrigação de aceitar a ORDEM DE COMPRA OU DE SERVIÇOS que porventura lhes seja enviada como resultado da presente licitação.

Em 16 / 05 / 90

Prefeito Municipal

| Item | Quant. | Unid | Especificação da Mercadoria | Preços Unid. | Preços total |
|---|---|---|---|---|---|
| | 180 | | Tubos de 0,40 | 800,00 | 144.000, |

Data 16-maio-90 19

NOVA RAZÃO SOCIAL
NELSON B. MARCHI & FILHO
LTDA. - ME
NOVO CGC 59376004/0001-11

Carimbo e Assinatura

Validade da Proposta _____ Dias

Prazo de Entrega _____ Dias

Condições de Pagamento:

Valor da Mercadoria Cz$

Imposto _____ % Cz$

Desconto _____ % Cz$

Valor do Pedido _____ Cz$

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Setor de material compras e serviços

# LICITAÇÃO

| Convite | | Tomada de preços | | Concorrência |
|---|---|---|---|---|
| Número 38/90 | | Número | | Número |
| Data 16-05-90 | | Data | | Data |

Manilhas para Galeriais pluviais.

Nome da firma Torzam Ind.eCom. de Artefatos de Cimento Ltda Tel. (0192) 981400

Endereço Avenida das Fontes , 100 Cx. Postal

Município Lindóia Estado São Paulo End. teleg.

Esta Prefeitura, em cumprimento às disposições legais, torna público seu interesse em adquirir os materiais abaixo especificados e convida-os a colocar neste formulário seus preços e condições para fornecimento dos mesmos, devolvendo-nos as duas primeiras vias em envelope que conste o número desta e o nome da firma até o dia 23 / 05 / 1990

Sua resposta, de acordo com os preceitos legais, integrará um processo de licitação, constituíndo, portato, uma proposta, cuja abertura está prevista para o dia 23 / 05 / 19 90 ,às 14:30 horas, ficando V. Sas. na obrigação de aceitar a ORDEM DE COMPRA OU DE SERVIÇOS que porventura lhes seja enviada como resultado da presente licitação.

Em 16 / 05 19 90

Prefeito Municipal

| Item | Quant. | Unid | Especificação da Mercadoria | Preços | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Unid. | total |
| | 180 | | Tubos de 0,40 | 750,00 | 135.000,0 |

Data 16 maio/90 19

Validade da Proposta _____ Dias

Prazo de Entrega _____ Dias

Condições de Pagamento:

Valor da Mercadoria Cz$

Imposto _____ % Cz$

Desconto _____ % Cz$

Valor do Pedido _____ Cz$

Carimbo e Assinatura

TORZAM IND. E COM. DE ARTEF. DE CIMENTO LTDA.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Setor de material compras e serviços

# LICITAÇÃO

| Convite | | Tomada de preços | | Concorrência |
|---|---|---|---|---|
| Número 38/90. | | Número | | Número |
| Data 16-05-90 | | Data | | Data |

Manilhas para GALERIAS PLUVIAIS;

Nome da firma COURAÇA - INDUSTRIA PRÉ MOLDADOS MAT.P/ CONSTRUÇÃO LTDA Tel. 98-1225

Endereço RODOVIA LINDOIA A SOCORRO, KM 0,5 Cx. Postal 10

Município LINDÓIA Estado SÃO PAULO End. teleg.

Esta Prefeitura, em cumprimento às disposições legais, torna público seu interesse em adquirir os materiais abaixo especificados e convida-os a colocar neste formulário seus preços e condições para fornecimento dos mesmos, devolvendo-nos as duas primeiras vias em envelope que conste o número desta e o nome da firma até o dia 23 / 05 / 19 90

Sua resposta, de acordo com os preceitos legais, integrará um processo de licitação, constituíndo, portato, uma proposta, cuja abertura está prevista para o dia 23 05 / 1990 ,às 14:30 horas, ficando V. Sas. na obrigação de aceitar a ORDEM DE COMPRA OU DE SERVIÇOS que porventura lhes seja enviada como resultado da presente licitação.

Em 16 05 1990

Prefeito Municipal

| Item | Quant. | Unid | Especificação da Mercadoria | Preços | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Unid. | total |
| | 180 | | Tubos de 0,40 | 700,00 | 126.000,00 |

Data 16-maio-90 19

48166748/0001-95

COURAÇA - IND. E COM DE PRÉ-MOLDADOS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

Rod. Lindóia à Socorro - Km. 0,5

Centro - CEP 13.950

LINDÓIA - SP.

Carimbo e Assinatura

Validade da Proposta 03 Dias

Prazo de Entrega 03 Dias

Condições de Pagamento: a combinar.

Valor da Mercadoria Cz$

Imposto _____ % Cz$

Desconto _____ % Cz$

Valor do Pedido _____ Cz$

55/90

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

## RELATÓRIO

Aquisição de Notas de Empenho

Às 14:30 horas, do dia 02 de Julho de 19 90 na prefeitura Municipal, presente o Sr. Prefeito Mario Marcio Zucato reuniu-se a Comissão Especial de Licitação designada pela Portaria N.o 505, para abertura das propostas e julgamento da concorrência supra referida.

## CONCORRERAM:

a) Artminas Impressos Ltda.
b) Graficas Irmãos Verçosa Ltda.
c) Karbopress Papelaria e Editora Grafica Ltda.
d)

IMPUGNAÇÃO:

Não Houve

JULGAMENTO: Da análise das propostas apresentadas, a Comissão julgou vencedora a firma:

Artminas Impressos Ltda.

JUSTIFICATIVA:

A firma, acima descrita, apresentou a melhor qualidade como na proposta orçamentaria.

Monte Sião, 02 de Julho de 19 90

HOMOLOGAÇÃO:

Presente o Sr. Prefeito Municipal Mario Marcio Zucato por este Foi homologado o resultado da concorrência, que apontou vencedora a firma Artminas Impressos Ltda. conforme « Quadro comparativo anexo ».

Monte Sião, 02 de Julho de 19 90

Prefeito Municipal

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Setor de material compras e serviços

# LICITAÇÃO

| Convite | | Tomada de preços | | Concorrência |
|---|---|---|---|---|
| Número 55/90 | | Número | | Número |
| Data 29-06-90 | | Data | | Data |

Jogos NE

Nome da firma GRÁFICA IRMÃOS VERÇOSA LTDA — Tel.

Endereço RUA MENDES DE OLIVEIRA, 218 - SANTO ANDRÉ - — Cx. Postal

Município BELO HORIZONTE — Estado MG — End. teleg.

Esta Prefeitura, em cumprimento às disposições legais, torna público seu interesse em adquirir os materiais abaixo especificados e convida-os a colocar neste formulário seus preços e condições para fornecimento dos mesmos, devolvendo-nos as duas primeiras vias em envelope que conste o número desta e o nome da firma até o dia 02 / 07 / 1990

Sua resposta, de acordo com os preceitos legais, integrará um processo de licitação, constituíndo, portato, uma proposta, cuja abertura está prevista para o dia 02 / 07 / 1990, às 14:30 horas, ficando V. Sas. na obrigação de aceitar a ORDEM DE COMPRA OU DE SERVIÇOS que porventura lhes seja enviada como resultado da presente licitação.

Em 29 / 06 / 1990

Prefeito Municipal

| Item | Quant. | Unid | Especificação da Mercadoria | Preços Unid. | Preços total |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 3.000 | | Jogos de Nota de Empenho 50x4 em sincarbom, conforme modelo. | | 288.694,00 |

17.268.582/0001-94
GRÁFICA IRMÃOS VERÇOSA LTDA
Rua Mendes de Oliveira, 218
Santo André - CEP 31210
BELO HORIZONTE — MG

Data 29 de Junho 1990

GRÁFICA IRMÃOS VERÇOSA LTDA

Carimbo e Assinatura

Validade da Proposta 10 Dias

Prazo de Entrega 30 Dias

Condições de Pagamento:

Almoxarifado

Valor da Mercadoria Cz$ 288.694,00

Imposto _____ % Cz$

Desconto _____ % Cz$

Valor do Pedido _____ Cz$ 288.694,00

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

*ESTADO DE MINAS GERAIS*

Setor de material compras e serviços

# LICITAÇÃO

| Convite | | Tomada de preços | | Concorrência |
|---|---|---|---|---|
| Número 55/90 | | Número | | Número |
| Data 29-06-90 | | Data | | Data |

Jogos NE

Nome da firma KARBOPRESS PAPELARIA E EDITORA GRÁFICA LTDA — Tel.

Endereço RUA MARIANA, 328 - BONFIM - — Cx. Postal

Município BELO HORIZONTE — Estado MG — End. teleg.

Esta Prefeitura, em cumprimento às disposições legais, torna público seu interesse em adquirir os materiais abaixo especificados e convida-os a colocar neste formulário seus preços e condições para fornecimento dos mesmos, devolvendo-nos as duas primeiras vias em envelope que conste o número desta e o nome da firma até o dia 02 /07 / 1990

Sua resposta, de acordo com os preceitos legais, integrará um processo de licitação, constituíndo, portato, uma proposta, cuja abertura está prevista para o dia 02 /07 / 1990 ,às 14:30 horas, ficando V. Sas. na obrigação de aceitar a ORDEM DE COMPRA OU DE SERVIÇOS que porventura lhes seja enviada como resultado da presente licitação.

Em 29 / 06 19 90

Prefeito Municipal

| Item | Quant. | Unid | Especificação da Mercadoria | Preços Unid. | Preços total |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 3.000 | | Jogos de Nota de Empenho 50x4 em sincarbom, conforme modelo. | | 296.713,00 |

38541561/0001-70
KARBOPRESS PAPELARIA E EDITORA GRÁFICA LTDA.
Rua Mariana, 328
Bonfim - CEP 31210
BELO HORIZONTE - MG

Data 29 de Junho 1990

Karbopress Papelaria e Editora Gráfica Ltda.

Carimbo e Assinatura

Validade da Proposta 10 Dias

Prazo de Entrega 30 Dias

Condições de Pagamento:

À VISTA

Valor da Mercadoria Cz$ 296.713,00

Imposto _____ % Cz$

Desconto _____ % Cz$

Valor do Pedido _____ Cz$ 296.713,00

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Setor de material compras e serviços

# LICITAÇÃO

| Convite | | Tomada de preços | | Concorrência |
|---|---|---|---|---|
| Número 55/90 | | Número | | Número |
| Data 29-06-90 | | Data | | Data |

Jogos de NE

Nome da firma ARTMINAS IMPRESSOS LTDA — Tel.

Endereço RUA MARIANA, 280 - BONFIM - — Cx. Postal

Município BELO HORIZONTE — Estado MG — End. teleg.

Esta Prefeitura, em cumprimento às disposições legais, torna público seu interesse em adquirir os materiais abaixo especificados e convida-os a colocar neste formulário seus preços e condições para fornecimento dos mesmos, devolvendo-nos as duas primeiras vias em envelope que conste o número desta e o nome da firma até o dia 02 / 07 / 1990

Sua resposta, de acordo com os preceitos legais, integrará um processo de licitação, constituíndo, portato, uma proposta, cuja abertura está prevista para o dia 02 / 07 / 1990 ,às 14:30 horas, ficando V. Sas. na obrigação de aceitar a ORDEM DE COMPRA OU DE SERVIÇOS que porventura lhes seja enviada como resultado da presente licitação.

Em 29 / 06 / 90

Prefeito Municipal

| Item | Quant. | Unid | Especificação da Mercadoria | Preços Unid. | Preços total |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 3.000 | | Jogos de Nota de Empenho 50x4, conforme modelo. (em sincarbom.), | | 267.309,00 |

21966155/0001-57

ARTMINAS IMPRESSOS LTDA.

Rua Mariana, 280

Bonfim - CEP 31210

BELO HORIZONTE — MG

Data 29 de Junho 19 90

ARTMINAS IMPRESSOS LTDA.

Carimbo e Assinatura

Validade da Proposta 10 Dias

Prazo de Entrega 30 Dias

Condições de Pagamento:

C/apres.

Valor da Mercadoria Cz$ 267.309,00

Imposto ____ % Cz$

Desconto ____ % Cz$

Valor do Pedido ____ Cz$ 267.309,00

44/90

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

## RELATÓRIO

Aquisição de "SOFT" para computador- programa- multi usuário.

Às 14:30 horas, do dia 22 de junho de 19 90 na prefeitura Municipal, presente o Sr. Prefeito Mário Márcio Zucato, C/nomeação ao Sr. Carlos Faraco- Secretário. reuniu-se a Comissão Especial de Licitação designada pela Portaria N.o 505/90 , para abertura das propostas e julgamento da concorrência supra referida.

## CONCORRERAM:

a) COOPERDATA PROCESSAMENTO DE DADOS
b) DATOR SISTEMAS E EQUIPAMENTOS LTDA.
c) TROPPUS INFORMÁTICA S/A
d) -

IMPUGNAÇÃO: Não Houve.

JULGAMENTO : Da análise das propostas apresentadas, a Comissão julgou vencedora a firma: COOPERDATAPROCESSAMENTO DE DADOS

JUSTIFICATIVA :

A referida firma, acima descrita, apresentou a melhor proposta orçamentária e a melhor condição para pagamento. A firma Troppus Informática S/A- não apresentou o quadro completo da aquisição.

Monte Sião, 22 de junho de 19 90

HOMOLOGAÇÃO :

Presente o Sr. Prefeito Municipal Mário Márcio Zucato C/nomeação ao Sr. Carlos Faraco-Secretário. por este FOI homologado o resultado da concorrência, que apontou vencedora a firma Cooperdata Processamento de Dados.

conforme « Quadro comparativo anexo ».

Monte Sião 22 de junho de 19 90

Prefeito Municipal
P/ Sr. Secretário.

ARTMINAS Impressos Ltda. - Rua Jaguarão, 378 - Fone 446-1020

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Setor de material compras e serviços

# LICITAÇÃO

| Convite | | Tomada de preços | | Concorrência |
|---|---|---|---|---|
| Número 44/90 | | Número | | Número |
| Data 19-06-90 | | Data | | Data |

Aquisição de "SOFT" para computador- programa- multi usuário.

| | | | |
|---|---|---|---|
| Nome da firma | TROPPUS INFORMÁTICA S/A | | Tel. (011) 548-6555 |
| Endereço | RUA AGOSTINO TOGNERI, 92 - Sto. Amaro | | Cx. Postal |
| Município | SÃO PAULO - CEP 04690 | Estado São Paulo | End. teleg. |

Esta Prefeitura, em cumprimento às disposições legais, torna público seu interesse em adquirir os materiais abaixo especificados e convida-os a colocar neste formulário seus preços e condições para fornecimento dos mesmos, devolvendo-nos as duas primeiras vias em envelope que conste o número desta e o nome da firma até o dia 22 / 06 / 1990

Sua resposta, de acordo com os preceitos legais, integrará um processo de licitação, constituíndo, portato, uma proposta, cuja abertura está prevista para o dia 22 / 06 / 1990 ,às 14:30 horas, ficando V. Sas. na obrigação de aceitar a ORDEM DE COMPRA OU DE SERVIÇOS que porventura lhes seja enviada como resultado da presente licitação.

Em 19 / 06 / 19 90

Prefeito Municipal

| Item | Quant. | Unid | Especificação da Mercadoria | Preços Unid. | Preços total |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | SOFTWARE APLICATIVO | | |
| 01 | 01 | | Sistema de IPTU ..... | não fornecido | |
| 02 | 01 | | COBOL II - MB , última versão ..... | 120.000 | 120.000,00 |

Data 21 de junho 19 90

Carimbo e Assinatura

Validade da Proposta 15 Dias

Prazo de Entrega 40 Dias

Condições de Pagamento:

À Vista

Valor da Mercadoria Cz$ 120.000,00

Imposto ____ % Cz$

Desconto ____ % Cz$

Valor do Pedido ____ Cz$

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

*ESTADO DE MINAS GERAIS*

Setor de material compras e serviços

# LICITAÇÃO

| Convite | | Tomada de preços | | Concorrência |
|---|---|---|---|---|
| Número 44/90 | | Número | | Número |
| Data 19:06:90 | | Data | | Data |

Aquisição de "SOFT" para computador-programa- multi usuário

Nome da firma DATOR Sistemas e Equipamentos S.A. Tel. (0152) 32-1105

Endereço RUA PENHA, 725 Cx. Postal

Município SOROCABA - CEP 18010 Estado São Paulo End. teleg.

Esta Prefeitura, em cumprimento às disposições legais, torna público seu interesse em adquirir os materiais abaixo especificados e convida-os a colocar neste formulário seus preços e condições para fornecimento dos mesmos, devolvendo-nos as duas primeiras vias em envelope que conste o número desta e o nome da firma até o dia 22 / 06 / 19 90

Sua resposta, de acordo com os preceitos legais, integrará um processo de licitação, constituíndo, portato, uma proposta, cuja abertura está prevista para o dia 22 / 06 / 19 90 ,às 14:30 horas, ficando V. Sas. na obrigação de aceitar a ORDEM DE COMPRA OU DE SERVIÇOS que porventura lhes seja enviada como resultado da presente licitação.

Em 19 / 06 / 19 90

Prefeito Municipal

| Item | Quant. | Unid | Especificação da Mercadoria | Preços Unid. | Preços total |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | SOFTWARE APLICATIVO | | |
| 01 | 01 | | Sistema de IPTU ..... | 550.000,00 | 550.000,00 |
| 02 | 01 | | COBOL II - MB, última versão ..... | 95.250,00 | 95.250,00 |

Data 22 DE JUNHO 19 90

DATOR SISTEMAS E EQUIPAMENTOS S/A.

Carimbo e Assinatura

Validade da Proposta 05 Dias

Prazo de Entrega IMEDIATO Dias

Condições de Pagamento:

CONTRA ENTREGA

Valor da Mercadoria Cz$ 645.250,00

Imposto INCLUSO % Cz$

Desconto INCLUSO % Cz$

Valor do Pedido Cz$ 645.250,00

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Setor de material compras e serviços

# LICITAÇÃO

| Convite | | Tomada de preços | | Concorrência |
|---|---|---|---|---|
| Número 44/90 | | Número | | Número |
| Data 19:06:90 | | Data | | Data |

Aquisição de "SOFT" para computador-programa- multi usuário.

Nome da firma COOPERDATA PROCESSAMENTO DE DADOS — Tel. (0192) 51-1931

Endereço RUA REDENÇÃO DA SERRA, 333 - J. Flamboyant — Cx. Postal

Município CAMPINAS - CEP 13 093 — Estado São Paulo — End. teleg.

Esta Prefeitura, em cumprimento às disposições legais, torna público seu interesse em adquirir os materiais abaixo especificados e convida-os a colocar neste formulário seus preços e condições para fornecimento dos mesmos, devolvendo-nos as duas primeiras vias em envelope que conste o número desta e o nome da firma até o dia 22 / 06 / 1990

Sua resposta, de acordo com os preceitos legais, integrará um processo de licitação, constituíndo, portato, uma proposta, cuja abertura está prevista para o dia 22 / 06 / 1990 ,às 14:30 horas, ficando V. Sas. na obrigação de aceitar a ORDEM DE COMPRA OU DE SERVIÇOS que porventura lhes seja enviada como resultado da presente licitação.

Em 19 / 06 1990

Prefeito Municipal

| Item | Quant. | Unid | Especificação da Mercadoria | Preços Unid. | Preços total |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | --SOFTWARE APLICATIVO -- | | |
| 01 | 01 | | Sistema de IPTU ..... | | 503.674,00 |
| 02 | 01 | | COBOL II - MB, última versão ..... | | 91.577,20 |

VENCEDOR

Data 21 de Junho 1990.

Validade da Proposta _____ Dias

Prazo de Entrega imediato Dias

Condições de Pagamento: 50% na assinatura do contrato, 50 % 30 dias.

Valor da Mercadoria Cz$ 595.251,20

Imposto _____ % Cz$

Desconto _____ % Cz$

Valor do Pedido _____ Cz$ 595.251,20

COOPERDATA Processamento de Dados Com. e Repr. Ltda ME

Carimbo e Assinatura

58/90 ✕

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

## RELATÓRIO

Blocos para calaçamento da Rua:Tancredo Neves.

Às 14:00 horas, do dia 19 de julho de 19 90 na prefeitura Municipal, presente o Sr. Prefeito Mário Márcio Zucato reuniu-se a Comissão Especial de Licitação designada pela Portaria N.o 5 05, para abertura das propostas e julgamento da concorrência supra referida.

## CONCORRERAM:

a) UIRAPURU IND.COM.LTDA.
b) JESUS JOSÉ PEREIRA & CIA LTDA
c) PEDRO LUIZ DE SOUZA
d) –

IMPUGNAÇÃO:
Não Houve.

JULGAMENTO: Da análise das propostas apresentadas, a Comissão julgou vencedora a firma:
Uirapuru Ind.Com.Ltda.

JUSTIFICATIVA: A firma, acima descrita,apresentou a melhor proposta.

Monte Sião, 19de julho de 19 90

HOMOLOGAÇÃO:

Presente o Sr. Prefeito Municipal Mário Márcio Zucato por este FOI homologado o resultado da concorrência, que apontou vencedora a firma UIRAPURU IND.COM.LTDA. conforme « Quadro comparativo anexo ».

Monte Sião, 19de julho de 19 90

Prefeito Municipal

ARTMINAS Impressos Ltda. - Rua Jaguarão, 378 - Fone 446-1020

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Setor de material compras e serviços

# LICITAÇÃO

| Convite | | Tomada de preços | | Concorrência |
|---|---|---|---|---|
| Número 58/90 | | Número | | Número |
| Data 16-07-90 | | Data | | Data |

Blocos para Calçamento da Rua:Tancredo Neves.

Nome da firma PEDRO LUIZ DE SOUZA — Tel.

Endereço Rua:Antonio Amâncio, 174 — Cx. Postal

Município Ouro Fino — Estado MG — End. teleg.

Esta Prefeitura, em cumprimento às disposições legais, torna público seu interesse em adquirir os materiais abaixo especificados e convida-os a colocar neste formulário seus preços e condições para fornecimento dos mesmos, devolvendo-nos as duas primeiras vias em envelope que conste o número desta e o nome da firma até o dia 19 / 07 / 1990

Sua resposta, de acordo com os preceitos legais, integrará um processo de licitação, constituíndo, portato, uma proposta, cuja abertura está prevista para o dia 19/ 07 / 19 90 ,às 14:00 horas, ficando V. Sas. na obrigação de aceitar a ORDEM DE COMPRA OU DE SERVIÇOS que porventura lhes seja enviada como resultado da presente licitação.

Em 16 / 07 19 90

Prefeito Municipal

| Item | Quant. | Unid | Especificação da Mercadoria | Preços Unid. | Preços total |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | Blocos para calçamento de Rua:Tancredo Neves | | 100.990,00 |

25 526 443 / 0001 - 41

Data 19

PEDRO LUIZ DE SOUZA ME

RUA ANTONIO AMANCIO, 174

BAIRRO VARGEM — CEP 37570

OURO FINO — MG

Pedro Luiz de Souza

Carimbo e Assinatura

Validade da Proposta 03 Dias

Prazo de Entrega 25 Dias

Condições de Pagamento: A Vista.

Valor da Mercadoria Cz$ 100.990,00

Imposto _____ % Cz$

Desconto _____ % Cz$

Valor do Pedido _____ Cz$

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Setor de material compras e serviços

# LICITAÇÃO

| Convite | | Tomada de preços | | Concorrência |
|---|---|---|---|---|
| Número 58/90 | | Número | | Número |
| Data 16-07-90 | | Data | | Data |

Blocos para Calçamento Rua Tancredo Neves.

Nome da firma Jésus Jos Pereira & Cia.Ltda. Tel.

Endereço Rua:Miranda Neto, 204 Cx. Postal

Município Ouro Fino Estado MG End. teleg.

Esta Prefeitura, em cumprimento às disposições legais, torna público seu interesse em adquirir os materiais abaixo especificados e convida-os a colocar neste formulário seus preços e condições para fornecimento dos mesmos, devolvendo-nos as duas primeiras vias em envelope que conste o número desta e o nome da firma até o dia 19 / 07 / 19 90

Sua resposta, de acordo com os preceitos legais, integrará um processo de licitação, constituíndo, portato, uma proposta, cuja abertura está prevista para o dia 19 / 07 / 19 90 ,às 14:00 horas, ficando V. Sas. na obrigação de aceitar a ORDEM DE COMPRA OU DE SERVIÇOS que porventura lhes seja enviada como resultado da presente licitação.

Em 16 / 07 19 90

Prefeito Municipal

| Item | Quant. | Unid | Especificação da Mercadoria | Preços Unid. | Preços total |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | Blocos para calçamento Rua:Tancredo Neves. | | 100.980,00 |

Data

28.808.314/0001-10

JÉSUS JOSÉ PEREIRA & CIA. LTDA.
MG

RUA MIRANDA NETO, 204
BAIRRO BELA VISTA – CEP 37570
OURO FINO MG

Carimbo e Assinatura

Validade da Proposta 03 Dias

Prazo de Entrega 35 Dias

Condições de Pagamento:
A Vista.

Valor da Mercadoria Cz$ 100.980,00

Imposto _____ % Cz$

Desconto _____ % Cz$

Valor do Pedido _____ Cz$

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Setor de material compras e serviços

# LICITAÇÃO

| Convite | | Tomada de preços | | Concorrência |
|---|---|---|---|---|
| Número 58/90 | | Número | | Número |
| Data 16-07-90 | | Data | | Data |

Blocos para Claçamento da Rua: Tancredo Neves

Nome da firma Uirapuru Ind.Com.Ltda. Tel.

Endereço Av.Joaquim F.Assis, 555 Cx. Postal

Município Ouro Fino Estado MG End. teleg.

Esta Prefeitura, em cumprimento às disposições legais, torna público seu interesse em adquirir os materiais abaixo especificados e convida-os a colocar neste formulário seus preços e condições para fornecimento dos mesmos, devolvendo-nos as duas primeiras vias em envelope que conste o número desta e o nome da firma até o dia 19 / 07 / 19 90

Sua resposta, de acordo com os preceitos legais, integrará um processo de licitação, constituíndo, portato, uma proposta, cuja abertura está prevista para o dia 19/ 07 / 1990 ,às 14:00 horas, ficando V. Sas. na obrigação de aceitar a ORDEM DE COMPRA OU DE SERVIÇOS que porventura lhes seja enviada como resultado da presente licitação.

Em 16 / 07 / 19 90

Prefeito Municipal

| Item | Quant. | Unid | Especificação da Mercadoria | Preços Unid. | Preços total |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | Blocos para calçamento Rua:Tancredo Nebes | | 100.760,00 |

Data 19

22475396/0001-66

UIRAPURU IND. E COM. LTDA.
AV. JOAQUIM FRANCISCO DE ASSIS, 555
CENTRO - CEP 37570
OURO FINO - MG

Carimbo e Assinatura

Validade da Proposta 03 Dias

Prazo de Entrega imediata Dias

Condições de Pagamento:
A Combinar

Valor da Mercadoria Cr$ 100.760,00

Imposto _____ % Cr$

Desconto _____ % Cr$

Valor do Pedido _____ Cr$

33/90 x

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

## RELATÓRIO

Aquisiçaõ de peças para câmbio TOYOTA SMER= SUOP.

Às 13:00 horas, do dia 26 de abril de 19 90 na prefeitura Municipal, presente o Sr. Prefeito Mário Márcio Zucato reuniu-se a Comissão Especial de Licitação designada pela Portaria N.o 505, para abertura das propostas e julgamento da concorrência supra referida.

## CONCORRERAM:

a) Itapira Auto Peças Ltda.
b) Alfa Auto Peças Ltda.
c) Mecânica Fracarolli Ltda.
d) –

IMPUGNAÇÃO:
Não Houve.

JULGAMENTO: Da análise das propostas apresentadas, a Comissão julgou vencedora a firma: Itapira Auto Peças Ltda.

JUSTIFICATIVA: A firma, acima descrita, apresentou a melhor proposta e a condição de pagamento.

Monte Sião, 26 de abril de 19 90

HOMOLOGAÇÃO:

Mário Márcio Zucato
FOI Presente o Sr. Prefeito Municipal por este homologado o resultado da concorrência, que apontou vencedora a firma Itapira Auto Peças Ltda. conforme « Quadro comparativo anexo ».

Monte Sião, 26 de abril de 19 90

Prefeito Municipal

ARTMINAS Impressos Ltda. - Rua Jaguarão, 378 - Fone 446-1020

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Setor de material compras e serviços

# LICITAÇÃO

| Convite | | Tomada de preços | | Concorrência |
|---|---|---|---|---|
| Número 30/90 | | Número | | Número |
| Data 23-04-90 | | Data | | Data |

Aquisiçaõ de peças para câmbio TOYOTA-SUOP/SMER.

Nome da firma **MECANICA FRACAROLLI LTDA.** Tel. **0192-631730**

Endereço **RUA VILA LOBBOS? 34** Cx. Postal

Município **ITAPIRA** Estado **SÃO PAULO-SP** End. teleg.

Esta Prefeitura, em cumprimento às disposições legais, torna público seu interesse em adquirir os materiais abaixo especificados e convida-os a colocar neste formulário seus preços e condições para fornecimento dos mesmos, devolvendo-nos as duas primeiras vias em envelope que conste o número desta e o nome da firma até o dia 26 / 04 / 1990

Sua resposta, de acordo com os preceitos legais, integrará um processo de licitação, constituíndo, portato, uma proposta, cuja abertura está prevista para o dia 26 / 04 / 19 90 ,às 13:00 horas, ficando V. Sas. na obrigação de aceitar a ORDEM DE COMPRA OU DE SERVIÇOS que porventura lhes seja enviada como resultado da presente licitação.

Em 23 / 04 / 19 90

Prefeito Municipal

| Item | Quant. | Unid | Especificação da Mercadoria | Preços Unid. | Preços total |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 1 | | ENGRENAGEM DUPLA DA CX. REDUÇÃO | | 22.580,00 |
| 2 | 1 | | ENGRENAGEM PEQUENA CX. REDUÇÃO | | 8.016,00 |
| 3 | 2 | | ARROELAS DE ENCOSTO | 1.010,00 | 2.020,00 |
| 4 | 3 | | MOLAS TRAVA | 150,00 | 450,00 |
| 5 | 1 | | JOGO DE JUNTAS DO CAMBIO | | 835,00 |
| 6 | 2 | | ANÉIS TRAVA | 110,00 | 220,00 |
| 7 | 2 | | ROLAMENTOS 27.307 E | 7.100,00 | 14.200,00 |
| 8 | 1 | | ROLAMENTO 6.308 ZNR | | 4.180,00 |
| 9 | 1 | | ROLAMENTO 63/32 | | 4.815,00 |
| 10 | 3 | | RETENTORES | 850,00 | 2.550,00 |
| 11 | 1 | | GUARDA PÓ TOMADA DE FORÇA | | 465,00 |
| 12 | 1 | | EIXO ENTALHADO | | 17.129,00 |
| 13 | 1 | | LANTERNA TRAZEIRA | | 1.830,00 |
| 14 | 1 | | GUARDA PÓ DO GARFO | | 921,00 |
| 15 | 1 | | CABO DO VELOCIMETRO | | 1.280,00 |
| 16 | 1 | | DISCO DA EMBREAGEM | | 8.210,00 |
| 17 | 1 | | CRUZETA DO CARDAN | | 3.400,00 |
| 18 | 1 | | JOGO DE LONAS DO FREIO DE MÃO | | 1.730,00 |
| 19 | 1 | | CABO DO FREIO DE MÃO | | 1.850,00 |
| 20 | 1 | | TANQUE DE COMBUSTIVEL | | 23.130,00 |
| 21 | 1 | | PINHÃO DO VELOCIMETRO | | 5.010,00 |
| 22 | 1 | | COROA DO VELOCIMETRO | | 3.890,00 |
| 23 | 1 | | EIXO DA REDUZIDA | | 5.650,00 |
| 24 | 2 | | ROLAMENTOS DE AGULHA | 2.900,00 | 5.800,00 |

Data 24 abril 1990

Carimbo e Assinatura Ltda.

Validade da Proposta 03 Dias

Prazo de Entrega 03 Dias

Condições de Pagamento:

A Vista.

Valor da Mercadoria Cz$ 140.161,00

Imposto _____ % Cz$

Desconto _____ % Cz$

Valor do Pedido 140.161,00 Cz$

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Setor de material compras e serviços

# LICITAÇÃO

| Convite | | Tomada de preços | | Concorrência |
|---|---|---|---|---|
| Número 30/90 | | Número | | Número |
| Data 23-04-90 | | Data | | Data |

Aquisição de peças para o câmbio TOYOTA=SUOP/SMER.

| | | | |
|---|---|---|---|
| Nome da firma | ALFA AUTO PEÇAS LTDA. | | Tel. 0192-630626 |
| Endereço | Rua Com. Funabashi Tokuji, 170 | | Cx. Postal |
| Município | Itapira | Estado São Paulo | End. teleg. |

Esta Prefeitura, em cumprimento às disposições legais, torna público seu interesse em adquirir os materiais abaixo especificados e convida-os a colocar neste formulário seus preços e condições para fornecimento dos mesmos, devolvendo-nos as duas primeiras vias em envelope que conste o número desta e o nome da firma até o dia 26 / 04 / 19 90

Sua resposta, de acordo com os preceitos legais, integrará um processo de licitação, constituíndo, portato, uma proposta, cuja abertura está prevista para o dia 26 / 04 / 19 90 ,às 13:00 horas, ficando V. Sas. na obrigação de aceitar a ORDEM DE COMPRA OU DE SERVIÇOS que porventura lhes seja enviada como resultado da presente licitação.

Em 23 / 04 / 19 90

Prefeito Municipal

| Item | Quant. | Unid | Especificação da Mercadoria | Preços Unid. | Preços total |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 01 | | ENGRENAGEM DUPLA DA CAIXA REDUÇÃO | | 21.020,00 |
| 02 | 01 | | ENGRENAGEM PEQUENA DA CAIXA DE REDUÇÃO | | 7.580,00 |
| 03 | 02 | | ARROELAS DE ENCOSTO REDUÇÃO | 885,00 | 1.770,00 |
| 04 | 03 | | MOLAS DE TRAVA | 120,00 | 360,00 |
| 05 | 01 | | JOGO DE JUNTAS DO CAMBIO | | 640,00 |
| 06 | 02 | | ANÉIS DE TRAVA | 95,00 | 190,00 |
| 07 | 02 | | ROLAMENTOS 27.307-E | 6.670,00 | 13.340,00 |
| 08 | 01 | | ROLAMENTO 6.308 ZNR | | 3.760,00 |
| 09 | 01 | | ROLAMENTO 63/32 | | 3.916,00 |
| 10 | 03 | | RETENTORES | 730,00 | 2.190,00 |
| 11 | 01 | | GUARDA PÓ TOMADA DE FORÇA | | 385,00 |
| 12 | 01 | | EIXO ENTALHADO | | 15.898,00 |
| 13 | 01 | | LANTERNA TRAZEIRA | | 1.618,00 |
| 14 | 01 | | GUARDA PÓ DO GARFO | | 635,00 |
| 15 | 01 | | CABO DO VELOCIMETRO | | 1.015,00 |
| 16 | 01 | | DISCO DA EMBREAGEM | | 7.639,00 |
| 17 | 01 | | CRUZETA DO CARDAN | | 3.012,00 |
| 18 | 01 | | JOGO DE LONAS DO FREIO DE MÃO | | 1.589,00 |
| 19 | 01 | | CABO DO FREIO DE MÃO | | 1.619,00 |
| 20 | 01 | | TANQUE DE COMBUSTIVEL | | 21.011,00 |
| 21 | 01 | | PINHÃO DO VELOCIMETRO | | 4.560,00 |
| 22 | 01 | | COROA DO VELOCIMETRO | | 3.410,00 |
| 23 | 01 | | EIXO DA REDUZIDA | | 5.020,00 |
| 24 | 02 | | ROLAMENTOS DE AGULHA | 2.500,00 | 5.000,00 |

Data 23 abril 1990

ALFA AUTO PEÇAS LTDA

Carimbo e Assinatura

Validade da Proposta 03 Dias

Prazo de Entrega 03 Dias

Condições de Pagamento:
A Vista.

Valor da Mercadoria Cz$ 127.177,00

Imposto _____ % Cz$

Desconto _____ % Cz$

Valor do Pedido _____ Cz$ 127.177,00

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Setor de material compras e serviços

# LICITAÇÃO

| Convite | | Tomada de preços | | Concorrência |
|---|---|---|---|---|
| Número 30/90 | | Número | | Número |
| Data 23-04-90 | | Data | | Data |

Aquisição de peças para cambio TOYOTA-SWOP/SMER.

Nome da firma ITAPIRA AUTO PEÇAS LTDA.-FILIAL — Tel. 0192-941913

Endereço Rua Rio de Janeiro, 1.009 — Cx. Postal

Município Águas de Lindóia — Estado São Paulo — End. teleg.

Esta Prefeitura, em cumprimento às disposições legais, torna público seu interesse em adquirir os materiais abaixo especificados e convida-os a colocar neste formulário seus preços e condições para fornecimento dos mesmos, devolvendo-nos as duas primeiras vias em envelope que conste o número desta e o nome da firma até o dia 26 / 04 / 19 90

Sua resposta, de acordo com os preceitos legais, integrará um processo de licitação, constituíndo, portato, uma proposta, cuja abertura está prevista para o dia 26 / 04 / 1990 ,às 13:00 horas, ficando V. Sas. na obrigação de aceitar a ORDEM DE COMPRA OU DE SERVIÇOS que porventura lhes seja enviada como resultado da presente licitação.

Em 23 / 04 19 90

Prefeito Municipal

| Item | Quant. | Unid | Especificação da Mercadoria | Preços Unid. | Preços total |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 01 | | engrenagem dupl a da caixa de redução | | 20.784,00 |
| 02 | 01 | | engrenagem menor da caixa de redução | | 7.300,00 |
| 03 | 02 | | arroelas de encosto | 830,00 | 1.660,00 |
| 04 | 03 | | molas trava | 100,00 | 300,00 |
| 05 | 01 | | jogo de juntas do cambio | | 580,00 |
| 06 | 02 | | anéis de trava | 80,00 | 160,00 |
| 07 | 02 | | rolamentos 27.307 E | 6.300,00 | 12.600,00 |
| 08 | 01 | | rolamento 6.308 ZNR | | 3.400,00 |
| 09 | 01 | | rolamento 63/32 | | 3.500,00 |
| 10 | 03 | | retentores | | 2.000,00 |
| 11 | 01 | | guarda pó | | 350,00 |
| 12 | 01 | | eixo entalhado | | 15.200,00 |
| 13 | 01 | | lanterna trazeira completa | | 1.480,00 |
| 14 | 01 | | guarda pó do garfo | | 595,00 |
| 15 | 01 | | cabo do velocimetro | | 953,00 |
| 16 | 01 | | disco da embreagem | | 7.300,00 |
| 17 | 01 | | cruzeta do cardan | | 2.780,00 |
| 18 | 01 | | jogo de lonas do freio de mão | | 1.450,00 |
| 19 | 01 | | cabo do freio de mão | | 1.460,00 |
| 20 | 01 | | tanque de combustivel | | 19.863,00 |
| 21 | 01 | | pinhão do velocimetro | | 4.450,00 |
| 22 | 01 | | coroa do velocimetro | | 3.280,00 |
| 23 | 01 | | eixo da reduzida | | 4.800,00 |
| 24 | 02 | | rolamentos de agulha | 2.340,00 | 4.680,00 |

Data 26 abril 19 90

Wilson Desho

ITAPIRA AUTO PEÇAS LTDA.

Carimbo e Assinatura

Validade da Proposta 03 Dias

Prazo de Entrega imediata Dias

Condições de Pagamento: A combinar.

Valor da Mercadoria Cz$ 120.925,00

Imposto _____ % Cz$

Desconto _____ % Cz$

Valor do Pedido _____ Cz$ 120.925,00

22/90 *

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

## RELATÓRIO

Peças para Ford F 350

Às 13:00 horas, do dia 30 de março de 19 90 na prefeitura Municipal, presente o Sr. Prefeito Mário Márcio Zucato reuniu-se a Comissão Especial de Licitação designada pela Portaria N.o 595, para abertura das propostas e julgamento da concorrência supra referida.

## CONCORRERAM:

a) ITAPIRA AUTO PEÇAS LTDA.
b) ALFA AUTO PEÇAS LTDA.
c) MECÂNICA FRACAROLLI LTDA.
d)

IMPUGNAÇÃO:
Não Houve.

JULGAMENTO: Da análise das propostas apresentadas, a Comissão julgou vencedora a firma:
A- Itapira Auto Peças Ltda.-

JUSTIFICATIVA:
A firma, acima descrita, apresentou a melhor proposta orçamentária.

Monte Sião, 30 de março de 19 90

HOMOLOGAÇÃO:
Presente o Sr. Prefeito Municipal Mário Márcio Zucato
por este FOI homologado o resultado da concorrência, que apontou vencedora a firma Itapira Auto Peças Ltda.
conforme « Quadro comparativo anexo ».

Monte Sião, 30 de março de 19 90

Prefeito Municipal

ARTMINAS Impressos Ltda. - Rua Jaguarão, 378 - Fone 446-1020

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Setor de material compras e serviços

# LICITAÇÃO

| Convite | | Tomada de preços | | Concorrência |
|---|---|---|---|---|
| Número 22/90 | | Número | | Número |
| Data 27-03-90 | | Data | | Data |

Peças para Ford F 350

Nome da firma **MECANICA FRACAROLI LTDA.** Tel. **0192-631730**

Endereço **Rua Vila Lobos, 20** Cx. Postal

Município **Itapira** Estado **Sp** End. teleg.

Esta Prefeitura, em cumprimento às disposições legais, torna público seu interesse em adquirir os materiais abaixo especificados e convida-os a colocar neste formulário seus preços e condições para fornecimento dos mesmos, devolvendo-nos as duas primeiras vias em envelope que conste o número desta e o nome da firma até o dia 30 / 03 / 19 90

Sua resposta, de acordo com os preceitos legais, integrará um processo de licitação, constituíndo, portato, uma proposta, cuja abertura está prevista para o dia 30 / 03 / 1990 ,às 13:00 horas, ficando V. Sas. na obrigação de aceitar a ORDEM DE COMPRA OU DE SERVIÇOS que porventura lhes seja enviada como resultado da presente licitação.

Em 27 / 03 19 90

Prefeito Municipal

| Item | Quant. | Unid | Especificação da Mercadoria | Preços Unid. | Preços total |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 1 | | reparo do cilindro mestre Bendix | | 6.800,00 |
| 02 | 1 | | reparo do hidrovácuo Bendix | | 9.780,00 |
| 03 | 2 | | latas de óleo de freio | | 880,00 |
| 04 | 4 | | borrachas de freio | | 680,00 |
| 05 | 4 | | guarda pós de freio | | 680,00 |
| 06 | 1 | | platinado da reduzida | | 1.300,00 |
| 07 | 1 | | guarda pó do semi eixo | | 700,00 |
| 08 | 1 | | barra longa da direção TRW | | 18.800,00 |
| 09 | 1 | | motor da réduzida | | 7.500,00 |
| 10 | 1 | | bomba manual | | 2.200,00 |
| 11 | 2 | | abraçadeiras | | 200,00 |
| 12 | 4 | | parafusos | | 280,00 |
| 13 | 1 | | coroa grande da reduzida KL | | 67.800,00 |
| 14 | 1 | | junta do diferencial | | 440,00 |

Data 28 março 19 90

Mecanica Fracaroli Ltda.

Carimbo e Assinatura

Validade da Proposta 05 Dias

Prazo de Entrega 05 Dias

Condições de Pagamento: A Vista.

Valor da Mercadoria Cz$ 118.040,00

Imposto _____ % Cz$

Desconto _____ % Cz$

Valor do Pedido _____ Cz$ 118.040,00

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Setor de material compras e serviços

# LICITAÇÃO

| Convite | | Tomada de preços | | Concorrência |
|---|---|---|---|---|
| Número 22/90 | | Número | | Número |
| Data 27-03-90 | | Data | | Data |

Peças para Ford F 350.

Nome da firma **ALFA AUTO PEÇAS LTDA.** Tel. **0192-630626**

Endereço **Rua Funabachi Tokuji, 315** Cx. Postal

Município **Itapira** Estado **Sp** End. teleg.

Esta Prefeitura, em cumprimento às disposições legais, torna público seu interesse em adquirir os materiais abaixo especificados e convida-os a colocar neste formulário seus preços e condições para fornecimento dos mesmos, devolvendo-nos as duas primeiras vias em envelope que conste o número desta e o nome da firma até o dia 30 / 03 / 1990

Sua resposta, de acordo com os preceitos legais, integrará um processo de licitação, constituíndo, portato, uma proposta, cuja abertura está prevista para o dia 30 / 03 / 19 90 ,às 13:00 horas, ficando V. Sas. na obrigação de aceitar a ORDEM DE COMPRA OU DE SERVIÇOS que porventura lhes seja enviada como resultado da presente licitação.

Em 27 / 03 / 19 90

Prefeito Municipal

| Item | Quant. | Unid | Especificação da Mercadoria | Preços Unid. | Preços total |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 1 | | reparo do cilindro mestre Bendix | | 6.980,00 |
| 02 | 1 | | reparo do hidrovácuo Bendix | | 10.120,00 |
| 03 | 2 | | latas de óleo de freio | | 900,00 |
| 04 | 4 | | borrachas de freio | | 700,00 |
| 05 | 4 | | guarda pós do freio | | 700,00 |
| 06 | 1 | | platinado do distribuidor reduzida | | 1.200,00 |
| 07 | 1 | | guarda pó do semi eixo | | 600,00 |
| 08 | 1 | | barra longa da direção TRW | | 18.000,00 |
| 09 | 1 | | motor da reduzida | | 7.800,00 |
| 10 | 1 | | bomba manual | | 2.100,00 |
| 11 | 2 | | abraçadeiras | | 200,00 |
| 12 | 4 | | parafusos | | 250,00 |
| 13 | 1 | | coroa grande da reduzida KL | | 68.800,00 |
| 14 | 1 | | junta do diferencial | | 450,00 |

Data 27 de março 19 90

ALFA AUTO PEÇAS LTDA.

Carimbo e Assinatura

Validade da Proposta 03 Dias

Prazo de Entrega 15 Dias

Condições de Pagamento: À Vista.

Valor da Mercadoria Cz$ 118.800,00

Imposto ____ % Cz$

Desconto ____ % Cz$

Valor do Pedido ____ Cz$ 118.800,00

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Setor de material compras e serviços

# LICITAÇÃO

| Convite | | Tomada de preços | | Concorrência |
|---|---|---|---|---|
| Número 22/90 | | Número | | Número |
| Data 27-03-90 | | Data | | Data |

Peças para Ford F350.

Nome da firma ITAPIRA AUTO PEÇAS LTDA. FILIAL — Tel. 0192-941913

Endereço Rua Rio de Janeiro, 1.009 — Cx. Postal

Município Águas de Lindóia — Estado sp. — End. teleg.

Esta Prefeitura, em cumprimento às disposições legais, torna público seu interesse em adquirir os materiais abaixo especificados e convida-os a colocar neste formulário seus preços e condições para fornecimento dos mesmos, devolvendo-nos as duas primeiras vias em envelope que conste o número desta e o nome da firma até o dia 30 / 03 / 1990

Sua resposta, de acordo com os preceitos legais, integrará um processo de licitação, constituíndo, portato, uma proposta, cuja abertura está prevista para o dia 30 / 03 / 19 90 ,às 13:00 horas, ficando V. Sas. na obrigação de aceitar a ORDEM DE COMPRA OU DE SERVIÇOS que porventura lhes seja enviada como resultado da presente licitação.

Em 27 / 03 19 90

Prefeito Municipal

| Item | Quant. | Unid | Especificação da Mercadoria | Preços Unid. | Preços total |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 1 | | reparo do cilindro mestre Bendix | | 5.850,00 |
| 02 | 1 | | reparo do hidrovácuo Bendix | | 8.480,00 |
| 03 | 2 | | latas de óleo de freio | | 720,00 |
| 04 | 4 | | borrachas de freio | | 560,00 |
| 05 | 4 | | guarda pós do freio | | 560,00 |
| 06 | 1 | | platinado do distribuidora | | 1.186,00 |
| 07 | 1 | | guarda pó do semi eixo | | 480,00 |
| 08 | 1 | | barra longa da direção TRW | | 15.670,00 |
| 09 | 1 | | motor da reduzida | | 6.970,00 |
| 10 | 1 | | bomba manual | | 1.970,00 |
| 11 | 2 | | abraçadeiras | | 170,00 |
| 12 | 4 | | parafusos | | 240,00 |
| 13 | 1 | | coroa grande da reduzida KL | | 63.400,00 |
| 14 | 1 | | junta do diferencial | | 380,00 |

Vencedor

Data 28 março 19 90

Validade da Proposta 03 Dias

Prazo de Entrega 05 Dias

Condições de Pagamento:

A Combinar.

Valor da Mercadoria Cz$ 106.636,0

Imposto ____ % Cz$

Desconto ____ % Cz$

Valor do Pedido ____ Cz$ 106.636,0

Itapira Auto Peças Ltda. - Filial

25/90

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

## RELATÓRIO

Aquisição de Foodm P/ Turismo

Às 14:30 horas, do dia 06 de Abril de 1990 na prefeitura Municipal, presente o Sr. Prefeito Mario Marcio Zucato reuniu-se a Comissão Especial de Licitação designada pela Portaria N.o 505, para abertura das propostas e julgamento da concorrência supra referida.

## CONCORRERAM:

a) Artminas Impressos Ltda.
b) Editora Grafica Urgente Ltda.
c) CGB Artes Graficas Ltda.
d)

IMPUGNAÇÃO:

Não Houve

JULGAMENTO: Da análise das propostas apresentadas, a Comissão julgou vencedora a firma:

Artminas Impressos Ltda.

JUSTIFICATIVA:

A firma, acima descrita, apresentou o melhor Material e condição de pagamento.

Monte Sião, 06 de Abril de 1990

HOMOLOGAÇÃO:

Presente o Sr. Prefeito Municipal Mario Marcio Zucato por este Foi homologado o resultado da concorrência, que apontou vencedora a firma conforme « Quadro comparativo anexo ».

Monte Sião, 06 de Abril de 1990

Prefeito Municipal

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Setor de material compras e serviços

# LICITAÇÃO

| Convite | | Tomada de preços | | Concorrência |
|---|---|---|---|---|
| Número 25/90 | | Número | | Número |
| Data 02-04-90 | | Data | | Data |

Aquisição de Fooder colorido- Promoção.

Nome da firma EDITORA GRÁFICA URGENTE S/A — Tel.

Endereço RUA ABAETÉ,1313- BONFIM - — Cx. Postal

Município BELO HORIZONTE — Estado MG — End. teleg.

Esta Prefeitura, em cumprimento às disposições legais, torna público seu interesse em adquirir os materiais abaixo especificados e convida-os a colocar neste formulário seus preços e condições para fornecimento dos mesmos, devolvendo-nos as duas primeiras vias em envelope que conste o número desta e o nome da firma até o dia 06 / 04 / 1990

Sua resposta, de acordo com os preceitos legais, integrará um processo de licitação, constituíndo, portato, uma proposta, cuja abertura está prevista para o dia 06 / 04 / 19 90 ,às 13:00 horas, ficando V. Sas. na obrigação de aceitar a ORDEM DE COMPRA OU DE SERVIÇOS que porventura lhes seja enviada como resultado da presente licitação.

Em 02 / 04 19 90

Prefeito Municipal

| Item | Quant. | Unid | Especificação da Mercadoria | Preços Unid. | Preços total |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 10.000 | | Fooder com foto colorida, conforme modelo. | | 399.724,00 |

17 338 211/0001-31
Editora Gráfica Urgente S/A.
Rua Abaeté, N.o 131
Bonfim - CEP 31.210
BELO HORIZONTE - MG

| | | | |
|---|---|---|---|
| Data 02 abril 19 90 | Validade da Proposta 10 Dias | Valor da Mercadoria Cz$ | 399.724,00 |
| EDITORA GRÁFICA URGENTE S/A. | Prazo de Entrega 30 Dias | Imposto ____ % Cz$ | |
| | Condições de Pagamento: | Desconto ____ % Cz$ | |
| | à vista | Valor do Pedido ____ Cz$ | 399.724,00 |
| Carimbo e Assinatura | | | |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Setor de material compras e serviços

# LICITAÇÃO

| Convite | | Tomada de preços | | Concorrência |
|---|---|---|---|---|
| Número 25/90 | | Número | | Número |
| Data 02-04-90 | | Data | | Data |

Aquisição de Fooder colorido- Promoção.

Nome da firma CGB ARTES GRÁFICAS LTDA — Tel.

Endereço RUA HORTA BARBOSA,330 - NOVA FLORESTA — Cx. Postal

Município BELO HORIZONTE — Estado MG — End. teleg.

Esta Prefeitura, em cumprimento às disposições legais, torna público seu interesse em adquirir os materiais abaixo especificados e convida-os a colocar neste formulário seus preços e condições para fornecimento dos mesmos, devolvendo-nos as duas primeiras vias em envelope que conste o número desta e o nome da firma até o dia 06 / 04 / 1990

Sua resposta, de acordo com os preceitos legais, integrará um processo de licitação, constituíndo, portato, uma proposta, cuja abertura está prevista para o dia 06 / 04 / 19 90 ,às 13:00 horas, ficando V. Sas. na obrigação de aceitar a ORDEM DE COMPRA OU DE SERVIÇOS que porventura lhes seja enviada como resultado da presente licitação.

Em 02 / 04 19 90

Prefeito Municipal

| Item | Quant. | Unid | Especificação da Mercadoria | Preços Unid. | Preços total |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 10.000 | | Fooder com foto colorida, conforme modelo. | | 410.827,00 |

18.725.697/0001-23
CGB Artes Gráficas Ltda.
Rua Horta Barbosa, 330
Nova Floresta - CEP 31130
BELO HORIZONTE - MG

Data 02 abril 19 90

CGB ARTES GRÁFICAS LTDA.

Carimbo e Assinatura

Validade da Proposta 10 Dias

Prazo de Entrega 30 Dias

Condições de Pagamento:

À vista

Valor da Mercadoria Cz$ 410.827,00

Imposto ____ % Cz$

Desconto ____ % Cz$

Valor do Pedido ____ Cz$ 410.827,00

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Setor de material compras e serviços

# LICITAÇÃO

| Convite | | Tomada de preços | | Concorrência |
|---|---|---|---|---|
| Número 25/90. | | Número | | Número |
| Data 02-04-90 | | Data | | Data |

Aquisição de Fooder colorido- Promoção.

Nome da firma ARTMINAS IMPRESSOS LTDA — Tel.

Endereço RUA MARIANA,280 - BONFIM - — Cx. Postal

Município BELO HORIZONTE — Estado MG — End. teleg.

Esta Prefeitura, em cumprimento às disposições legais, torna público seu interesse em adquirir os materiais abaixo especificados e convida-os a colocar neste formulário seus preços e condições para fornecimento dos mesmos, devolvendo-nos as duas primeiras vias em envelope que conste o número desta e o nome da firma até o dia 06 / 04 / 19 90

Sua resposta, de acordo com os preceitos legais, integrará um processo de licitação, constituíndo, portato, uma proposta, cuja abertura está prevista para o dia 06 / 04 / 19 90 ,às 13:00 horas, ficando V. Sas. na obrigação de aceitar a ORDEM DE COMPRA OU DE SERVIÇOS que porventura lhes seja enviada como resultado da presente licitação.

Em 02 / 04 / 19 90

Prefeito Municipal

| Item | Quant. | Unid | Especificação da Mercadoria | Preços Unid. | Preços total |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 10.000 | | Fooder com foto colorida, conforme modelo. | | 370.115,00 |

21 966 155 / 0001-57

ARTMINAS IMPRESSOS LTDA.

Rua Mariana, 280

Bonfim - CEP 31 210

BELO HORIZONTE - MG

Data 06 abril 19 90

ARTMINAS IMPRESSOS LTDA.

Carimbo e Assinatura

Validade da Proposta 10 Dias

Prazo de Entrega 30 Dias

Condições de Pagamento:

Axxidx C/apres.

Valor da Mercadoria Cz$ 370.115,00

Imposto ____ % Cz$

Desconto ____ % Cz$

Valor do Pedido ____ Cz$ 370.115,00

21/90

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

## RELATÓRIO

Peças mecânicas para Ford F 700
SMER.

Às 13:00 horas, do dia 29 de março de 19 90

na prefeitura Municipal, presente o Sr. Prefeito Mário Márcio Zucato reuniu-se a Comissão Especial de Licitação designada pela Portaria N.o 505, para abertura das propostas e julgamento da concorrência supra referida.

## CONCORRERAM:

a) Iapira Auto Peças
b) Mecânica Fracarolli Ltda
c) Alfa Auto Peças Ltda.
d) -

IMPUGNAÇÃO:
Não Houve.

JULGAMENTO: Da análise das propostas apresentadas, a Comissão julgou vencedora a firma:
A firma, Itapira Auto Peças Ltda.-

JUSTIFICATIVA :

A referida firma, acima descrita, apresentou a melhor proposta orçamentária.

Monte Sião, 29de março de 19 90

HOMOLOGAÇÃO :

Presente o Sr. Prefeito Municipal Mário Márcio Zucato

por este Foi homologado o resultado da concorrência, que apontou vencedora a firma Itapira Auto Peças Ltda.

conforme « Quadro comparativo anexo ».

Monte Sião, 29 de março de 19 90

Prefeito Municipal

ARTMINAS Impressos Ltda. - Rua Jaguarão, 378 - Fone 446-1020

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Setor de material compras e serviços

# LICITAÇÃO

| Convite | | Tomada de preços | | Concorrência |
|---|---|---|---|---|
| Número 21/90 | | Número | | Número |
| Data 26-03-90 | | Data | | Data |

Peças mecânicas para Ford F 600- SMER.

Nome da firma ALFA AUTO PEÇAS LTDA. Tel. 0192-630626

Endereço Rua Funabachi Tokuji, 315 Cx. Postal

Município Itapira Estado Sp End. teleg.

Esta Prefeitura, em cumprimento às disposições legais, torna público seu interesse em adquirir os materiais abaixo especificados e convida-os a colocar neste formulário seus preços e condições para fornecimento dos mesmos, devolvendo-nos as duas primeiras vias em envelope que conste o número desta e o nome da firma até o dia 29 / 03 / 19 90

Sua resposta, de acordo com os preceitos legais, integrará um processo de licitação, constituíndo, portato, uma proposta, cuja abertura está prevista para o dia 29 /03 / 19 90, às 13:00 horas, ficando V. Sas. na obrigação de aceitar a ORDEM DE COMPRA OU DE SERVIÇOS que porventura lhes seja enviada como resultado da presente licitação.

Em 26/ 03 19 90

Prefeito Municipal

| Item | Quant. | Unid | Especificação da Mercadoria | Preços Unid. | Preços total |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 1 | | Vela Aquecedora | | 5.200,00 |
| 02 | 6 | | Filtros Diesel | | 3.400,00 |
| 03 | 1 | | Coroa e Pinhão Diferencial | | 47.900,00 |
| 04 | 1 | | Botão de Partida | | 420,00 |
| 05 | 1 | | Bóia do Tanque | | 4.900,00 |
| 06 | 1 | | Junta do Cabeçote | | 3.800,00 |
| 07 | 1 | | Mangueira Bomba Água | | 380,00 |
| 08 | 2 | | Braçadeiras | | 200,00 |
| 09 | 1 | | Interruptor Temperatura | | 1.100,00 |
| 10 | 2 | | Pinos Guia Patim | | 1.800,00 |
| 11 | 6 | | Parafusos | | 480,00 |

Data 26 março 19 90

ALFA AUTO PEÇAS LTDA

Carimbo e Assinatura

Validade da Proposta 03 Dias

Prazo de Entrega 09 Dias

Condições de Pagamento:
A V. sta.

Valor da Mercadoria Cz$ 69.580,00

Imposto _____ % Cz$

Desconto _____ % Cz$

Valor do Pedido _____ Cz$ 69.580,00

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Setor de material compras e serviços

# LICITAÇÃO

| Convite | | Tomada de preços | | Concorrência |
|---|---|---|---|---|
| Número 21/90 | | Número | | Número |
| Data 26-03-90 | | Data | | Data |

Peças para Ford F 700- SMER-parte mecânica-.

Nome da firma MECÂNICA FRACAROLI LTDA. Tel. 0192-631730

Endereço Rua Vila Lobos, 20 Cx. Postal

Município Itapira Estado Sp End. teleg.

Esta Prefeitura, em cumprimento às disposições legais, torna público seu interesse em adquirir os materiais abaixo especificados e convida-os a colocar neste formulário seus preços e condições para fornecimento dos mesmos, devolvendo-nos as duas primeiras vias em envelope que conste o número desta e o nome da firma até o dia 29 / 03 / 1990

Sua resposta, de acordo com os preceitos legais, integrará um processo de licitação, constituíndo, portato, uma proposta, cuja abertura está prevista para o dia 29 /03 / 1990 ,às 13:00 horas, ficando V. Sas. na obrigação de aceitar a ORDEM DE COMPRA OU DE SERVIÇOS que porventura lhes seja enviada como resultado da presente licitação.

Em 26 /03 1990

Prefeito Municipal

| Item | Quant. | Unid | Especificação da Mercadoria | Preços Unid. | Preços total |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 1 | | Vela Aquecedora | | 5.300,00 |
| 02 | 6 | | Filtros Diesel | | 3.600,00 |
| 03 | 1 | | Coroa e Pinhão Diferencial | | 46.800,00 |
| 04 | 1 | | Botãodde Partida | | 450,00 |
| 05 | 1 | | Bóia do Tanque | | 4.980,00 |
| 06 | 1 | | Junta do Cabeçote | | 3.800,00 |
| 07 | 1 | | Mangueira Bomba Água | | 370,00 |
| 08 | 2 | | Braçadeiras | | 220,00 |
| 09 | 1 | | Interruptor Temperatura | | 1.080,00 |
| 10 | 2 | | Pinos Guia Patim | | 1.780,00 |
| 11 | 6 | | Parafusos | | 480,00 |

Data 26 março 1990

Carimbo e Assinatura

Validade da Proposta 03 Dias

Prazo de Entrega 10 Dias

Condições de Pagamento:
A Vista.

Valor da Mercadoria Cz$ 68.960,00

Imposto _____ % Cz$

Desconto _____ % Cz$

Valor do Pedido _____ Cz$ 68.960,00

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Setor de material compras e serviços

# LICITAÇÃO

| Convite | | Tomada de preços | | Concorrência |
|---|---|---|---|---|
| Número 21/90 | | Número | | Número |
| Data 26-03-90 | | Data | | Data |

Peças mecânicas para Ford F 700- SMER.

Nome da firma ITAPIRA AUTO PEÇAS LTDA. - FILIAL — Tel. 0192-941913

Endereço Rua Rio de Janeiro, 1009 — Cx. Postal

Município Águas de Lindóia — Estado Sp — End. teleg.

Esta Prefeitura, em cumprimento às disposições legais, torna público seu interesse em adquirir os materiais abaixo especificados e convida-os a colocar neste formulário seus preços e condições para fornecimento dos mesmos, devolvendo-nos as duas primeiras vias em envelope que conste o número desta e o nome da firma até o dia 29/ 03 / 19 90

Sua resposta, de acordo com os preceitos legais, integrará um processo de licitação, constituíndo, portato, uma proposta, cuja abertura está prevista para o dia 29 / 03 / 19 90 ,às 13:00 horas, ficando V. Sas. na obrigação de aceitar a ORDEM DE COMPRA OU DE SERVIÇOS que porventura lhes seja enviada como resultado da presente licitação.

Em 26/ 03 19 90

Prefeito Municipal

| Item | Quant. | Unid | Especificação da Mercadoria | Preços Unid. | Preços total |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 1 | | Vela Aquecedora | | 4.920,00 |
| 02 | 6 | | Filtros Diesel | | 3.198,00 |
| 03 | 1 | | Coroa e Pinhão Diferencial | | 44.800,00 |
| 04 | 1 | | Botão de Partida | | 396,00 |
| 05 | 1 | | Bóia do Tanque | | 4.750,00 |
| 06 | 1 | | Junta do Cabeçote | | 3.680,00 |
| 07 | 1 | | Mangueira Bomba Água | | 340,00 |
| 08 | 2 | | Braçadeiras | | 170,00 |
| 09 | 1 | | Interruptor Temperatura | | 938,00 |
| 10 | 2 | | Pinos Guia Patim | | 1.564,00 |
| 11 | 6 | | Parafusos | | 420,00 |

Data 26 de março 19 90

Validade da Proposta 03 Dias

Prazo de Entrega 05 Dias

Condições de Pagamento:
À Combinar.

Valor da Mercadoria Cz$ 65.176,00

Imposto _____ % Cz$

Desconto _____ % Cz$

Valor do Pedido _____ Cz$ 65.176,00

Itapira Auto Peças Ltda - Filial

Carimbo e Assinatura

23/90 *

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

## RELATÓRIO

Peças para Kombi Escolar- 1865.

Às 13:30 horas, do dia 30 de março de 19 90

na prefeitura Municipal, presente o Sr. Prefeito Mário Márcio Zucato reuniu-se a Comissão Especial de Licitação designada pela Portaria N.o 505 , para abertura das propostas e julgamento da concorrência supra referida.

## CONCORRERAM:

a) Itapira Auto Peças Ltda.
b) Mecânica Fracarolli Ltda.
c) Alfa Auto Peças Ltda.
d) -

IMPUGNAÇÃO:

Não Houve.

JULGAMENTO: Da análise das propostas apresentadas, a Comissão julgou vencedora a firma: Itapira Auto Peças Ltda.

JUSTIFICATIVA:

A firma, acima descrita, apresentou a melhor proposta.

Monte Sião, 30 de março de 19 90

HOMOLOGAÇÃO:

Presente o Sr. Prefeito Municipal Mário Márcio Zucato por este FOI homologado o resultado da concorrência, que apontou vencedora a firma Itapira Auto Peças Ltda. conforme « Quadro comparativo anexo ».

Monte Sião, 03 de março de 19 90

Prefeito Municipal

ARTMINAS Impressos Ltda. - Rua Jaguarão, 378 - Fone 446-1020

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Setor de material compras e serviços

# LICITAÇÃO

| Convite | | Tomada de preços | | Concorrência |
|---|---|---|---|---|
| Número 23/90 | | Número | | Número |
| Data 27-03-90 | | Data | | Data |

Peças para Kombi Escolar- 1865.

Nome da firma **ALFA AUTO PEÇAS LTDA.** Tel. **0192-630626**

Endereço **Rua Funabachi Tokuji, 315** Cx. Postal

Município **Itapira** Estado **Sp** End. teleg.

Esta Prefeitura, em cumprimento às disposições legais, torna público seu interesse em adquirir os materiais abaixo especificados e convida-os a colocar neste formulário seus preços e condições para fornecimento dos mesmos, devolvendo-nos as duas primeiras vias em envelope que conste o número desta e o nome da firma até o dia 30 / 03 / 19 90

Sua resposta, de acordo com os preceitos legais, integrará um processo de licitação, constituíndo, portato, uma proposta, cuja abertura está prevista para o dia 30 / 03 / 19 90 ,às 13:30 horas, ficando V. Sas. na obrigação de aceitar a ORDEM DE COMPRA OU DE SERVIÇOS que porventura lhes seja enviada como resultado da presente licitação.

Em 27 / 03 19 90

Prefeito Municipal

| Item | Quant. | Unid | Especificação da Mercadoria | Preços Unid. | Preços total |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 1 | | Jogo de Bronzina Mancal | | 7.800,00 |
| 02 | 1 | | Contato Partida | | 1.180,00 |
| 03 | 2 | | Amortecedor Dianteiro | | 11.200,00 |
| 04 | 1 | | Pinça Completa Freio a Disco | | 19.150,00 |
| 05 | 1 | | Jogo Pastilha de Freio | | 2.480,00 |
| 06 | 1 | | Fechadura Tampa Motor | | 780,00 |
| 07 | 2 | | Jogos Anéis Motor Especial | | 21.500,00 |
| 08 | 1 | | Jogo de Pistões do Motor | | 14.200,00 |
| 09 | 1 | | Retentor do Motor | | 1.250,00 |
| 10 | 1 | | Jogo de Junta Motor | | 1.380,00 |
| 11 | 1 | | Fechadura da Porta | | 2.980,00 |
| 12 | 1 | | Batente da Porta | | 250,00 |

Data 30 março 19 90

ALFA AUTO PEÇAS LTDA.

Carimbo e Assinatura

Validade da Proposta 03 Dias

Prazo de Entrega 05 Dias

Condições de Pagamento: A Vista.

Valor da Mercadoria Cz$ 84.150,00

Imposto _____ % Cz$

Desconto _____ % Cz$

Valor do Pedido _____ Cz$ 84.150,00

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Setor de material compras e serviços

# LICITAÇÃO

| Convite | | Tomada de preços | | Concorrência |
|---|---|---|---|---|
| Número 23/90 | | Número | | Número |
| Data 27-03-90 | | Data | | Data |

Peçaspara Kombi Escolar- 1865.

Nome da firma **MECÂNICA FRACAROLI LTDA.** Tel. **0192-631730**

Endereço **Rua Vila Lobos, 20** Cx. Postal

Município **Itapira** Estado **Sp** End. teleg.

Esta Prefeitura, em cumprimento às disposições legais, torna público seu interesse em adquirir os materiais abaixo especificados e convida-os a colocar neste formulário seus preços e condições para fornecimento dos mesmos, devolvendo-nos as duas primeiras vias em envelope que conste o número desta e o nome da firma até o dia 30 / 03 / 19 90

Sua resposta, de acordo com os preceitos legais, integrará um processo de licitação, constituíndo, portato, uma proposta, cuja abertura está prevista para o dia 30 / 03 / 19 90 ,às 13:30 horas, ficando V. Sas. na obrigação de aceitar a ORDEM DE COMPRA OU DE SERVIÇOS que porventura lhes seja enviada como resultado da presente licitação.

Em 27 / 03 / 19 90

Prefeito Municipal

| Item | Quant. | Unid | Especificação da Mercadoria | Preços Unid. | Preços total |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 1 | | Jogo de Bronzina do Mancal | | 7.500,00 |
| 02 | 1 | | Contato Partida | | 1.200,00 |
| 03 | 2 | | Amortecedores Dianteiro | | 11.000,00 |
| 04 | 1 | | Pinça Completa Freio disco | | 18.800,00 |
| 05 | 1 | | Jogo de Pastilha Freio | | 2.400,00 |
| 06 | 1 | | Fechadura Tampa Motor | | 750,00 |
| 07 | 2 | | Jogos de Anéis Motor Especial | | 22.000,00 |
| 08 | 1 | | Jogo Pistões Motor | | 14.000,00 |
| 09 | 1 | | Retentor do Motor | | 1.200,00 |
| 10 | 1 | | Jogo de Junta Motor | | 1.400,00 |
| 11 | 1 | | Fechadura da Porta | | 2.900,00 |
| 12 | 1 | | Batente da Porta | | 185,00 |

Data 29 março 19 90

Carimbo e Assinatura Ltda.

Validade da Proposta 03 Dias

Prazo de Entrega 10 Dias

Condições de Pagamento:
A VIdta.

Valor da Mercadoria Cz$ 83.335,00

Imposto _____ % Cz$

Desconto _____ % Cz$

Valor do Pedido _____ Cz$ 83.335,00

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Setor de material compras e serviços

# LICITAÇÃO

| Convite | | Tomada de preços | | Concorrência |
|---|---|---|---|---|
| Número 23/90 | | Número | | Número |
| Data 27/03/90 | | Data | | Data |

Peças para Kombi Escolar- 1865.

Nome da firma **ITAPIRA AUTO PEÇAS LTDA. - FILIAL** Tel. **0192-941913**

Endereço **Rua Rio de Janeiro, 1009** Cx. Postal

Município **Águas de Lindóia** Estado **Sp** End. teleg.

Esta Prefeitura, em cumprimento às disposições legais, torna público seu interesse em adquirir os materiais abaixo especificados e convida-os a colocar neste formulário seus preços e condições para fornecimento dos mesmos, devolvendo-nos as duas primeiras vias em envelope que conste o número desta e o nome da firma até o dia 30 / 03 / 1990

Sua resposta, de acordo com os preceitos legais, integrará um processo de licitação, constituíndo, portato, uma proposta, cuja abertura está prevista para o dia 30 / 03 / 1990 ,às 13:30 horas, ficando V. Sas. na obrigação de aceitar a ORDEM DE COMPRA OU DE SERVIÇOS que porventura lhes seja enviada como resultado da presente licitação.

Em 27 / 03 19 90

Prefeito Municipal

| Item | Quant. | Unid | Especificação da Mercadoria | Preços Unid. | Preços total |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 1 | | Jogo de Bronzina do Mancal | | 6.800,00 |
| 02 | 1 | | Contato Partida | | 1.067,00 |
| 03 | 2 | | Amortecedores Dianteiro | | 9.800,00 |
| 04 | 1 | | Pinça Completa Freio a Disco | | 18.160,00 |
| 05 | 1 | | Jogo de Pastilha Freio | | 2.350,00 |
| 06 | 1 | | Fechadura Tampa Motor | | 700,00 |
| 07 | 2 | | Jogos Anéis Motor Especial | | 20.920,00 |
| 08 | 1 | | Jogo Pistões Motor | | 12.330,00 |
| 09 | 1 | | Retentor do Motor | | 1.120,00 |
| 10 | 1 | | Jogo de Junta Motor | | 1.190,00 |
| 11 | 1 | | Fechadura da Porta | | 2.744,00 |
| 12 | 1 | | Batente da Porta | | 160,00 |

Vendedor

Data 30 março 19 90

Itapira Auto Peças Ltda. - Filial

Carimbo e Assinatura

Validade da Proposta 03 Dias

Prazo de Entrega 03 Dias

Condições de Pagamento:
A Combinar.

Valor da Mercadoria Cz$ 77.341,00

Imposto _____ % Cz$

Desconto _____ % Cz$

Valor do Pedido _____ Cz$ 77.341,00

81/90

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

## RELATÓRIO

Peças e serviços para motor Perkins 6357.

Às 13:00 horas, do dia 08 de outubro de 1990 na prefeitura Municipal, presente o Sr. Prefeito Mário Márcio Zucato reuniu-se a Comissão Especial de Licitação designada pela Portaria N.o 505, para abertura das propostas e julgamento da concorrência supra referida.

## CONCORRERAM:

a) GALASSI & RUBBI LTDA
b) OLICAR AUTO MECÂNICA LTDA
c) MUNHOS & ROSA LTDA
d) =

IMPUGNAÇÃO:
Não Houve.

JULGAMENTO: Da análise das propostas apresentadas, a Comissão julgou vencedora a firma: Galassi & Rubbi Ltda.

JUSTIFICATIVA: Serviço/e mão de obra e parte peças em melhor condição foi da firma acima descrita.

Monte Sião, 08 de outubro de 19 90

HOMOLOGAÇÃO:

Presente o Sr. Prefeito Municipal Mário Márcio Zucato por este foi homologado o resultado da concorrência, que apontou vencedora a firma Galassi & Rubbi LTDA. conforme « Quadro comparativo anexo ».

Monte Sião, 08 de 10 de 19 90

Prefeito Municipal

ARTMINAS Impressos Ltda. - Rua Jaguarão, 378 - Fone 446-1020

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Setor de material compras e serviços

# LICITAÇÃO

| Convite | | Tomada de preços | | Concorrência |
|---|---|---|---|---|
| Número 81/90. | | Número | | Número |
| Data 03-10-90 | | Data | | Data |

Peças-serviço para motor perkins- 6357.

Nome da firma GALASSI & RUBBI LTDA ME — Tel. 706917

Endereço RUA NORUEGA L17 — Cx. Postal

Município AMPARO — Estado SP — End. teleg.

Esta Prefeitura, em cumprimento às disposições legais, torna público seu interesse em adquirir os materiais abaixo especificados e convida-os a colocar neste formulário seus preços e condições para fornecimento dos mesmos, devolvendo-nos as duas primeiras vias em envelope que conste o número desta e o nome da firma até o dia 08 / 10 / 19 90

Sua resposta, de acordo com os preceitos legais, integrará um processo de licitação, constituíndo, portato, uma proposta, cuja abertura está prevista para o dia 08 / 10 / 19 90, às 13.00 horas, ficando V. Sas. na obrigação de aceitar a ORDEM DE COMPRA OU DE SERVIÇOS que porventura lhes seja enviada como resultado da presente licitação.

Em 03 / 10 19 90

Prefeito Municipal

| Item | Quant. | Unid | Especificação da Mercadoria | Preços Unid. | Preços total |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | SERVIÇO | | |
| | | | RETIFICA COMPLETA DE UM MOTOR PERKINS 6357 | | Cr$ 280.000,00 |
| | | | PEÇAS | | |
| | 06 | | cAMISAS | 3100,00 | Cr$ 18.600,00 |
| | 06 | | BUCHA DE BIELA | 680,00 | Cr$ 4.080,00 |
| | 06 | | PISTÕES | 11646,6 | Cr$ 69.880,00 |
| | 01 | | JOGO DE ANÉIS | | Cr$ 42.600,00 |
| | 01 | | JOGO DE BRONZINA DE BANCAL | | Cr$ 22.480,00 |
| | 01 | | JOGO DE BRONZINA DE BIELA | | Cr$ 13.690,00 |
| | 12 | | VÁLVULAS | 1480,00 | Cr$ 17760,00 |
| | 12 | | GUIAS | 650,00 | Cr$ 7.800,00 |
| | 01 | | FILTRO DE ÓLEO | | Cr$ 840,00 |
| | 02 | | FILTRO DE ÓLEO DIESEL | 740,00 | Cr$ 1.480,00 |
| | 01 | | JOGO DE JUNTA | | Cr$ 10.500,00 |
| | 01 | | VÁLVULA TERMOSTÁTICA | | Cr$ 2.600,00 |

Recebido

Data 04-10-90 19 90

NOVA RAZÃO SOCIAL:
GALASSI & RUBBI LTDA. ME
~~NOVO ENDEREÇO~~
Rua Noruega, 117
Loteamento Nardini . Cep 13.900
AMPARO-SP

Carimbo e Assinatura

Validade da Proposta 03 Dias

Prazo de Entrega 05 Dias

Condições de Pagamento:

A combinar.

Valor da Mercadoria Cr$

Imposto _____ % Cr$

Desconto _____ % Cr$

Valor do Pedido _____ Cr$

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Setor de material compras e serviços

# LICITAÇÃO

| Convite | | Tomada de preços | | Concorrência |
|---|---|---|---|---|
| Número 31/90 | | Número | | Número |
| Data 03-10-90 | | Data | | Data |

Peças para Serviço motor perkins-6357.

Nome da firma OLICAR AUTO MECÂNICA LTDA — Tel. 70 5671

Endereço RUA PORTUGAL 185 — Cx. Postal

Município AMPARO — Estado SP — End. teleg.

Esta Prefeitura, em cumprimento às disposições legais, torna público seu interesse em adquirir os materiais abaixo especificados e convida-os a colocar neste formulário seus preços e condições para fornecimento dos mesmos, devolvendo-nos as duas primeiras vias em envelope que conste o número desta e o nome da firma até o dia 08 / 10 / 1990

Sua resposta, de acordo com os preceitos legais, integrará um processo de licitação, constituíndo, portato, uma proposta, cuja abertura está prevista para o dia 08 / 10 / 1990 , às 13.00 horas, ficando V. Sas. na obrigação de aceitar a ORDEM DE COMPRA OU DE SERVIÇOS que porventura lhes seja enviada como resultado da presente licitação.

Em 03 / 10 / 90

Prefeito Municipal

| Item | Quant. | Unid | Especificação da Mercadoria | Preços Unid. | Preços total |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | SERVIÇOS | | |
| | | | RETIFICA COMPLETA DE UM MOTOR PERKINS 6357 | | Cr$ 300.000,00 |
| | | | PEÇAS | | |
| | 06 | | CAMISAS | 3500,00 | Cr$ 21.000,00 |
| | 06 | | BUCHA DE BIELA | 750,00 | Cr$ 4.500,00 |
| | 06 | | PISTÕES | 14500,0 | Cr$ 87.000,00 |
| | 01 | | JOGO DE ANÉIS | | Cr$ 45.200,00 |
| | 01 | | JOGO DE BRONZINA DE MANCAL | | Cr$ 26.350,00 |
| | 01 | | JOGO DE BRONZINA DE BIELA | | Cr$ 17.470,00 |
| | 12 | | VÁLVULAS | 1810,00 | Cr$ 21.720,00 |
| | 12 | | GUIAS | 840,00 | Cr$ 10.080,00 |
| | 01 | | FILTRO DE ÓLEO | 1020,00 | Cr$ 1.020,00 |
| | 02 | | FILTRO DE ÓLEO DIESEL | 860,00 | Cr$ 1.720,00 |
| | 01 | | JOGO DE JUNTA | | Cr$ 14.250,00 |
| | 01 | | VÁLVULA TERMOSTÁTICA | | Cr$ 4.480,00 |

Data 04 outubro 19 90

OLICAR — AUTO MECANICA
FONE (0192) 70-5671

Carimbo e Assinatura

Validade da Proposta 03 Dias

Prazo de Entrega 10 Dias

Condições de Pagamento:

A Vista.

Valor da Mercadoria Cr$

Imposto ____ % Cr$

Desconto ____ % Cr$

Valor do Pedido ____ Cr$

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Setor de material compras e serviços

# LICITAÇÃO

| Convite | | Tomada de preços | | Concorrência |
|---|---|---|---|---|
| Número 81/90 | | Número | | Número |
| Data 03-10-90 | | Data | | Data |

Peças-para serviço motor Perkins- 6357.

Nome da firma MUNHOS & ROSA LTDA ME — Tel. 70 5929

Endereço RUA NORUEGA 69 — Cx. Postal

Município AMPARO — Estado SP — End. teleg.

Esta Prefeitura, em cumprimento às disposições legais, torna público seu interesse em adquirir os materiais abaixo especificados e convida-os a colocar neste formulário seus preços e condições para fornecimento dos mesmos, devolvendo-nos as duas primeiras vias em envelope que conste o número desta e o nome da firma até o dia 08 / 10 / 1990

Sua resposta, de acordo com os preceitos legais, integrará um processo de licitação, constituíndo, portato, uma proposta, cuja abertura está prevista para o dia 08 10 / 19 90 ,às 13.00 horas, ficando V. Sas. na obrigação de aceitar a ORDEM DE COMPRA OU DE SERVIÇOS que porventura lhes seja enviada como resultado da presente licitação.

Em 03 / 10 / 19 90

Prefeito Municipal

| Item | Quant. | Unid | Especificação da Mercadoria | Preços Unid. | Preços total |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | SERVIÇOS | | |
| | | | RETIFICA COMPLETA DE UM MOTOR PERKINS 6357 | | Cr$ 290.000,00 |
| | | | PEÇAS | | |
| | 06 | | CAMISAS | 3450,00 | Cr$ 20.700,00 |
| | 06 | | BUCHA DE BIELA | 760,00 | Cr$ 4.560,00 |
| | 06 | | PISTÕES | 13600,0 | Cr$ 81.600,00 |
| | 01 | | JOGO DE ANÉIS | | Cr$ 44.800,00 |
| | 01 | | JOGO DE BRONZINA DE MANCAL | | Cr$ 25.660,00 |
| | 01 | | JOGO DE BRONZINA DE BIELA | | Cr$ 16.390,00 |
| | 12 | | VÁLVULAS | 1950,00 | Cr$ 23.400,00 |
| | 12 | | GUIAS | 810,00 | Cr$ 9.720,00 |
| | 01 | | FILTRO DE ÓLEO | | Cr$ 990,00 |
| | 02 | | FILTRO DE ÓLEO DIESEL | 860,00 | Cr$ 1.720,00 |
| | 01 | | JOGO DE JUNTA | | Cr$ 13.150,00 |
| | 01 | | VÁLVULA TERMOSTÁTICA | | Cr$ 3.120,00 |

Data 05 outubro 19 90

NOVO MUNDO VEICULOS
MUNHOZ & ROSA LTDA.

Carimbo e Assinatura

Validade da Proposta _____ Dias

Prazo de Entrega 05 Dias

Condições de Pagamento:

Valor da Mercadoria Cr$

Imposto _____ % Cr$

Desconto _____ % Cr$

Valor do Pedido _____ Cr$

# ESTATUTO DA

# ASSOCIAÇÃO DE VEREADORES DO SUL DE MINAS - "AVERSUL"

## CAPITULO 1

## CONSTITUIÇÃO, RAZÃO E OBJETIVO

ART. 1º - Fica constituida a Associação de Vereadores do Sul de Minas Gerais - AVERSUL, que será regida por este Estatuto de Legislação pertinente, com sede e fôro na cidade de [redacted], Estado de Minas Gerais.

PARAGRAFO UNICO - As cidades que serão representadas por seus Vereadores são as seguintes, podendo entretanto, ser incluidas outras, ou excluidas, dependendo de votação em Assembléia Geral, composta pela maioria de seus associados:

I - Albertina;
II - Bueno Brandão;
III - Inconfidentes;
IV - Jacutinga;
V - Monte Sião;
VI - Munhoz;
VII - Ouro Fino;
VIII - Toledo.

ART. 2º - A Associação tem personalidade jurídica distinta de seus associados, os quais não respondem pelos compromissos assumidos pelos seus representantes, legitimamente eleitos em Assembléia.

PARAGRAFO UNICO - A Associação de Vereadores somente poderá ser dissolvida por decisão judicial ou de Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada com esta finalidade.

ART. 3º - A Associação de Vereadores tem por objetivo o congraçamento das cidades da região, através de seus vereadores, mediante:

I - incremento do espírito associativo e de solidariedade entre os Vereadores das Câmaras Municipais da Região;

II - entrosamento de recursos através de programas, que visem soluções dos problemas das comunidades da região.

III - proporcionar um elo de ligação entre as Câmaras Municipais da região;

IV - troca de experiências na elaboração do processo legislativo e na dinâmica administrativa entre os Vereadores das Câmaras Municipais da região;

V - promoção de intercâmbio recreativo e cultural;

VI - promoção de congressos e encontros entre Vereadores para estudos e debates dos problemas regionais;

VII - estudo, coordenação e apoio à ação parlamentar e política dos Vereadores;

VIII - colaborar com os Governos Municipal e Estadual como órgão consultivo e de assessoramento, sobre assuntos de interesse local e regional.

ART. 4º - O número de associados é limitado ao total de Vereadores que compoem as Câmaras das cidades filiadas.

## CAPITULO II

## DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

ART. 5º - A Associação será administrada por uma Diretoria eleita e composta de 5(cinco) cargos, aos quais somente poderão concorrer os Vereadores associados e em pleno exercício do mandato, não sendo permitida a reeleição do Presidente.

§ 1º - Os cargos referidos no artigo acima são: Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro, Relações Públicas e mais 5(cinco) suplentes.

§ 2º - O exercício de mandato dos Diretores é gratuito e por um prazo de 2(dois) anos, vencendo-se sempre em 31 de Dezembro.

§ 3º - Ocorrendo a vacância permanente do cargo de Presidente, assumirá o cargo o Vice-Presidente e no caso da vacância deste último, far-se-á nova eleição para seu preenchimento. Para os outros cargos a indicação será feita entre os suplentes, pelo Presidente em exercício.

ART. 6º - Compete à Diretoria cumprir e fazer cumprir fielmente o

presente Estatuto e em especial:

I - ao PRESIDENTE: representar a Associação em Juízo ou fora dele e especialmente perante os Poderes constituidos e Órgãos do Governo; instalar as Assembléias; cuidar juntamente com os outros membros da Diretoria e com os representantes do Conselho para que a Associação consiga alcançar os propósitos para os quais foi criada; assinar juntamente com o Secretário Geral e Tesoureiro, papéis pertinentes às atribuições respectivas a cada um destes setores.

II - ao VICE-PRESIDENTE: substituir o Presidente em seus impedimentos temporários em todas as suas atribuições.

III - ao SECRETÁRIO: assinar as correspondências juntamente com o Presidente; zelar e manter sob sua guarda os Livros da Associação; lavrar' as atas de reuniões.

IV - ao TESOUREIRO: ter sob sua guarda e responsabilidade os ' valores da entidade.

V - ao DIRETOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS: promover e representar a Associação junto à comunidade.

## CAPITULO III

## DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS

ART. 7º - As assembléias gerais serão ordinárias e extraordinárias.

ART. 8º - A assembléia geral ordinária reunir-se-á uma vez por mês, em uma das cidades associadas.

ART. 9º - A assembléia geral extraordinária reunir-se-á sempre que' for necessário, por convocação da Presidência ou por 2/3(dois terços) dos' associados.

## CAPITULO 1V

## DO QUADRO SOCIAL

ART. 10 - O quadro social será formado pelos Vereadores que vierem a se associar através de suas respectivas Câmaras.

§ 1º - Cada associado pagará uma contribuição à Associação' que será definida em Assembléia pelo voto da maioria dos presentes.

§ 2º - São direitos dos associados votar e ser votado; participar de todas as atividades da Associação.

## CAPITULO V

## DO PATRIMÔNIO

ART. 11 - O patrimônio da Associação será formado pelas contribuições de seus associados, Dotações Públicas e doações que lhes forem destinadas.

PARAGRAFO UNICO - No caso de extinção da Associação, o seu Patrimônio será destinado a Entidades da Região , indicadas pela Assembléia.

## CAPÍTULO V1

## DOS DEVERES DOS ASSOCIADOS

ART. 12 - São deveres dos associados:

1 - a defesa permanente das prerrogativas do Legislativo, como Instituição, e do Vereador, como representante do povo;

11 - zelar pela realização dos objetivos da Associação e pela observância do presente Estatuto;

111 - pagar na data aprazada a sua contribuição.

## CAPITULO VII

## DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ART. 13 - É vedado, nas reuniões da Associação, o debate político/partidário, da mesma forma que o é a discriminação de raça, cor ou religião.

ART. 14 - É vedado o voto por procuração, em qualquer hipótese.

ART. 15 - O presente Estatuto poderá ser alterado através de proposta colocada em Assembléia, mediante voto da maioria dos associados presentes.

ART. 16 - o presente Estatuto entrará em vigor na data de seu registro no Cartório de Títulos e Documentos.

ASSEMBLÉIA MUNICIPAL CONSTITUINTE

TRABALHO DE ELABORAÇAO DA LEI ORGÂNICA DE MONTE SIÃO

PRESIDENTE: ERNESTO GOTARDELLO

VICE-PRESIDENTE: CARLOS RODRIGUES

SECRETÁRIO-RELATOR: ANTONIO TADEU LABEGALINI

COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO E DOS PODERES MUNICIPAIS.

PRESIDENTE: JOSÉ BUENO

COMISSÃO

OSMAR DIONIZIO DE FREITAS - VEREADOR

JOÃO PONTES DE PAULA - VEREADOR

GUMERCINDO DE LIMA CARDOSO. - VEREADOR

# TÍTULO I

## DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

### CAPÍTULO I

### DO MUNICÍPIO

#### SEÇÃO I

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

ART. 1º O MUNICÍPIO DE MONTE SIÃO - MG, PESSOA JURIDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERMO, NO USO DE SUA AUTONOMIA POLÍTICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA,/ REGER-SE-A POR ESTÁ LEI ORGÂNICA, VOTADA E APROVADA POR SUA CÂMARA MUNICI-/ PAL.

ART. 2º SÃO PODERES DO MUNICÍPIO, INDEPENDENTES E HARMÔNICOS ENTRE SI, O LEGISLATIVO E O EXECUTIVO.

PARÁGRAFO ÚNICO - SÃO SÍMBOLOS DO MUNICÍPIO A BANDEIRA E O HINO, REPRESENTATIVOS DE SUA CULTURA E HISTÓRICA E O BRASÃO.

ART. 3º CONSTITUEM BENS DO MUNICÍPIO TODAS AS COISAS MÓVEIS E IMÓVEIS, DIREITOS E AÇÕES QUE A QUALQUER TÍTULO LHE PERTENÇAM.

ART. 4º A SEDE DO MUNICÍPIO DÁ-LHE O NOME E TEM A CATEGORIA DE CIDADE.

#### SEÇÃO II

#### DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO

ART. 5º O MUNICÍPIO PODERÁ DIVIDIR-SE, PARA FINS ADMINISTRATIVOS, EM DISTRITOS A SEREM CRIADOS, ORGANIZADOS, SUPRIMIDOS OU FUNDIDOS POR LEI APÓS -/ CONSULTA PLEBISCITÁRIA À POPULAÇÃO DIRETEMENTE INTERESSADA, OBSERVADA A LEGISLAÇÃO ESTADUAL E O ATENDIMENTO AOS REQUESITOS ESTABELECIDOS NO ART. 6º - DESTA LEI ORGÂNICA.

§ 1º A CRIAÇÃO DO DESTRITO PODERÁ EFETUAR-SE MEDIANTE FUSÃO DE DOIS OU - MAIS DISTRITOS, QUE SERÃO SUPRIMIDOS; SENDO DISPENSADA, NESSA HIPOTESE, A VERIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DO ART. 6º DESTA LEI ORGÂNICA.

§ 2º A EXTINÇÃO DO DISTRITO SOMENTE SE EFETUARÁ MEDIANTE CONSULTA PLEBISCITÁRIA À POPULAÇÃO DA ÁREA INTERESSADA.

§ 3º O DISTRITO TERÁ O NOME DA RESPECTIVA SEDE, CUJA CATEGORIA SERÁ A DE VILA.

ART. 6º SÃO REQUISITOS PARA A CRIAÇÃO DE DISTRITO:

I - POPULAÇÃO, ELEITORADO E ARRECADAÇÃO NÃO INFERIOR À QUINTA PARTE EXIGIDA PARA A CRIAÇÃO DE MUNICÍPIO;

II - EXISTÊNCIA, NA POVOAÇÃO-SEDE, DE, PELO MENOS, CINCOENTA MORADIAS, - ESCOLA, POSTO DE SAÚDE E POSTO POLICIAL.

PARÁGRAFO ÚNICO - A COMPROVAÇÃO DO ATENDIMENTO ÀS ENUMERADAS NESTE ARTIGO DAR-SE-À MEDIANTE:

a) DECLARAÇÃO, EMITIDA PELA FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEROGRAFIA E ESTATISITICA, DE ESTIMATIVA DE POPULAÇÃO;

b) CERTIDÃO, EMITIDA PELO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL, CERTIFICANDO O NÚMERO DE ELEITORES;

c) CERTIDÃO, EMITIDA PELO AGENTE MUNICIPAL DE ESTATISTICA OU PELO REPARTIÇÃO FISCAL DO MUNICÍPIO, CERTIFICANDO O NÚMERO DE MORADIAS;

d) CERTIDÃO DO ORGÃO FAZENDÁRIO ESTADUAL E DO MUNICÍPAL CERTIFICANDO A ARRECADAÇÃO NA RESPECTIVA ÁREA TERRITORIAL;

e) CERTIDÃO EMITIDA PELA PREFEITURA OU PELAS SECRETARIAS DE EDUCA=/ÇÃO, DE SAUDE E DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO, CERTIFICANDO A EXISTÊNCIA DA ESCOLA PÚBLICA E DOS POSTOS DE SAUDE E POLICIAL NA POVOAÇÃO-SEDE.

ART. 7 NA FIXAÇÃO DAS DIVISAS DISTRITAIS SERÃO OBSERVADAS,AS SEGUINTES NORMAS:

I - EVITAR-SE-ÃO, TANTO QUANTO POSSIVEL, FORMAS ASSIMÉTRICAS, ESTRANGU GULAMENTOS E ALONGAMENTOS EXAGERADOS;

II - DAR-SE-À PREFERÊNCIA, PARA A DELIMITAÇÃO, ÀS LINHAS NATURAIS, -F FACILMENTE IDENTIFICÁVEIS;

III - NA INEXISTÊNCIA DE LINHAS NATURAIS, UTILIZAR-SE-Á LINHA RETA, - CUJOS EXTREMOS, PONTOS NATURAIS OU NÃO, SEJAM FACILMENTE IDENTIFICAVEIS E TENHA CONDIÇÕES DE FIXIDEZ;

IV - É VEDADA A INTERRUPÇÃO DE CONTINUIDADE TERRITORIAL DO MUNICÍPIO OU DISTRITO DE ORIGEM.

PARÁGRAFO ÚNICO - AS DIVISAS DISTRITAIS SERÃO DESCRITAS TRECHOS, A TRECHO PARA EVITAR DUPLICIDADE, NOS TRECHOS QUE COINCIDIREM COM OS LIMITES MUNICIPAIS.

ART. 8º A ALTERAÇÃO DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO SOMENTE PODE SER FEITA QUADRIENALMENTE, NO ANO ANTERIOR AO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS.

ART. 9º A INSTALAÇÃO DO DISTRITO SE FARÁ PERANTE O JUIZ DE DIREITO DA COMARCA, NA SEDE DO DISTRITO.

## CAPÍTULO II
## DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO
### SEÇÃO I
### DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA

ART 10 AO MUNICÍPIO COMPETE PROVER A TUDO QUANTO DIGA RESPEITO AO SEU PECULIAR INTERESSE E AO BEM-ESTAR DE SUA POPULAÇÃO, CABENDO-LHE, PRIVATIVAMENTE, DENTRE OUTRAS, AS SEGUINTE ATRIBUIÇÕES:

I - LEGISLAR SOBRE ASSUNTOS DE INTERESSE LOCAL;

II - SUPLEMENTAR A LEGISLAÇÃO FEDERAL E ESTADUAL, NO QUE COUBER;

III - ELABORAR O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO;

IV - CRIAR, ORGANIZAR E SUPRIMIR DISTRITOS, OBSERVADA A LEGISLAÇÃO ESTADUAL;

V - MANTER, COM A COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA DA UNIÃO E DO - ESTADO, PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DE ENSINO FUNDA=/ MENTAL;

VI - ELAVORAR O ORÇAMENTO ANUAL E PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS;

VII - INSTITUIR E ARRECADAR TRIBUTOS, BEM COMO APLICAR AS SUAS RENDAS;

VIII- FIXAR, FISCALIZAR E COBRAR TARIFAS OU PREÇOS PÚBLICOS;

IX - DISPOR SOBRE ORGANIZAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS LOCAIS;

X - DISPOR SOBRE ADMINISTRAÇÃO, UTILIZAÇÃO E ALIENAÇÃO DOS BENS PÚ-/ BLICOS;

XI - ORGANIZAR O QUADRO E ESTABELECER O RIGIME JURIDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS;

XII - ORGANIZAR E PRESTAR, DIRETAMENTE, OU SOB REGIME DE CONCESSÃO OU PERMISSÃO, OS SERVIÇOS PÚBLICOS LOCAIS;

XIII- PLANEJAR O USO E A OCUPAÇÃO DO SOLO EM SEU TERRITÓRIO, ESPECIAL-MENTE EM ZONA URBANA;

XIV - ESTABELECER NORMAS DE EDIFICAÇAO, DE LOTEAMENTO, DE ARRUAMENTO E DE ZONEAMENTO URBANO E RURAL, BEM COMO AS LIMITAÇÕES URBANISTÍCAS COVENIENTE À ORDENAÇÃO DO SEU TERRITORIO, OBSERVADA A LEI FEDERAL;

XV - CONCEDER E RENOVAR LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ES-TABELECIMENTOS INDUSTRIAIS, COMERCIAIS, PRESTADORES DE SERVIÇÕS E QUAISQUER OUTROS;

XVI - CASSAR A LICENÇA QUE HOUVER CONCEDIDO AO ESTABELECIMENTO QUE SE TORNAR PREJUDICIAL À SAUDE, HIGIENE, AO SOSSEGO, À SEGURANÇA OU AOS BONS COSTUMES, FAZENDO CESSAR A ATIVIDADE OU DETERMINANDO O FECHAMENTO DO ESTABELECIMENTO;

XVII- ESTABELECER SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS NECESSÁRIAS À REALIZAÇÃO - DE SEUS SERVIÇÕS, INCLUSIVE À DOS SEUS CONCESSIONÁRIOS;

XVIII ADQUIRIR BENS, INCLUSIVE MEDIANTE DESAPROPRIAÇÃO;

XIX - REGULAR A DISPOSIÇÃO, O TRAÇADO E AS DEMAIS CONDIÇÕES DOS BENS - PUBLICOS DE USO COMUM;

XX - REGULAMENTAR A UTILIZAÇÃO DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS E, ESPECIAL=/ MENTE NO PERIMENTRO URBANO, DETERMINAR O ITINERÁRIOS E OS PONTOS DE PARADA DOS TRANSPORTES COLETIVOS;

XXI - FIXAR OS LOCAIS DE ESTACIONAMENTO DE TAXIS E DEMAIS VEÍCULOS;

XXII - CONCEDER, PERMITIR OU OUTORIZAR OS SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO E DE TAXIS, FIXANDO AS RESPECTIVAS TARIFAS;

XXIII- FIXAR E SINALIZAR AS ZONAS DE SILÊNCIO E DE TRÂNSITO E TRÁFEGO EM CONDIÇÕES ESPECIAIS;

XXIV - DISCIPLINAR OS ERVIÇÕS DE CARGA E DESCARGA E FIXAR A TONELAGEM MÁXIMA PERMITIDA A VEÍCULOS QUE CIRCULEM EM VIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS;

XXV - TORNAR OBRIGATÓRIO A UTILIZAÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA, QUANDO - HOUVER;

XXVI - SINALIZAR AS VIAS URBANAS E AS ESTRADAS MUNICIPAIS, BEM COMO - REGULAMENTAR E FISCALIZAR SUA UTILIZAÇÃO;

XXVII- PROVER SOBRE A LIMPEZA DAS VIAS E LOGRADOUROS PUBLICOS, REMOÇÃO E DESTINO DO LIXO DOMICILIAR E DE OUTROS RESÍDUOS DE QUALQUER - NATUREZA;

XXVIII ORDENAR AS ATIVIDADES URBANAS, FIXANDO CONDIÇÕES E HORÁRIOS PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E DE SERVIÇOS OBSERVADAS AS NORMAS PERTINENTES;

XXIX - DISPOR SOBRE OS ERVIÇÕS FUNERÁRIOS E DE CEMITÉRIOS;

XXX - REGULAMENTAR, LICENCIAR, PERMITIR, AUTORIZAR E FISCALIZAR A -/ AFIXAÇÃO DE CARTAZES E ANÚNCIOS, BEM COMO A UTILIZAÇÃO DE QUALQUER OUTROS MEIOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDAS, NOS LOCAIS SUJEITOS AO PODER DE POLICIA MUNICÍPAL;

XXXI - PRESTAR ASSISTÊNCIA NAS EMERGÊNCIAS MÉDICO-HOSPITALARES DE PRONTO-SOCORRO, POR SEUS PRÓPRIOS SERVIÇOS OU MEDIANTE CONVÊNIO COM INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA;

XXXII - ORGANIZAR E MANTER OS ERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO NECESSÁRIOS AO EXERCÍCIO DO SEU PODER DE POLICIA ADMINISTRATIVA;

XXXIII-FISCALIZAR, NOS LOCAIS DE VENDA, PESO, MEDIDAS E CONDIÇÕES SANITÁRIAS DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS;

XXXIV -DISPOR SOBRE O DEPÓSITO E VENDA DE ANIMAIS E MERCADORIAS APREENDIDOS EM DECORRÊNCIA DE TRANSGRESSÃO DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL;

XXXV- DISPOR SOBRE REGISTRO VACINAÇÃO E CAPTURA DE ANIMAIS? COMO A FINALIDADE PRECÍPUA DE ERRADICAR AS MOLESTIAS DE QUE POSSAM SER PORTADORES OU TRANSMISSORES;

XXXVII ESTABELECER E IMPOR PENALIDADES POR INFRAÇÃO DE SUAS LEIS E REGULAMENTOS

XXXVII PRONOVER OS SEGUINTE SERVIÇÕS:

a) MERCADO, FEIRAS E MATADOUROS;

b) CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E CAMINHOS MUNICIPAIS;

c) TRANSPORTE COLETIVOS ESTRITAMENTE NUNICIPAIS;

d) ILUMINAÇÃO PÚBLICA;

XXXVIII - REGULAMENTAR O SEVIÇO DE CARROS DE ALUGUEL, INCLUSIVE O USO DE TAXÍMETROS;

XXXIX - ASSEGURAR A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES REQUERIDAS ÀS REPARTIÇÕES ADMINISTRATIVAS MUNICIPAIS, PARA DEFESA DE DIREITOS E ESCLA= RECIMENTO DE SITUAÇÕES, ESTABELECENDO OS PRAZOS DE ATENDIMEN TOS.

§ 1º AS NORMAS DE LOTEAMENTO E ARRUAMENTO A QUE SE REFERE O INCISO XIV DESTE ARTIGO DEVERÃO EXIGIR RESERVA DE ÁREA DESTINADAS A:

a) ZONAS VERDES E DEMAIS LOGRADOUROS PÚBLICOS;

b) VIAS DE TRÁFEGO E DE PASSAGEM DE CANALIZAÇÕES PÚBLICAS, DE ESGOTOS E DE ÁGUAS PLUVIAIS NOS FUNDOS DOS VALES;

C) PASSAGEM DE CANALIZAÇÕES DE ESGOTOS DE ÁGUAS PLUVIAIS COM LARGURA MINIMA DE DOIS METROS NOS FUNDOS DE LOTES? CUJO DESNÍVEL SEJA SUPERIOR A UM METRO DE FRENTE AO FUNDO

§ 2º A LEI COMPLEMENTAR DE CRIAÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL ESTABELECERÁ A ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA DESSA FORÇA AUXILIAR NA PROTEÇÃO DOS BENS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES MUNICIPAIS.

## S E Ç Ã O II
## DA COMPETÊNCIA COMUM

ART. 11 - É DA COMPETÊNCIA ADMINISTRATIVA COMUM DO MUNICÍPIO, DA UNIÃO E DO ESTADO, OBSERVADA A LEI COMPLEMENTAR FEDERAL, O EXERCÍCIO DAS SEGUINTES MEDIDAS:

I - ZELAR PELA GUARDA DA CONSTITUIÇÃO, DAS LEIS E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS E CONSERVAR O PATRINOMIO PÚBLICO;

II - CUIDAR DA SAUDE E ASSISTÊNCIA PÚBLICA, DA PROTEÇÃO E GARANTIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA;

III - PROTEGER OS DOCUMENTOS, AS OBRAS E OUTROS BENS DE VALOR HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL, OS MOMUMENTOS, AS PAISAGENS NATURAIS NOTÁVEIS E OS SITIOS ARQUEOLÓGICOS;

IV - IMPEDRIR A EVASÃO, A DESTRUIÇÃO E A DESCARACTERIZAÇÃO DE OBRAS DE ARTE E DE OUTROS BENS DE VALOR HISTÓRICO, ARTÍSTICO OU CULTURAL;

V - PROPORCIONAR OS MEIOS DE ACESSO À CULTURA, À EDUCAÇÃO E À CIÊNCIA;

VI - PROTEGER O MEIO AMBIENTE E COMBATER A POLUIÇÃO EM QUALQUER DE SUAS FORMAS;

VII - PRESERVAR AS FLORESTAS, A FAUNA E A FLORA;

VIII - FORMENTAR A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E ORGANIZAR O ABASTECIMENTO ALIMENTAR;

IX - PROMOVER PROGRAMAS DE CONSTRUÇÃO DE MORADIAS E A MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS E DE SANEAMENTO BÁSICO;

X - COMBATER AS CAUSAS DE POBLEZA E OS FATORES DE MARGINALIZAÇÃO, PROMOVENDO A INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS SETORES DESFAVORECIDOS;

XI - REGISTRAR, ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS CONSESSÕES DE DIREITOS DE PESSOAS E EXPLORAÇÃO DE RECURSOS HIDRICOS E MINERAIS EM SEUS TERRITÓRIOS;

XII - ESTABELECER E IMPLANTAR POLITICA DE EDUCAÇÃO PARA A SEGURANÇA DO TRÂNSITO;.

S E Ç Ã O III

DA COMPETÊNCIA SUPLEMENTAR.

Art. 12 - AO MUNICÍPIO COMPETE SUPLEMENTAR A LEGISLAÇÃO FEDERAL E A ESTADUAL NO QUE COUBER E NAQUILO QUE DISSER RESPEITO AO SEU PECULIAR INTERESSE.

PARÁGRAFO ÚNICO. A COMPETÊNCIA PREVISTA NESTE ARTIGO SERÁ EXERCIDA EM RELAÇÃO AS LEGISLAÇÕES FEDERAL E ESTADUAL NO QUE DIGAM RESPEITO AO PECULIAR INTERESSE MUNICIPAL, VISANDO A ADPTÁ-LAS À REALIDADE LOCAL.

CAPÍTULO III

DAS VEDAÇÕES.

ART. 13 - AO MUNICÍPIO É VEDADO:

I - ESTABELECER CULTO RELIGIOSOS OU IGREJA, SUBVENCIONÁ-LOS, EMBARAÇA-LHE O FUNCIONAMENTO OU MANTER COM ELES OU SEUS REPRESENTANTES RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA OU ALIANÇA, RESSALVADA, NA FORMA DA LEI, A COLABORAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO;

II - RECUSAR FÉ AOS DOCUMENTOS PÚBLICOS;

III - CRIAR DISTINÇÕES ENTRE BRASILEIROS OU PREFERÊNCIA ENTRE SI;

IV - SUBVENCIONAR OU AUXILIAR, DE QUALQUER MODO, COM RECUSRSOS PERTENCENTES AOS COFRES PÚBLICOS, QUER PELA IMPRENSA, RÁDIO, TELEVISÃO, SERVISOS/ DE ALTO-FALANTE OU QUALQUER OUTRO MEIO DE COMUNICAÇÃO, PROPAGANDA POLITICO-PARDIDÁRIA OU FINS ESTRANHO À ADMINISTRAÇÃO;

V - MANTER A PUBLICIDADE DE ATOS, PROGRAMAS, OBRAS, SERVIÇOS E CAMPANHAS DE ORGÃOS PÚBLICOS QUE NÃO TENHAN CARATER EDUCATIVO, INFORMATIVO OU DE ORIENTAÇÃO SOCIAL, ASSIM COMO A PUBLICIDADE DE QUAL CONSTEM NOMES, SIMBOLOS OU IMAGENS QUE CARACTERIZEM PROMOÇÃO PESSOAL DE AUTORIDADES OU SERVIDORES PÚBLICOS;

VI - OUTORGAR ISENÇÕES E ANISTIAS FISCAIS, OU PERNITIR A REMISSÃO DE DÍVIDAS, SEM INTERESSE PÚBLICO JUSTIFICADO, SOB PENA DE NULIDADE DO ALTO;

VII - EXIGIR OU AUMENTAR TRIBUTOS SEM LEI QUE O ESTABELEÇA;

VIII - INSTITUIR TRATAMENTO DESIGUAL ENTRE CONTRIBUINTES QUE SE ENCONTREM EM SITUAÇÃO EQUIVALENTE, PROIBIDA QUALQUER DISTINÇÃO EM RAZÃO DE OCIPAÇÃO PROFISSIONAL OU FUNÇÃO POR ELES EXERCIDA, INDEPENDENTEMENTE DA DENOMINAÇAO JURÍDICA DOS RENDIMENTOS, TITULOS OU DIREITOS;

IX - ESTAVELECER DIFERENÇA TRIBUTÁRIA ENTRE BENS E SERCIÇOS DE QUALQUER NATUREZA, EM RAZÃO DE SUA PROCEDÊNCIA OU DESTINO;

X - COBRAR TRIBUTOS:

a) EM RELAÇÃO A FATOS GERADORES OCORRIDOS ANTES DO INICIO DA VIGÊNCIA DA LEI QUE OS HOUVER INSTITUIDO OU AUMENTADO;

b) NO MESMO EXERCÍCIO FINANCEIRO EM QUE HAJA SIDO PUBLICADA A ELI QUE OS INSTITUI OU AUMENTOU;

XI - UTILIZAR TRIBUTOS COM EFEITO DE CONFISCO;

XII - ESTAVELECER LIMITAÇÕES AO TRÁFEGO DE PESSOAS OU BENS, POR MEIO DE TRIBUTOS, RESSALVADA A COBRANÇA DE PEDÁGIO PELA UTILIZAÇÃO DE VIAS CONSERVADAS PELO PODER PÚBLICO;

XIII - INSTITUIR IMPOSTO SOBRE;

a) PATRIMONIO, RENDA OU SEVIÇOS DA UNIÃO. DO ESTADO E DE OUTROS MUNICÍPIOS;

b) TEMPLOS DE QUALQUER CULTO;

c) PATRIMÔNIO, RENDA OU SERVIÇOS DOS PARTIDOS POLÍTICOS, INCLUSIVE SUAS FUNDAÇÕES, DAS ENTIDADES SINDICAIS DOS TRABALHADORES, DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEM FINS LUCRATIVOS, ATENDIDOS OS REQUISITOS DA LEI FEDERAL;

d) LIVROS, JORNAIS, PERIÓDICOS E O PAPEL DESTINADO A SUA IMPRESSÃO.

§ 1º A VEDAÇÃO DO INCISO XII, A, É EXTENSIVA ÀS AUTARQUIAS E ÀS FUNDAÇÕES INSTITUIDAS E MANTIDAS PELO PODER PÚBLICO, NO QUE SE REFERE AO PATRIMÔNIO, À RENDA E AOS SERVIÇOS, VINCULADOS ÀS SUAS FINALIDADES OU ÀS DELAS DECORRENTES;

§ 2 AS VEDAÇÕES DO INCISO XIII, A, E DO PARAGRAFO ANTERIOR NÃO SE APLICAM AO PATRINOMIO, À RENDA E AOS SERVIÇOS RELACIONADOS COM EXPLORAÇÃO DE - ATIVIDADES ECONOMICÁS REGIDAS PELAS NORMAS APLICÁVEIS A EMPREENDIMENTOS = PRIVADOS, OU EM QUE HAJA CONTRAPRESTAÇÃO OU PAGAMENTO DE PREÇOS OU TARIFAS PELO USUÁRIO, NEM EXONERA O PROMITENTE COMPRADOR DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR IMPOSTOS RELATIVAMENTE AO BEM IMÓVEL;

§ 3 AS VEDAÇÕES EXPRESSAS NO INCISO XIII ALÍNEIAS b e C, COMPREENDEM SOMENTE O PATRIMÔNIO, A RENDA E OS SERVIÇOS RELACIONANDOS COM AS FINALIDADES ESSENCIAIS DAS ENTIDADES NELAS MENCIONADAS;

§ 4 AS DEDAÇÕES EXPRESSAS NOS INCISOS VII a XIII SERÃO REGULAMENTADAS EM LEI COMPLEMENTAR FEDERAL.

# T I T U L O II

## DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

### CAPÍTULO I

### DO PODER LEGISLATIVO

#### S E Ç Ã O I

#### DA CÂMARA MUNICIPAL

ART 14 - O PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO É EXERCIDO PELA CÂMARA MUNICIPAL.

PARÁGRAFO ÚNICO. CADA LEGISLATURA TERÁ DURAÇÃO DE QUATRO ANOS, COMPREENDENDO CADA ANO UMA SESSÃO LEGISLATIVA.

ART. 15 - A CÂMARA MUNICIPAL É COMPOSTA DE VEREADORES ELEITO PELO SITEMA PROPORCIONAL, COMO REPRESENTANTE DO POVO, COM MANDATO DE QUATRO ANOS.

§ 1 SÃO CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE PARA O MANDATO DE VEREADOR, NA FORMA DA LEI FEDERAL:

I - - A NACIONALIDADE BRASILEIRA
II - O PLENO EXERCÍCIO DOS DIREITOS POLÍTICOS;
III - O ALISTAMENTO ELEITORAL
IV - O DOMICILIO ELEITORAL NA CIRCUNSCRIÇÃO;
V - A FILIAÇÃO PARTIDÁRIA;
VI - A IDADE MÍNIMA DE DEZOITO ANOS. e
VII- SER ALFABETIZADO.

§ 2 O NUMERO DE VEREADORES SERÁ FIXADO PELA JUSTIÇA ELEITORAL, TENDO - EM VISTA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO E OBSERVADOS OS LIMITES ESTABELECIDOS NO ART. 29, IV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

ART 16 A CAMARA MUNICIPAL, REUNIR-SE-Á ANUALMENTE, NA SEDE DO MUNICÍPIO, DE 15 DE FEVEREIRO A 30 DE JUNHO E DE 1º DE AGOSTO A 15 DE DEZEMBRO.

§ 1º AS REUNIÕES MARCADAS PARA ESSAS DATAS SERÃO TRANSFERIDAS PARA O PRIMEIRO DIA UTIL SUBSEQUENTE, QUANDO RECAIREM EM SABADOS, DOMINGOS OU FERIADOS.

§ 2º A CÂMARA SE REUNIRÁ EM SESSÕES ORDINÁRIAS, EXTRAORDINÁRIAS OU SOLENES, CONFORME DISPUSER O SEU REGIMENTO INTERNO.

§ 3 A CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL FAR-SE-Á:

I - PELO PREFEITO, QUANDO ESTE A ENTENDER NECESSÁRIA;
II - PELO PRESIDENTE DA CÂMARA PARA O COMPROMISSO E A POSSE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO
III - PELO PRESIDENTE DA CÂMARA OU A REQUERIMENTO DA MAIORIA DOS MEMVROS DA CASA, EM CASO DE URGÊNCIA OU INTERESSE PÚBLICO RELEVANTE.
IV - PELA COMISSÃO REPRESENTATIVA DA CÂMARA, CONFORME PREVISTO NO ART. 36, V, DESTA LEI ORGÂNICA.

§ 4º NA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERARÁ - SOBRE A MATERIA PARA A QUAL FOI CONVOCADA.

ART. 17 - AS DELIBERAÇÕES DA CÂMARA SERÃO TOMADAS POR MAIORIA DE VOTOS, - PRESENTE A MAIORIA DE SEUS MEMBROS, SALVO DISPOSIÇÃO EM CONTRÁRIO CONSTANTE

NA CONSTIRUIÇÃO FEDERAL E NESTA LEI ORGÂNICA.

ART. 18 - A SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA NÃO SERÁ INTERROMPIDA SEM A DILEBERAÇÃO SOBRE O PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA.

ART. 19 - AS SESSÕES DA CÂMARA DEVERÃO SER REALIZADAS EM RECINTO DESTINADO AO SEU FUNCIONAMENTO, OBSERVADO O DISPOSTO NO ART. 35, XII DESTA/ LEI ORGÂNICA.

§ 1º COMPROVADA A IMPOSSIBILIDADE DE ACESSO AO RECINTO DA CÂMARA, OU OUTRA CAUSA QUE IMPEÇA A SUA UTILIZAÇÃO, PODERÃO SER REALIZADAS EM OUTRO LOCAL DESIGNADO PELO JUIZ DE DIREITO DA COMARCA NO AUTO DE VERIFICAÇAO - DA OCORRÊNCIA.

§ 2º AS SESSÕES SOLENES PODERÃO SER REALIZADAS FORA DO RECINTO DA CÂMARA.

ART. 20 - AS SESSÕES SERÃO PUBLICAS, SALVO DELIBERAÇÃO EM CONTRÁRIO, - DE DOIS TERÇOS (2/3) DOS VEREADORES, ADOTADA EM RAZÃO DE MOTIVO RELEVANTE.

ART. 21 - AS SESSÕES SOMENTE PODERÃO SER ABERTAS COM A PRESENÇA DE, NO MÍNIMO, UM OITAVO DO MEMBROS DA CÂMARA.

PARÁGRADO UNICO. CONSIDERAR-SE-Á PRESENTE À SESSÕES O VEREADOR QUE ASSINAR O LIVRO DE PRESENÇA ATÉ O INÍCIO DA ORDEM DO DIA, PARTICIPAR DOS -- TRABALHOS DO PLENÁRIO E DAS VOTAÇÕES.

## S E Ç Ã O II

## DO FUNCIONAMENTO DA CÂMARA

ART. 22 - A CÂMARA REUNIR-SE-Á EM SESSÕES PREPARATÓRIA, A PARTIR DE 1º DE FEVEREIRO, NO PRIMEIRO ANO DE LIGISLATURA, PARA A POSSE DE SEUS MEMBROS E ELEIÇÃO DA MESA.

§ 1º A POSSE OCORRERÁ EM SESSÃO SOLENE, QUE SE REALIZARÁ INDEPENDENTE - DE NÚMERO, SOB A PRESIDÊNCIA DO VEREADOR MAIS IDOSO DENTRE OS PRESENTES.

§ 2º O VEREADOR QUE NÃO TOMAR POSSE NA SESSÃO PREVISTA NO PARÁGRAFO ANTERIOR DEVERÁ FAZÊ-LO DENTRO DO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS DO INÍCIO DO FUNCIONAMENTO NORMAL DA CÂMARA, SOB PENA DE PERDA DO MANDATO, SALVO MOTIVO -- JUSTO, ACEITO PELA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

§ 3º - IMEDIATAMENTE APÓS A POSSE, OS VEREADORES REUNIR-SE-ÃO SOB A PRESIDÊNCIA DO MAIS IDOSO DENTRE OS PRESENTES, E, HAVENDO MAIORIA ABSOLUTA == DOS MEMBROS DA CÂMARA, ELEGERÃO OS COMPONENTES DA MESA, QUE SERÃO AUTONATICAMENTE EMPOSSADOS.

§ 4º - INEXISTINDO NÚMERO LEGAL, O VEREADOR MAIS DENTRE OS PRESENTES PERMANECERÁ NA PRESIDÊNCIA E CONVOCARÁ SESSÕES DIÁRIA, ATÉ QUE SEJA ELEITA A MESA.

§ 5º - A ELEIÇÃO DA MESA DA CÂMARA, PARA O SEGUNDO BIÊNIO, FAR-SE-Á NO DIA 15 DE FEVEREIRO DO TERCEIRO ANO DE CADA LEGISLATURA, CONSIDERANDO-SE - AUTOMATICAMENTE EMPOSSADOS OS ELEITOS.

§ 6º - NO ATO DA POSSE E AO TERMINO DO MANDATO OS VEREADORES DEVERÃO FAZER DECLARAÇÃO DE SEUS BENS, AS QUAIS FICARÃO ARQUIVADAS NA CÂMARA, - CONSTANDO DAS RESPECTIVAS ATAS O SEU RESUMO.

ART. 23 - O MANDADO DA MESA SERÁ DE DOIS ANOS, VEDADA A RECONDUÇÃO - PARA O MESMO CARGO NA ELEIÇÃO IMEDIATAMENTE SBSEQUENTE.

ART. 24 - A MESA DA CÂMARA SE COMPÕE DO PRESIDENTE, DO PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE, DO SEGUNDO VICE-PRESIDENTE, DO PRIMEIRO SECRETÁRIO E SEGUNDO SECRETÁRIO, OS QUAIS SE SUBSTITUIRÃO NESSA ORDEM.

§ 1º NA CONSTIRUIÇÃO DA MESA É ASSEGURADA, TANTO QUANDO POSSIVEL, A - REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL DOS PARTIDOS OU DOS BLOCOS PALARMENTARES QUE PARTICIPAM DA CASA.

§ 2º - NA AUSÊNCIA DOS MEMBROS DA MESA O VEREADOR MAIS IDOSO ASSUNIRÁ A PRESIDÊNCIA.

§3 QAULQUER COMPONENTE DA MESA PODERÁ SER DESTITUIDO DA MESMA, PELO VOTO DE DOIS TERÇOS ((2/3) DOS MEMBROS DA CÂMARA, QUANDO FALTOSO, OMISSO OU INEFICIENTE NO DESEMPENHO DE SUAS ATRIBUIÇÕES REGIMENTAIS, ELEGENDO-SE OUTRO VEREADOR PARA COMPLEMENTAÇÃO DO MANDATO.

ART. 25 - A CÂMARA TERÁ COMISSÕES PERMAMENTE E ESPECIAIS.

§ 1º ÀS COMISSÕES PERMAMENTES EM RAZÃO DA MATÉRIA DE SUA COMPETÊNCIA, CABE:

I - DISCUTIR E VOTAR PROJETO DE LEI QUE DISPENSAR, NA FORMA DO REGIMENTO ITERNO? A COMPETÊNCIA DO PLENÁRIO, SALVO SE HOUVER RECUSRSO DE UM DÉCIMO (1/10) DOS MEMBROS DA CASA;

II - REALIZAR AUDIÊNCIA PÚBLICAS COM ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL;

III - CONVOCAR OS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS OU DIRETORES EQUIVALENTES, PARA PRESTAR INFORMAÇÕES SOBRE ASSUNTOS INERENTES A SUAS ATRIBUIÇÕES;

IV - RECEBER PETIÇÕES, RECLAMAÇÕES, REPRESENTAÇÕES OU QUEIXAS DE QUALQUER PESSOA CONTRA ATOS OU OMISSÕES DAS AUTORIDADE OU ENTIDADES PÚBLICAS;

V - SOLICITAR DEPOIMENTO DE QULAQUER AUTORIDADE OU CIDADÃO;

VI - EXERCER, NO ÂMBITO DE SUA COMPETÊNCIA, A FISCALIZAÇÃO DOS ATOS DO EXECUTIVO E DA ADMINISTRAÇÃO INDERETA.

§ 2º AS COMISSÕES ESPECIAIS, CRIADAS POR DELIBERAÇÃO EM PLENÁRIO, SERÃO DESTINADAS AO ESTUDO DE ASSUNTOS ESPECÍFICOS E À REPRESENTAÇÃO DA CÂMARA - EM CONGRESSOS, SOLENIDADES OU OUTROS ATOS PÚBILICOS.

§ 3º NA FORMAÇÃO DAS COMISSÕES, ASSEGURAR-SE-Á, TANTO QUANTO POSSIVEL, A REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL DOS PARTIDOS OU DOS BLOCOS PARLAMENTARES QUE PARTICIPEM DA CÂMARA.

§ 4º AS COMISSÕES PARLAMENTERES DE INQUÉRIO, QUE TERÃO PODERES DE INVESTIGAÇÃO PRÓPRIA DAS AUTORIDADES JUDICIAIS, ALÉM DE OUTROS OUTROS PREVISTOS NO REGIMENTO ITERNO DA CASA, SERÃO CRIADAS PELA CÂMARA MUNICIPAL, MEDIANTE REQUERIMENTO DE UM TERÇO DOS SEUS MEMBROS, PARA A APURAÇÃO DE FATO DETERMINADO E POR PRAZO CERTO, SENDO SUAS CONCLUSÕES, SE FOR O CASO, ENCAMINHADAS AO MINISTÉRIO PÚBLICO, PARA QUE PROMOVA A RESPOSABILIDADE CIVIL OU CRIMINAL DOS INFRATORES.

ART. 26 - A MAIORIA, A MINORIA, AS REPRESETANTAÇÕES PARTIDÁRIAS COM NÚMERO DE MEMBROS SUPERIOR A 1/10 (UM DÉCIMO) DA COMPOSIÇÃO DA CASA, E OS -- BLOCOS PARLAMENTARES TERÃO LIDER E CICE-LIDER.

§ 1º A INDICAÇÃO DOS LIDERES SERÁ FEITA EM DOCUMENTO SUBSCRITO PELOS -/ MEMBROS DAS REPRESENTAÇÕES MAJORITÁRIAS, MINORITÁRIA, BLOCOS PARLAMENTARES OU PARTIDOS POLITICOS À MESA, NAS VINTE E QUATRO HORAS QUE SE SEGUIREM À - INSTALAÇÃO DO PRIMEIRO PERÍODO LEGISLATIVO ANUAL.

§ 2 OS LIDERES INDICARÃO OS RESPECTIVOS VICE-LÍDERES, DANDO CONHECIMENTO À MESA DA CÂMARA DESSA DESIGNAÇÃO.

ART 27 - ALÉM DE OUTRAS ATRIBUIÇÕES PREVISTA NO REGIMENTO INTERNO, OS LIDERES INDICARÃO OS REPRESENTANTES PARTIDÁRIOS NA COMISSÕES DA CÂMARA.

PARÁGRAFO ÚNICO. AUSENTE OU IMPEDIDO O LIDER, SUAS ATRIBUIÇÕES SERÃO EXERCIDAS PELO VICE-LIDER.

ART 28 - À CÂMARA MUNICIPAL, OBSERVADO O DISPOSTO NESTA LEI ORGÂNICA, COMPETE ELABORAR SEU REGIMENTO INETRNO, DISPONDO SUA ORGANIZAÇÃO, POLÍCIA E PROVIMENTO DE CARGOS DE SEUS SERVIÇOS E, ESPECIALMENTE, SOBRE:

I - SUA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO
II - POSSE DE SEUS MEMBROS;
III - ELEIÇÃO DA MESA, SUA COMPOSIÇÃO E SUAS ATRIBUIÇÕES;
IV - NÚMERO DE REUNIÕES MENSAIS
V - COMISSÕES;
VI - SESSÕES;
VII - DELIBERAÇÕES;
VIII - TODO E QUALQUER ASSUNTO DE SUA ADMINISTRAÇÃO INTERNA.

ART. 29 - POR DELIBERAÇÃO DA MAIORIA DE SEUS MEMBROS, A CÂMARA PODERÁ CONVOCAR SECRETÁRIO MUNICIPAL OU DIRETOR EQUIVALENTE PARA, PESSOALMENTE, PRES-/ TAR INFORMAÇÕES ACERCA DE ASSUNTOS PREVIAMENTE ESTABELECIDOS.

PARÁGRAFO ÚNICO. A FALTA DE COMPARECIMENTO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL OU DIRETOR EQUIVALENTE, SEM JUSTIFICATIVA RAZOÁVEL, SERÁ CONSIDERADO DESACATO À - CÂMARA, e? SE O SECRETÁRIO OU DIRETOR FOR VEREADOR LICENCIADO, O NÃO-COMPARECIMENTO NAS CONDIÇÕES MENCIONADAS CARACTERIZARÁ PROCEDIMENTO INCOMPATÍVEL - COM A DIGNIDADE DA CÂMARA, PARA INSTAURAÇAO DO RESPECTIVO PROSESSO, NA FORMA DA LEI FEDERAL, E CONSEQUENTE CASSAÇAO DO MANDATO

ART. 30 - O SECRETÁRIO MUNICIPAL OU DIRETOR EQUIVALENTE, A SEU PEDIDO, PODERÁ COMPARECER PERANTE O PLENÁRIO OU QUALQUER COMISSÃO DA CÂMARA PARA EXPOR ASSUNTO E DISCUTIR PROJETO DE LEI OU QUALQUER OUTRO ATO NORMATIVO RELACIONADO COM O SEU SERVIÇO ADMINISTRATIVO.

ART. 31 - A MESA DA CÂMARA PODERÁ ENCAMINHAR PEDIDO ESCRITO DE INFORMAÇÃO AOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS OU DIRETORE EQUIVALENTES, IMPORTANDO CRIME DE RESPOSABILIDADE A RECUSA OU NÃO-ATENDIMENTO NO PRAZO DE TRINTA DIAS, BEM COMO A A PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO FALSA.

ART. 32 - À MESA, DENTRE OUTRAS ATRIBUIÇÕES, COMPETE:

I - TOMAR TODAS AS MEDIDAS NECESSÁRIAS À REGULARIDADE DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS;

II - PROPOR PROJETOS QUE CRIEM OU EXTINGAM CARGOS NOS SERVIÇOS DA CÂMARA E FIXEM OS RESPCTIVOS VENCIMENTOS

III - APRESENTAR PROJETOS DE LEI DISP NDO SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS/ SUPLEMENTARES OU ESPECIAIS, ATRAVÉS DO APROVEITAMENTO TOTAL OU PARCIAL DAS CONSGNAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA CÂMARA;

IV - PROMULGAR A LEI ORGÂNICA E SUA EMENDAS;

V - REPRESENTAR, JUNTO AO EXECUTIVO, SOBRE NECESSIDADES DE ECONOMIA INTERNA;

VI - CONTRATAR, NA FORMA DA LEI, POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

ART 33 - DENTRE OUTRA ATRIBUIÇÕES, COMPETE AO PRESIDENTE DA CÂMARA:

I - REPRESENTAR A CÂMARA EM JUIZO E FORA DELE;

II - DIRIGIR, EXECUTAR E DISCIPLINAR OS TRABALHOS LEGISLATIVOS E ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA;

III - INTERPRETAR E FAZER CUMPRIR O REGIMENTO INTERNO;

IV - PROMULGAR AS RESOLUÇÕES E DECRETOS LEGISLATIVOS;

V - PROMULGAR AS LEIS COM SANÇÃO TÁCITA OU CUJO VETO TENHA SIDO REJEITADO PELO PLENÁRIO, DESDE QUE NÃO ACEITA ESTA DECISÃO, EM TEMPO HÁBIL,/ PELO PREFEITO;

VI - FAZER PUBLICAR OS ATOS DA MESA, AS RESOLUÇÕES, DECRETOS LEGISLATIVOS E AS LEIS QUE VIER A PROMULGAR;

VII - AUTORIZAR AS DESPESAS DA CÂMARA;

VIII- REPRESENTAR POR DECISÃO DA CÂMARA, SOBRE A INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI OU ATO MUNICIPAL;

IX - SOLICITAR, POR DECISÃO DA MAIORIA ABSOLUTA DA CÂMARA, A INTERVENÇÃO NO MUNICÍPIO NOS CASOS ADMITIDOS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E PELA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL;

X - MANTER A ORDEM NO RECINTO DA CÂMARA, PODENDO SOLCITAR A FORÇA - NECESSÁRIA PARA ESSE FIM;

XI - ENCAMINHAR, PARA PARECER PRÉVIO, A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO OU ORGÃO A QUE FOR ATRIBUIDA TAL COMPETÊNCIA.

## S E Ç Ã O III

## DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

ART. 34 COMPETE À CÂMARA MUNICIPAL, COM A SANÇÃO DO PREFEITO, DISPOR SOBRE TODAS AS MATÉRIAS DE COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO E, ESPECIALMENTE:

I - INSTITUIR E ARRECADAR OS TRIBUTOS DE SUA COMPETÊNCIA, BEM COMO APLICAR SUAS RENDAS;

II - AUTORIZAR ISENÇÕES E ANISTIA FISCAIS E A REMISSÃO DE DÍVIDAS;

III - VOTAR O ORÇAMENTO ANUAL E O PLURIANUAL DE INVESTIMENTO, BEM como AUTORIZAR A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTARES E ESPECIAIS

IV - DELIBERAR SOBRE OBTENÇÃO E CONCESSÃO DE EMPRESTIMOsE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, BEM COMO A FORMA E OS MEIOS DE PAGAMENTOS;

V - AUTORIZAR A CONSESSÃO DE AUXILIOS E SUBVENÇÕES;

VI - AUTORIZAR A CONSESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS;

VII - AUTORIZAR A CONCESSÃO DO DIREITO REAL DE USO DE BENS MUNICIPAIS;

VIII - AUTORIZAR A CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO DE BENS MUNICIPAIS;

IX - AUTORIZAR A ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS;

X - AUTORIZAR A AQUISIÇÃO DE BENS IMÓVEIS, SALVO QUANDO SE TRATA DE DOAÇÃO SEM ENCARGO;

XI - CRIAR, TRANSFORMAR E EXTINGUIR CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS E FIXAR OS RESPECTIVOS VENCIMENTOS, INCLUSIVE OS DOS SERVIÇOS DA CÂMARA;

XII - CRIAR, ESTRUTURAR E CONFERIR ATRIBUIÇÕES E SECRETÁRIOS OU DIRETORES EQUIVALENTES E ORGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;

XIII - APROVAR O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO;

XIV - AUTORIZAR CONVÊNIOS COM ENTIDADES PÚBLICAS OU PARTICULARES E COMSÓRCIOS COM OUTRO MUNICÍPIOS;

XV - DELIMITAR O PERÍMETRO URBANO;

XVI - AUTORIZAR A ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO DE PRÓPRIOS, VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS;

XVII - ESTABELECER NORMAS URBANÍSTICAS, PARTICULARMENTE AS RELATIVAS A - ZONEAMENTO E LOTEAMENTO.

ART. 35 - COMPETE PRIVATIVAMENTE À CÂMARA MUNICIPAL EXERCER AS SEGUINTES ATRIBUIÇÕES, DENTRE OUTRAS:

I - ELEGER SUA MESA;

II - ELABORAR O REGIMENTO INTERNO;

III - ORGANIZAR OS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS INTERNOS E PROVER OS CARGOS RESPECTIVOS;

IV - PROPOR A CRIAÇÃO OU A EXTIÇÃO DOS CARGOS DOS ERVIÇOS ADMINISTRATIVOS INTERNOS E A FIXAÇÃO DOS RESPECTIVOS VENVIMENTOS;

V - CONCEDER LICENÇA AO PREFEITO, AO VICE-PREFEITO E AOS VEREADORES;

VI - AUTORIZAR O PREFEITO A AUSENTAR-SE DO MUNICÍPIO, POR MAIS DE VINTE DIAS, POR NECESSIDADE DE SERVIÇO;

VII - TOMAR E JULGAR AS CONTAS DO PREFEITO, DELIBERANDO SOBRE O PARECER DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO NO PRAZO MÁXIMO DE SESSENT (60) DIAS DE SEU/ RECEBIMENTO, OBSERVANDO OS SEGUINTE PRECEITOS:

a) - O PARECER DO TRIBUNAL SOMENTE DEIXARA DE PREVALECER POR DECISÃO DE - DOIS TERÇOS (2/3) DOS MEMBROS DA CÂMARA;

b) - DECORRIDO O PRAZO DE SESSENTA DIAS (60), SEM DELIBERAÇÃO PELA CÂMARA AS CONTAS SERÃO CONSIDERADAS APROVADAS OU REJEITADAS, DE ACÔRDO COM A CONCLUSÃO DO PARECER DO TRIBUNAL DE CONTAS;

C) - REJEITADAS AS CONTAS, SERÃO ESTAS, IMEDIATAMENTE, REMETIDAS AO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA OS FINS DE DIREITO

VIII - DECRETAR A PERDA DO MANDATO DO PREFEITO E DOS VEREADORES, NOS CASOS INDICADOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NESTA LEI ORGÂNICA E NA LEGISLAÇÃO FEDERAL APLICAVEL;

IX - AUTORIZAR A REALIZAÇÃO DE EMPRESTIMO, OPERAÇÃO OU ACORDO EXTERNO DE QUALQUER NATUREZA, DE INTERESSE DO MUNICÍPIO;

X - PROCEDER À TOMADA DE CONTAS DO PREFEITO, ATRAVÉZ DE COMISSÃO ESPECIAL, QAUNDO NÃO APRESENTADA À CÂMARA, DENTRO DE SESSENTA DIAS (60) APÓS A ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA;

XI - APROVAR CONVÊNIO, ACORDOOU QUALQUER OUTRO INSTRUMENTO CELEBRADO PELO MUNICÍPIO COM A UNIÃO, O ESTADO, OUTRA PESSOA JURÍRICA DE DIREITO PÚBLICO INTERMO OU ENTIDADES ASSISTENCIAIS CULTURAIS;

XII - ESTABELECER E MUDAR TEMPORARIAMENTE O LOCAL DE SUAS REUNIÕES;

XIII- CONVOCAR O PREFEITO E O SECRETÁRIO DO MUNICÍPIO OU DIRETOR EQUIVALENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS, APRAZANDO DIA E HORA PARA O COMPARECIMENTO;

XIV - DELIBERAR SOBRE O ADIAMENTO E SUSPENSÃO DE SUAS REUNIÕES;

XV - CRIAR COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE FATO DETERMINADO E PRAZO CERTO, MEDIANTE REQUERIMENTO DE UM TERÇO DE SUS MEMBROS;

XVI - CONCEDER TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO OU CONFERIR HOMENAGEM A PESSOA QUE RECONHECIDAMENTE TENHAM PRESTADO RELEVANTES SERVIÇOS AO MUNICÍPIO - OU NELE SE DESTACADO PELA ATUAÇÃO EXEMPLAR NA VIDA PÚBLICA E PARTICULAR, MEDIANTE PROPOSTA PELO VOTO DE DOIS TERÇOS (2/3) DOS MEMBROS DA CÂMARA;

XVII- SOLICITAR A INTERVENÇÃO DO ESTADO NO MUNICÍPIO;

XVIII- JULGAR O PREFEITO, O VICE-PREFEITO E OS VEREADORES NO CASOS PREVISTOS EM LEI FEDERAL;

XIX - FISCALIZAR E CONTROLAR OS ATOS DO PODER EXECUTIVO, INCLUÍDOS OS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA;

XX - FIXAR, OBSERVADO O QUE DISPOEM OS ART. 37, XI, 150, II, 153,III, E 153, § 2º, I DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES, EM CADA LEGISLATURA PARA O SUBSEQUENTE, SOBRE A QUAL INCIDIRÁ O IMPOSTO SOBRE RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA;

XXI - FIXAR, OBSERVADO O QUE DISPÕEM OS ART. 37, XI, 150,II, 153,III, e 153 § 2, I DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, EM CADA LEGISLATURA PARA A SUBSEQUENTE,/ A REMUNERAÇÃO DO PREFEITO, DO VICE-PREFEITO E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS OU DIRETORES EQUIVALENTES, SOBRE A QUAL INCIDIRÁ O IMPOSTO SOBRE RENDAS E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA.

ART. 36 - AO TERMINO DE CADA SESSÃO LEGISLATIVA A CÂMARA LELEGERÁ DENTRE OS SEUS MEMBROS, EM VOTAÇÃO SECRETA, UMA COMISSÃO REPRESENTATIVA, CUJA COMPOSIÇÃO REPRODUZIRÁ, TANTO QUANTO POSSIVEL, A PROPORCIONALIDADE DA REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA OU DOS BLOCOS PARLAMENTARES NA CASA, QUE FUNCIONARÁ NOS INTERREGNOS DAS SESSÕES LEGISLATIVAS ORDINÁRIAS, COM AS SEGUINTES ATRIBUIÇÕES:

I - REUNIR-SE ORDINARIAMENTE UMA VEZ POR SEMANA E EXTRAORDINARIAMENTE SEMPRE QUE CONVOCADA PELO PRESIDENTE;

II - ZELAR PELAS PRERROGATIVAS DO PODER LEGISLATIVO;

III - ZELAR PELA OBSERVÂNCIA DA LEI ORGÂNICA E DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS;

IV - AUTORIZAR O PREFEITO A SE AUSENTAR DO MUNICÍPIO POR MAIS DE 20 ( (VINTES) DIAS;

V - CONVOCAR EXTRAORDINARIAMENTE A CÂMARA EM CASO DE URGÊNCIA OU INTERESSE PÚBLICO RELEVANTE.

§ 1º - A COMISSÃO REPRESENTATIVA, CONSTITUIDA POR NÚMERO IMPAR DE VEREADORES, SERÁ PRESIDIDA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA;

§ 2º - A COMISSÃO REPRESENTATIVA DEVERÁ APRESENTAR RELATÓRIO DOS TRABALHOS POR ELA REALIZADOS, QAUNDO DO REINCIO DO PERÍODO DE FUNCIONAMENTO ORDINÁRIO DA CÂMARA.

## S E Ç Ã O IV

## DOS VEREADORES

ART. 37 - OS VEREADORES SÃO INVIOLÁVEIS NO EXERCÍCIO DO MANDATO, E NA CIRCUNSCRIÇÃO DO MUNICÍPIO, POR SUAS OPINIÕES, PALAVRAS E VOTOS.

ART. 38 - É VEDADO AO VEREADOR:

I - DESDE A EXPEDIÇÃO DO DIPLOMA:

a) FIRMAR OU MANTER CONTRATO COM O MUNICÍPIO, COM SUAS AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES, EMPRESAS PÚBLICAS, SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA OU COM SUAS EMPRESAS - CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO, SALVO QUANDO O CONTRATO PÚBLICO OBDECER A CLÁUSULAS UNIFORMES;

b) ACEITAR CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA OU INDIRETA MUNICIPAL, SALVO MEDIANTE APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO E OBSERVADO O DISPOSTO NO ART. 82,I, IV, e V, DESTA LEI ORGÂNICA.

II - DESDE A POSSE:

a) OCUPAR CARGO, FUNÇÃO OU EMPREGO, NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA OU INDIRETA DO MUNICÍPIO, DE QUE SEJA AD NUTUM, SALVO O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL OU DIRETOR EQUIVALENTE, DESDE QUE SE LICENCIE DO EXERCÍCIO DO MANDATO;

b) EXERCER OUTRO CARGO ELETIVO FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL;

C) SER PROPRIETÁRIO, CONTROLADOR OU DIRETOR DE EMPRESA QUE GOZE DE FAVOR DECORRENTE DE CONTRATO COM PESSOAS JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO DO MUNICÍPIO, OU NELA EXERCER FUNÇAO REMUNERADA;

d) PATROCINAR CAUSA JUNTO AO MUNICÍPIO EM QUE SEJA INTERESSADA QUALQUER DAS ENTIDADES A QUE SE REFERE A ALÍNEA "a" DO INCISO I.

ART. 39 - PERDERÁ O MANDATO O VEREADOR:

I - QUE INFRIGIR QUALQUER DAS PROIBIÇÕES ESTABELECIDAS NO ARTIGO ANTERIOR;

II - CUJO PROCEDIMENTO FOR DECLARADO INCOMPATÍVEL COM O DECORO PARLAMENTAR OU ATENTATÓRIO ÀS INSTITUIÇÕES VIGENTES;

III - QUE UTILIZAR-SE DO MANDATO PARA PRATICA DE ATOS DE CORRUPÇÃO OU DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA;

IV -- QUE DEIXAR DE COMPARECECER, EM CADA SESSÃO LEGISLATIVA ANUAL, À TERÇA PARTE DAS SESSÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA, SALVO DOENÇA COMPROVADA, LICENÇA OU MISSÃO AUTORIZADA PELA EDILIDADE;

V - QUE FIXAR RESIDÊNCIA FOTA DO MUNICÍPIO;

VI - QUE PERDER OU TIVER SUSPENSOS OS DIREITOS POLÍTICOS.

§ 1º ALÉM DE OUTROS CASOS DEFINIDOS NO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL, CONSIDERAR-SE-Á INCOMPATIVEL COM O DECORO PARLAMENTAR O ABUSO DAS -- PRERROGATIVAS ASSEGURADAS AO VER ADOR OU A PERCEPÇÃO DE VANTAGENS ILÍCITAS OU IMORAIS.

§ 2º NOS CASOS DOS INCISOS I e II A PERDA DO MANDATO SERÁ DECLARADA PELA CÂMARA POR VOTO SECRETO E MAIORIA ABSOLUTA, MEDIANTE PROVOCAÇÃO DA MESA OU DO PARTIDO POLITICO REPRESENTADO NA CÂMARA, ASSEGURADA AMPLA DEFESA.

§ 3º NOS CASOS PREVISTOS NOS INCISOS III a VI, A PERDA SERÁ DECLARADA PELA MESA DA CÂMARA, DE OFÍCIO OU MEDIANTE PROVOCAÇÃO DE QUALQUER DE SEUS MEMVROS OU DE PARTIDOS REPRESENTADOS NA CASA, ASSEGURADA AMPLA DEFESA.

ART. 40 - O VEREADOR PODERÁ LICENCIAR-SE:

I - POR MOTIVO DE DOENÇA

II - PARA TRATAR, SEM REMUNERAÇÃO, DE INTERESSE PARTICULAR, DESDE QUE O - AFASTAMENTO NÃO ULTRAPASSE CENTO E VINTE DIAS (120) POR SESSÃO LEGISLATIVA;

III - PARA DESEMPENHAR MISSÕES TEMPORARIAS, DE CARATER CULTURAL OU DE INTERESSE DO MUNICÍPIO.

§ 1º NÃO PERDERA O MANDATO, CONSIDERANDO-SE AUTOMATICAMENTE LICENCIADO, O VERADOR INVESTIDO NO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL OU DIRETOR EQUIVALENTE, CONFORME PREVISTO, NO ART. 38, INCISO II, ALÍNEA "a" DESTA LEI ORGÂMICA.

§ 2º AO VEREADOR LICENCIADO NOS TERMOS DOS INCISOS I e III, A CÂMARA PODERÁ DETERMINAR O PAGAMENTO, NO VALOR QUE ESTABELECER E NA FORMA QUE ESPECIFICAR, DE AUXILIO-DOENÇA OU AUXILIO ESPECIAL.

§ 3º O AUXILIO DE QUE TRATA O PARÁGRAFO ANTERIOR PODERÁ SER FIXADO NO CURSO DA LEGISLATURA E NÃO SERÁ COMPUTADO PARA EFEITO DE CALCULO DE REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES.

§ 4º A LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR NÃO SERÁ INFERIOR A - TRINTA DIAS (30) E O VEREADOR NÃO PODERÁ REASSUNIR O EXERCÍCIO DO MANDATO - ANTES DO TERMINO DA LICENÇA.

§ 5º INDEPENDENTEMENTE DE REQUERIMENTO, CONSIDERAR-SE-Á COMO LICENÇA O NÃO-COMPARECIMENTO ÀS REUNIÕES DE VEREADOR PRIVADO, TEMPORARIAMENTE DE SUA LIBERDADE, em VIRTUDE DE PROCESSO CRIMINAL EM CURSO.

§ 6 NA HIPÓTESE DO § 1º, O VEREADOR PODERÁ OPTAR PELA REMUNERAÇÃO DO MANDATO.

ART. 41 - DAR-SE-Á A CONVOCAÇÃO DO SUPLENTE DE VEREADOR NOS CASOS DE VAGA OU LICENÇA.

§ 1º O SUPLENTE CONVOCADO DEVERÁ TOMAR POSSE NO PRAZO DE QUINZE DIAS(15), CONTADOS DA DATA DE CONVOCAÇÃO, SALVO JUSTO MOTIVO ACEITO PELA CÂMARA, QUANDO SE PRORROGARÁ O PRAZO.

§ 2º ENQUANTO A VAGA A QUE SE REFERE O PARÁGRAFO ANTERIOR NÃO FOR PREENCIDA, CALCULAR-SE-Á O QUORUM EM FUNÇÃO DOS VEREADORES.

## S E Ç Ã O V

## DO PROCESSO LEGISLATIVO

ART. 42 - O PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL C MPREENDE A ELABORAÇÃO DE:

I - EMENDAS À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL;
II - LEIS COMPLEMENTARES;
III - LEIS ORDINÁRIAS;
IV - LEIS DELEGADAS;
V - RESOLUÇÕES; e
VI - DECRETO LEGISLATIVOS.

ART. 43 - A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL PODERA SER EMENDADA MEDIANTE PROPOSTA:
I - DE UM TERÇO, NO MÍNIMO, DOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL;
II - DO PREFEITO MUNICIPAL

§ 1º A PROPOSTA SERÁ VOTADA EM DOIS TURNOS COM INTERSTÍCIO MÍMINO DE DEZ DIAS, E APROVADA POR DOIS TERÇOS DOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL.

§ 2º A EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL SERÁ PROMULGADA PELA MESA DA CÂMARA COM O RESPECTIVO NÚMERO DE ORDEM.

§ 3º A LEI ORGÂMICA NÃO PODERÁ SER EMENDADA NA VIGÊNCIA DE ESTADO DE SÍTIO OU DE INTERVENÇÃO NO MUNICÍPIO.

ART. 44 A INICIATIVA DAS LEI CABE A QUALQUER VEREADOR, AO PREFEITO E AO ELEITORADO QUE A EXERCERÁ SOB A FORMA DE MOÇÃO ARTICULADA, SUBSCRITTA, NO - MÍNIMO, POR CINCO POR CENTO DO TOTAL DO NUMERO DE ELEITORES DO MUNICIPIO.

ART. 45 - AS LEI COMPLEMENTARES SOMENTE SERAO APROVADAS SE OBTIVEREM MAIORIA ABSOLUTA DO VOTOS DOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL, OBSERVADOS OS DEMAIS TERMOS DE VOTAÇÃO DAS LEIS ORDINÁRIAS.

PARÁGRADO ÚNICO. SERÃO LEI COMPLEMENTARES, DENTRE OUTRAS PREVISTAS NESTA LEI ORGÂNICA:

I - CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICIPIO
II - CÓDIGO DE OBRAS
III - PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO
IV - CÓDIGO DE POSTURA
V - LEI INSTITUIDORA DO REGIME JURIDICO UNICO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS
VI - LEI ORGÂNICA INSTITUIDORA DA GUARDA MUNICIPAL;
VII - LEI DE CRIAÇÃO DE CARGO, FUNÇÕES OU EMPREGOS PUBLICOS.

ART. 46 - SÃO DE INICIATIVA EXCLUSIVA DO PREFEITO AS LEI QUE DISPONHAM SOBRE:

I - CRIAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO OU EXTINÇÃO DE CARGOS, FUNÇÕES OU EMPREGOS PÚBLICOS NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E AUTÁRQUICA OU AUMENTO DE SU REMUNERAÇAO

II - SERVIDORES PÚBLICOS, SEU REGIME JURÍDICO, PROVIMENTO DE CARGOS,/ ESTABILIDADE E APOSENTADORIA;

III - CRIAÇÃO, ESTRUTURAÇAO E ABTRIBUIÇÕES DAS SECRETARIAS OU DEPARTAMENTOS EQUIVALENTES E ORGÃOS DA ADMINISTRAÇAO PÚBLICA;

IV - MATÉRIA ORÇAMENTÁRIA, E A QUE AUTORIZE A ABERTURA DE CRÉDITO OU CONCEDA AUXILIO, PRÊMIOS E SUBVENÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO. NÃO SERÁ ADMITIDO AUMENTO DE DESPESA PREVISTA NOS PROJETOS DE INICIATIVA EXCLUSIVA DO PREFEITO MUNICIPAL, RESSALVADO O DISPOSTO NO INCISO IV, PRIMEIRA PARTE.

ART. 47 - É DA COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DA MESA DA CÂMARA A INICIATIVA DAS LEIS QUE DISPONHAM SOBRE:

I - AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES OU ESPECIAIS, ATRAVÉS DO APROVEITAMENTO TOTAL OU PARCIAL DAS CONSIGNAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA CÂMARA.

II - ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA, CRIAÇÃO, TRANSFORMAÇAO OU EXTINÇÃO DE SEUS CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES E FIXAÇÃO DA RESPECTIVA REMUNERAÇÃO;

PARÁGRAFO ÚNICO. NOS PROJETOS DE COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DA MESA DA CÂMARA NÃO SERÃO ADMITIDAS EMENDAS QUE AUMENTEM A DESPESA PREVISTA, RESSALVADO O DISPOSTO NA PARTE FINAL DO INCISO II DESTE ARTIGO, SE ASSINADA PELA METADE/ DOS VEREADORES

ART. 48 - O PREFEITO PODERÁ SOLICITAR URGÊNCIA PARA APRECIAÇÃO DE PROJETOS DE SUA INICIATIVA.

§ 1º - SOLICITADA A URGÊNCIA, A CÂMARA DEVERÁ SE MANIFESTAR EM ATÉ NOVENTAS DIAS (90) SOBRE A PROPOSIÇAO, CONTADOS DA DATA EM QUE FOR FEITA A SOLICITAÇÃO.

§ 2º - ESGOTADO O PRAZO PREVISTO NO PARÁGRAFO ANTERIOR SEM DELIBERAÇÃO - PELA CÂMARA, SERÁ A PROPOSIÇÃO INCLUIDA NA ORDEM DO DIA, SOBRESTANDO-SE AS DEMAIS PROPOSIÇÕES, PARA QUE SE ULTIME A VOTAÇÃO.

§ 3º - O PRAZO DO §º1º NÃO CORRE NO PERÍODO DE RECESSO DA CÂMARA NEM SE APLICA AOS PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR.

ART. 49 - APROVADO O PROJETO DE LEI SERÁ ESTE ENVIADO AO PREFEITO, QUE, AQUIESCENDO, O SANCIONARÁ.

§ 1º - O PREFEITO CONSIDERANDO O PROJETO, NO TODO OU EM PARTE, INCONSTITUCIONAL OU CONTRÁRIO AO INTERESSE PÚBLICO VETA-LO-Á TOTAL OU PARCIALMENTE, NO PRAZO DE (15) QUINZE DIAS ULTEIS, CONTADO DA DATA DO RECEBIMENTO, SÓ PODENDO SER REJEITADO PELO VOTO DA MAIORIA ABSOLUTA DOS VEREADORES, EM ESCRUTÍNIO SECRETO.

§ 2º - O VETO PARCIAL SOMENTE ABRANGERÁ TEXTO INTEGRAL DE ARTIGO, DE - PARÁGRAFO, DE INCISO OU ALÍNEA.

§ 3º - DECORRIDO O PRAZO DO PARÁGRAFO ANTERIOR, O SILÊNCIO DO PREFEITO IMPORTARÁ SANÇÃO.

§ 4º - A APRECIAÇÃO DO VETO PELO PLENÁRIO DA CÂMARA SERÁ, DENTRO DE 30 ( (TRINTA) DIAS A CONTAR DO SEU RECEBIMENTO, EM UMA SÓ DISCUÇÃO E VOTAÇÃO, -- COM PARECER OU SEM ELE, CONSIDERANDO-SE REJEITADO PELO VOTO DA MAIORIA ABSOLUTA DOS VEREADORES, EM ESCRUTÍNIO SECRETO.

§ 5º - REJEITADO O VETO, SERÁ O PROJETO ENVIADO AO PREFEITO PARA A PRO-/ MULGAÇÃO.

§ 6º - ESGOTADO SEM DELIBERAÇÃO O PRAZO ESTABELECIDO NO § 3º, O VETO SERÁ COLOCADO NA ORDEM DO DIA DA SESSÃO IMEDIATA, SOBRWSTADA AS DEMAIS PROPOSIÇÕES, ATÉ A SUA VOTAÇÃO FINAL, RESSALVADA AS MATÉRIAS DE QUE SE TRATA O ART. 48 DESTA LEI ORGÂNICA.

§ 7º - A NÃO PROMULGAÇÃO DA LEI NO PRAZO DE QUARENTA E OITO HORAS PELO - PREFEITO, NOS CASOS DOS §§ 3º e 5º, CRIARÁ PARA O PRESIDENTE DA CÂMARA A OBRIGAÇAO DE FAZÊ-LO EM IGUAL PRAZO.

ART. 50 - AS LEIS DELEGADAS SERÃO ELABORADAS PELO PREFEITO, QUE DEVERÁ - SOLICITAR A DELEGAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL.

§ 1º - OS ATOS COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA CÂMARA, A MATÉRIA RESERVADA A LEI COMPLEMANTAR E OS PLANOS PLURIANUAIS E ORÇAMENTOS NÃO SERÃO OBJETO DD DELEGAÇÃO.

§ 2º - A DELEGAÇAO AO PREFEITO SERÁ EFETUADA SOB A FORMA DE DECRETO LEGISLATIVO, QUE ESPECIFICARÁ O SEU CONTEUDO E OS TERMOS DE SEU EXERCÍCIO.

§ 3º - O DECRETO LEGISLATIVO PODERÁ DETERMINAR A APRECIAÇÃO DO PROJETO PELA CÂMARA QUE A FARÁ EM VOTAÇÃO ÚNICA, VEDADA A APRESENTAÇÃO DE EMENDA.

ART. 51 - OS PROJETOS DE RESOLUÇÃO DISPORÃO SOBRE MATÉRIA DE INTERESSE - INTERNA DA CÂMARA E OS PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVO SOBRE OS DEMAIS CASOS DE SUA COMPETÊNCIA PRIVATIVA.

PARÁGRAFO ÚNICO. NOS CASOS DE PROJETO DE RESOLUÇÃO E DE PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO, CONSIDERAR-SE-Á ENCERRADA COM A VOTAÇÃO FINAL A ELEBORAÇÃO DA NORMA JURÍDICA, QUE SERÁ PROMULGADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA.

ART. 52 - A MATÉRIA CONSTANTE DE PROJETO DE LEI REJEITADO SOMENTE PODERÁ CONSTITUIR OBJETO DE NOVO PROJETO, NA MESMA SESSÃO LEGISLATIVA, MEDIANTE - PROPOSTA DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

## S E Ç Ã O VI

## DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA.

ART. 53 - A FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DO MUNICIPIO SERÁ EXERCIDA PELA CÂMARA MUNICIPAL, MEDIANTE CONTROLE EXTERMO, E PELO SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO DO EXECUTIVO, INSTITUIDOS EM LEI.

§ 1º - O CONTROLE EXTERNO DA CÂMARA SERÁ EXERCIDO COM AUXÍLIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO OU ORGÃO ESTADUAL A QUE FOR ATRIBUIDA ESSA INCUMBÊNCIA,/ E COMPREENDERÁ A APRECIAÇÃO DAS CONTAS DO PREFEITO E DA MESA DA CÂMARA, O - ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES FINANCEIRAS E ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO, O DESEMPENHO DAS FUNÇÕES DE AUDITORIAS FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, BEM COMO O JULGAMENTO DAS CONTAS DOS ADMINISTRADORES E DEMAIS RESPONSÁVEIS POR BENS E VALORES PÚBLICOS.

§ 2º - AS CONTAS DO PREFEITO E DA CÂMARA MUNICIPAL, PRESTADAS ANUALMENTE, SERÃO JULGADAS PELA CÂMARA DENTRO DE 60 (SESSENTA) DIAS APÓS O RECEBIMENTO - DO PARECER PRÉVIO DO TRIBUNAL DE CONTAS OU ORGÃO ESTADUAL A QUE FOR ATRIBUIDA ESSA INCUMBÊNCIA, CONSIDERANDO-SE JULGADAS NOS TERMOS DAS CONCLUSÕES DESSE PARECER, SE NÃO HOUVER DELIBERAÇAO DENTRO DO PRAZO.

§ 3º - SOMENTE POR DECISÃO DE DOIS TERÇOS DOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DEIXARÁ DE PREVALECER O PARECER EMITIDO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO OU ÓRGÃO ESTADUAL INCUMBIDO DESSA MISSÃO.

§ 4º - AS CONTAS RELATIVAS À APLICAÇÃO DOS RECURSOS TRANSFERIDOS PELA UNIÃO E ESTADO SERÃO PRESTADAS NA FORMA DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E ESTADUAL EM VIGOR, PODENDO O MUNICÍPIO SUPLEMENTAR ESSAS CONTAS, SEM PREJUÍZO DE SUA INCLUSÃO NA PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS.

ART. 54 - O EXECUTIVO MANTERÁ SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, A FIM DE:

I - CRIAR CONDIÇÕES INDISPENSAVEIS PARA ASSEGUARAR EFICÁCIA AO CONTROLE EXTERNO E REGULARIDADE À REALIZAÇÃO DA RECEITA E DESPESA;

II - ACOMPANHAR AS EXECUÇÕES DE PROGRAMAS DE TRABALHO E DO ROÇAMENTO;

III - AVALIAR OS RESULTADOS ALCANÇADOS PELOS ADMINISTADORES;

IV - VERIFICAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS.

ART. 55 - AS CONTAS DO MUNICÍPIO FICARÃO, DURANTE SESSENTA DIAS, ANUALMENTE, À DISPOSIÇAO DE QUALQUER CONTRIBUINTE, PARA EXAME E APRECIAÇÃO, O QUAL - PODERÁ QUESTIONAR-LHES A LEGITIMIDADE, NOS TERMOS DA LEI.

## CAPITULO III

## DO PODER EXECUTIVO

### SEÇÃO I

### DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

ART. 56 - O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL É EXERCIDO PELO PREFEITO, AUXILIADO PELOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS OU DIRETORES EQUIVALENTES.

PARÁGRAFO ÚNICO. APLICA-SE-Á ELEGIBILIDADE PARA PREFEITO E VICE-PREFEITO, O DISPOSTO NO § 1º DO ART. 15 DESTA LEI ORGÂMICA E A IDADE MÍNIMA DE VINTE E UM ANOS.

ART. 57 - A ELEIÇÃO DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO REALIZAR-SE-Á SIMULTANEAMENTE, NOS TERMOS ESTABELECIDOS NO ART. 29, INCISO I e II DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

§ 1º - A ELEIÇAO DO PREFEITO IMPORTARÁ A DO VICE-PREFEITO COM ELE REGISTRADO.

§ 2º - SERÁ CONSIDERADO ELEITO PREFEITO O CANDIDATO QUE, REGISTRADO POR PETIDO POLITICO, OBTEVER MAIORIA DE VOTOS, NÃO COMPUTADO OS EM BRANCOS E OS NULOS.

§ 3º - NO CASO DE HAVER CANDIDATO COM A MESMA VOTAÇÃO, QUALIFICAR-SE-Á O MAIS IDOSO.

ART. 58 - O PREFEITO E VICE-PREFIETO TOMARÃO POSSE NO DIA 1º DE JANEIRO DO ANO SUBSEQUENTE À ELEIÇÃO EM SESSÃO DA CÂMARA MUNICIPAL, PRESTANDO O COMPRIMISSO DE MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A LEI ORGÂNICA, OBSERVAR AS LEIS DA UNIÃO, DO ESTADO E DO MUNICÍPIO, PROMOVER O BEM GERAL DOS MUNICÍPES E EXERCER O CARGO SOB A INSPIRAÇÃO DA DEMOCRACIA, DA LEGITIMIDADE E DA LEGALIDADE.

PARÁGRAFO ÚNICO. DECORRIDO DEZ DIAS DA DATA FIXADA PARA A POSSE, O PREFEITO OU VICE-PREFEITO, SALVO MOTIVO DE FORÇA MAIOR, NÃO TIVER ASSUMIDO O CARGO, ESTE SERÁ DECLARADO VAGO.

ART. 59 - SUBSTITUIRÁ O PREFEITO, NO CASO DE IMPEDIMENTO E SUCEDER-LHE-Á NODE VAGA, O VICE-PREFEITO.

§ 1º O VICE-PREFEITO NÃO PODERÁ SE RECUSAR A SUBSTITUIR O PREFEITO, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO MANDATO.

§ 2º - O VICE-PREFEITO, ALÉM DE OUTRAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE FOREM CONFERIDAS POR LEI, AUXILIARÁ O PREFEIRO, SEMPRE QUE POR ELE FOR CONVOCADO PARA MISSÕES ESPECIAIS.

ART. 60 - EM CASO DE IMPEDIMENTO DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO, OU VACÂNCIA DO CARGO ASSUMIRÁ A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL O PRESIDENTE DA CÂMARA.

PARAGRAFO ÚNICO. O PRESIDENTE DA CÂMARA RECUSANDO-SE, POR QUALQUER MOTIVO, A SSUMIR O CARGO DE PREFEITO, RENUNCIARÁ, INCONTIMENTE, À SUA FUNÇÃO DE DIRIGENTE DO LEGISLATIVO, ENSEJANDO, ASSIM, A ELEIÇÃO DE OUTROS MEMBRO PARA OCUPAR, COMO PRESIDENTE DA CÂMARA, A CHEFIA DO PODER EXECUTIVO.

ART. 61 - VERIFICANDO-SE A VACÂNCIA DO CARGO DE PREFEITO E INEXISTINDO VICE-PREFEITO, OBSERVAR-SEÁ O SEGUINTE:

I - OCORRENDO A VACÂNCIA DOS TRÊS PRIMEIROS ANOS DE MANDATO, DAR-SE-Á ELEIÇÃO NOVENTAS DIAS APÓS A SUA ABERTUA, CABENDO AOS ELEITOS COMPLETAR/ O PERÍODO DOS SEUS ANTECESSORES;

II - OCORRENDO A VACÂNCIA NO ULTIMO ANO DE MANDATO, ASSUMIRÁ O PRESIDENTE DA CÂMARA QUE COMPLETARÁ O PERÍODO.

ART. 62 - O MANDATO DO PREFEITO É DE QUATRO ANOS, VEDADA A REELEIÇÃO -/ PARA O PERÍODO SUBSEQUENTE, E TERÁ INICIO EM 1º DE JANEIRO DO ANO SEGUINTE AO DA SUA ELEIÇÃO.

ART. 63 - O PREFEITO E O VICE-PREFEITO, QUANDO NO EXECÍCIO DO CARGO, NÃO PODERÃO; SEM LICENÇA DA CÂMARA MUNICIPAL, AUSENTAR-SE DO MUNICÍPIO POR PERÍODO SUSPERIOR A VINTE DIAS, SOB PENA DE PERDA DO CARGO OU DE MANDATO.

PARÁGRAFO ÚNICO: O PREFEITO REGULARMENTE LICENCIADO TERÁ DIREITO A PERCEBER A REMUNERAÇÃO, QUANDO:

I - IMPOSSIBILITADO DE EXERCER O CARGO, POR MOTIVO DE DOENÇA DEVIDAMENTE COMPROVADO;

II - EM GOZO DE FÉRIAS;

III - A SERVIÇO OU EM MISSÃO DE REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO.

§ 1º - O PREFEITO GOZARÁ FÉRIAS ANUAIS DE TRNTAS (30) DIAS, SEM PREJUÍZO DA REMUNERAÇAO, FICANDO A SEU CRITÉRIO A ÉPOCA PARA USUFRUIR DO DESCANSO.

§ 2º - A REMUNERAÇÃO DO PREFEITO SERÁ ESPIPULADA NA FORMA DO INCISO XXI, DO ART. 25 DESTA LEI ORGÂNICA.

ART. 64 - NA OCASIÃO DA POSSE E AO TERMINO DO MANDATO, O PREFEITO FARÁ - DECLARAÇÃO DE SEUS BENS, AS QUAIS FICARÃO ARQUIVADAS NA CÂMARA, CONSTANTO - DAS RESPECTIVAS ATAS O SEU RESUMO.

PARÁGRAFO ÚNICO. O VICE-PREFEITO FARÁ DECLARAÇÃO DE BENS NO MOMENTO EM QUE ASSUNIR, PELA PRIMEIRA VEZ, O EXERCÍCIO DO CARGO.

## S E Ç Ã O II

## DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO

ART. 65 - AO PREFEITO, COMO CHEFE DA ADMINISTRAÇÃO, COMPETE DAR CUMPRIMENTO ÀS DELIBERAÇÕES DA CÂMARA, DIRIGIR, FISCALIZAR E DEFENDER OS INTERESSES DO MUNICÍPIO, BEM COMO ADOTAR, DE ACORDO COM A LEI, TODAS AS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS DE UTILIDADE PÚBLICA, SEM EXCEDER AS VERBAS ORÇAMENTÁRIAS.

ART. 66 - COMPETE AO PREFEITO, ENTRE OUTRAS ATRIBUIÇÕES:

I - A INICIATIVA DAS LEIS, NA FORMA E CASOS PREVISTOS NESTA LEI ORGÂNICA;

II - REPRESENTAR O MUNICÍPIO EM JUÍZO E FORA DELE;

III - SANCIONAR, PROMULGAR E FAZER PUBLICAR AS LEIS APROVADAS PELA CÂMARA E EXPEDIR OS REGULAMENTOS PARA SUA FIEL EXECUÇÃO;

IV - VETAR, NO TODO OU EM PARTE, OS PROJETOS DE LEI APROVADOS PELA - CÂMARA;

V - DECRETAR, NOS TERMOS DA LEI, A DESAPROPRIAÇAO POR NECESSIDADE OU UTILIDADE PÚBLICA, OU POR INTERESSE SOCIAL;

VI - EXPEDIR DECRETOS, PORTARIAS E OUTROS ATOS ADMINISTRATIVOS;

VII - PERMITIR OU OUTORIZAR O USO DE BENS MUNICIPAIS, POR TERCEIROS;

VIII - PERMITIR OU AUTORIZAR A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, POR TERCEIROS;

IX - PROVER OS CARGOS PÚBLICOS E EXPEDIR OS DEMAIS ATOS REFERENTE À SITUAÇAO FUNCIONAL DOS SERVIDORES;

X - ENVIAR À CÂMARA OS PROJETOS DE LEI RELATIVOS AO ORÇAMENTO ANUAL E AO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO E DAS SUAS AUTARQUIAS;

XI - ENCAMINHAR À CÂMARA, ATÉ 15 DE ABRIL, A PRESTAÇÃO DE CONTAS, BEM COMO OS BALANÇOS DO EXERCÍCIO FINDO;

XII - ENCAMINHAR AOS ORGÃOS COMPETENTES OS PLANOS DE APLICAÇÃO E AS -- PRESTAÇÕES DE CONTAS EXIGIDAS EM LEI;

XIII - FAZER PUBLICAR OS ATOS OFICIAIS;

XIV - PRESTAR À CÂMARA, DENTRO DE QUINZE (15) DIAS, AS INFORMAÇÕES PE-
LA MESMA SOLICITADAS, SALVO PRORROGAÇÃO, A SEU PEDIDO E POR PRAZO DETERMINA
DO, EM FACE DA COMPLEXIDADE DA MATÉRIA OU DA DIFICULDADE DE OBTENÇAO NAS -/
RESPECTIVAS FONTES, DOS DADOS PLEITEADOS;

XV - PROVER OS SERVIÇOS E OBRAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;

XVI - SUPERINTENDER A ARRECADAÇAO DOS TRIBUTOS, BEM COMO A GUARDA E A-
APLICAÇAO DA RECEITA, AUTORIZANDO AS DESPESAS E PAGAMENTOS DENTRO DAS DISPO-
NIBILIDADESORÇAMENTÁRIAS OU DOS CRÉDITOS VOTADOS PELA CÂMARA;

XVII - COLOCAR À DISPOSIÇAO DA CÂMARA, DENTRO DE DEZ (10) DIAS DE SUA -
REQUISIÇÃO, AS QUANTIAS QUE DEVAM SER DESPENDIDAS DE UMA SÓ VEZ E ATÉ O DIA
20 (VINTE) DE CADA MÊS, OS RECURSOS CORRESPONDENTES ÀS SUAS DOTAÇÃOES ORÇA-
MENTÁRIAS, COMPREENDENDO OS CRÉDITOS SUPLEMENTARES E ESPECIAIS;

XVIII - APLICAR MULTAS PREVISTA EM LEIS E CONTRATOS, BEM COMO REVÊ-LAS
QUANDO IMPOSTAS IRREGULARMENTE;

XIX - RESOLVER SOBRE OS REQUERIMENTOS, RECLAMAÇÕES OU REPRESENTAÇÕES
QUE LHE FOREM DIRIGIDAS;

XX - OFICIALIZAR, OBEDECIDAS AS NORMAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS, AS -
VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS, MEDIANTE DENOMINAÇÃO APROVADA PELA CÂMARA;

XXI - CONVOCAR EXTRAORDINARIAMENTE A CÂMARA QUANDO O INTERESSE DA -
ADMINISTRAÇÃO O EXIGIR;

XXII - APROVAR PROJETO DE EDIFICAÇÃO E PLANOS DE LOTEAMENTO, ARRUAMENTO
E ZONEAMENTO URBANO OU PARA FINS URBANOS;

XXIII - APRESENTAR ANUALMENTE, À CÂMARA, RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SOBRE
O ESTADO DAS OBRAS E DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS, BEM ASSIM O PROGRAMS DA ADMI-/
NISTRAÇAO PARA O ANO SEGUINTE;

XXIV - ORGANIZAR OS ERVIÇOS INTERNOS DAS REPARTIÇÕES CRIADAS POR LEI, -
SEM EXCEDER AS VERBAS PARA TAL DESTINADAS;

XXV - CONTRAIR EMPRESTIMO E REALIZAR OPERAÇÕES DE CRÉDITO, MEDIANTE -
PRÉVIA AUTORIZAÇAO DA CÂMARA;

XXVI - PROVIDENCIAR SOBRE A ADMINISTRAÇAO DOS BENS DO MUNICÍPIO E SUA -
ALIENAÇAO, NA FORMA DA LEI;

XXVII - ORGAMIZAR E DIRIGIR, NOS TERMOS DA LEI, OS SERVIÇOS RELATIVOS ÀS
TERRAS DO MUNICÍPIO;

XXVIII - DESENVOLVER O SISTEMA CIÁRIO DO MUNICÍPIO;

XXIX - CONCEDER AUXILIO, PRÊMIO E SUBVENÇÕES, NOS LIMITES DAS RESPECTI
VAS VERBAS ORÇAMENTÁRIAS E DO PLANO DE DISTRIBUIÇÃO, PRÉVIA E ANUALMENTE -
APROVADO PELA CÂMARA;

XXX - PROVIDENCIAR SOBRE O INCREMENTO DO ENSINO;

XXXI - ESTABELECER A DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM
A LEI;

XXXII - SOLICITAR O AUXILIO DAS AUTORIDADES POLICIAIS DO ESTADO PARA GA-
RANTIAS DO CUMPRIMENTO DE SUS ATOS;

XXXIII - SOLICITAR, OBRIGATORIAMENTE, AUTORIZAÇÃO À CÂMARA PARA AUSENTAR-
SE DO MUNICÍPIO POR TEMPO SUSPERIOR A VINTE (20) DIAS;

XXXIV - ADOTAR PROVIDÊNCIAS PARA A CONSERVAÇÃO E SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL.

XXXV - PUBLICAR, ATÉ TRINTA (30) DIAS APÓS O ENCERRAMENTO DE CADA BIMESTRE, RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

ART. 67 - O PREFEITO PODERÁ DELEGAR, POR DECRETO, A SEUS AUXILIARES, AS FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTA NOS INCISOS IX, XV, e XXIV do ART. 66.

## S E Ç Ã O III
## DA PERDA E EXTINÇÃO DO MANDATO

ART. 68 - É VEDADO AO PREFEITO ASSUMIR OUTRO CARGO OU FUNÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA OU INDIRETA, RESSALVADA A POSSE EM VIRTUDE DE CONCURSO PÚBLICO E OBSERVANDO O DISPOSTO NO ART. 82, I, IV, e V DESTA LEI ORGÂNICA.

§ 1º - É IGUALMENTE VETADA AO PREFEITO A AO VICE-PREFEITO DESEMPENHAR FUNÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO EM QUALQUR EMPRESA PRIVADA.

§ 2º - A INFRIGÊNCIA AO DISPOSTO NESTE ARTIGO E EM SEU § 1º IMPORTARÁ EM PERDA DO MANDATO.

ART. 69 - AS INCOMPATIBILIDADES DECLARADAS NO ART. 38, SEUS INCISOS E LETRAS DESTA LEI ORGÂNICA, ESTENDE-SE NO QUE FOREM APRLICÁVEIS, AO PREFEITO E AOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS OU DIRETORES EQUIVALENTES.

ART. 70 - SÃO CRIME DE RESPONSABILIDADE DO PREFEITO OS PREVISTOS EM LEI FEDERAL.

PARÁGRAFO ÚNICO. O PREFEITO SERÁ JULGADO, PELA PRÁTICA DE CRIME DE RESPONSABILIDADE, PERANTE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO.

ART. 71 - SÃO INFRAÇÕES POLITICO-ADMINISTRATIVAS DO PREFEITO AS PREVISTAS EM LEI FEDERAL.

PARÁGRAFO ÚNICO. O PREFEITO SERÁ JULGADO, PELA PRÁTICA DE INFRAÇÕES POLITICO-ADMINISTRATIVAS, PERANTE A CÂMARA.

ART. 72 - SERÁ DECLARADO VAGO, PELA CÂMARA MUNICIPAL, O CARGO DE PREFEITO QAUNDO:

I - OCORRER FALECIMENTO, RENÚNCIA OU CONDENAÇÃO POR CRIME FUNCIONAL OU ELEITORAL;

II - DEIXAR DE TOMAR POSSE, SEM MOTIVO JUSTO ACEITO PELA CÂMARA, DENTRO DO PRAZO DE DEZ (10) DIAS;

III - INFRIGIR AS NORMAS DOS ARTIGOS 38e63 DESTA LEI ORGÂMICA;

IV - PERDER OU TIVER SUSPENSOS OD DIREITOS POLÍTICOS.

## S E Ç Ã O  IV

## DOS AUXILIARES DIRETOS DO PREFEITO

ART. 73 - SÃO AUXILIARES DIRETO DO PREFEITO:

I - OS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS OU DIRETORES EQUIVALENTES;

II - OS SUBPREFEITOS.

PARÁGRAFO ÚNICO. OS CARGOS SÃO DE LIVRE NOMEAÇAO E DEMISSÃO DO PREFEITO.

ART. 74 - A LEI MUNICIPAL ESTABELECERÁ AS ATRIBUIÇÕES DOS AUXILIARES DIRETO DO PREFEITO, DEFININDO-LHE A COMPETÊNCIA, DEVERES E RESPONSABILIDADES.

ART. 75 - SÃO CONDIÇÕES ESSENCIAIS PARA INVESTIDURA NO CARGO DE SECRETÁ-/RIO OU DIRETOR EUIVALENTE:

I - SER BRASILEIRO;

II - ESTAR NO EXERCÍCIO DOS DIREITOS POLÍTICOS;

III - SER MAIOR DE VINTE E UM ANOS.

ART. 76 - ALÉM DAS ATRIBUIÇÕES FIXADAS EM LEI, COMPETE AOS SECRETÁRIOS OU DIRETORES:

I - SUBSCREVER ATOS E REGULAMENTOS REFERENTE AOS SEUS ORGÃOS;

II - EXPEDIR INSTRUÇÕES PARA A BOA EXECUÇÃO DAS LEIS, DECRETOS E REGULAMENTOS;

III - APRESENTAR AO PREFEITO RELATÓRIO ANUAL DOS SERVIÇOS REALIZADOS POR SUA REPARTIÇOES;

IV - COMPARECER À CÂMARA MUNICIPAL, SEMPRE QUE CONVOCADO PELA MESMA, - PARA PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS OFICIAIS.

§ 1º - OS DECRETOS, ATOS E REGULAMENTOS REFERENTES AOS SERVIÇOS AUTÔNOMOS OU AUTÁRQUICOS SERÃO REFERENDADOS PELO SECRETÁRIO OU DIRETOR DA ADMINISTRAÇÃO.

§ 2º - A INFRIGÊNCIA AO INCISO IV DESTE ARTIGO, SEM JUSTIFICAÇÃO, IMPORTA EM CRIME DE RESPONSABILIDADE.

ART. 77 - OS SECRETÁRIOS OU DIRETORES SÃO SOLIDARIAMENTE RESPONSÁVEIS COM O PREFEITO PELO ATOS QUE ASSIMAREM, ORDENAREM OU PRATICAREM.

ART. 78 - A COMPETÊNCIA DO SUBPREFEITO LIMITAR-SE-Á AO DISTRITO PARA O QUAL FOI NOMEADO.

PARÁGRAFO ÚNICO. @ AOSSUBPREFEITOS, COMO DELEGADOS DO EXECUTIVO, COMPETE:

I - CUMPRIR E FAZER CUMPRIR, DE ACORDO COM AS INSTRUÇÕES RECEBIDAS DO PREFEITO, AS LEIS, RESOLUÇÕES, REGULAMENTOS E DEMAIS ATOS DOS PREFEITOS E DA CÂMARA;

II - FISCALIZAR OS SERVIÇOS DISTRITAIS;

III - ATENDER AS RECLAMAÇÕES DAS PARTES E ENCMINHA-LAS AO PREFEITO, -- QUANDO SS TRATAR DE MATÉRIA ESTRANHA ÀS SUAS ATRIBUIÇÕES OU QUANDO LHES FOR favorável A DECISÃO PROFERIDA;

IV - INDICAR AO PREFEITO AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS AO DISTRITO;

V - PRESTAR CONTAS AO PREFEITO MENSALEMTE OU QUANDO LHE FOREM SOLICITADAS;

ART. 79 - O SUBPREFEITO, EM CASO DE LICENÇA OU IMPEDIMENTO, SERÁ SUBSTITUIDO POR PESSOA DE LIVRE ESCOLHA DO PREFEITO.

ART. 80 - OS AUXILIARES DIRETOS DO PREFEITO FARÃO DECLARAÇÃO DE BENS NO ATO DA POSSE E NO TERMINO DO EXERCÍCIO DO CARGO.

## S E Ç Ã O V

## DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

ART. 81 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA, DE QUALQUER DOS PODERES DO MUNICIPIO, OBDECERÁ AOS PRINCÍPIOS DE LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE,/ MORALIDADE, PUBLICIDADE E, TAMBÉM, AO SEGUINTE:

I - OS CARGOS, EMPREGOSE FUNÇÃO PÚBLICASSÃOTACESSÍVEIS AOS BRASILEIROS QUE PREENCHAM OS REQUISITOS ESTABELECIDOS EM LEI;

II - A INVESTIDURA EM CARGO OU EMPREGO PÚBLICO DEPENDE DE APROVAÇÃO PRÉVIA EM CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS OU DE PROVAS DE TÍTULOS, RESSALVADAS AS NOMEAÇÕES PARA CARGO EM COMISSÃO DECLARADO EM LEI DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO;

III - O PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO SERÁ DE ATÉ DOIS ANOS, PORROGÁVEL UMA VEZ, POR IGUAL PERÍODO;

IV - DURENTE O PRAZO IMPRORROGÁVEL PREVISTO NO EDITAL DE CONVOCAÇÃO, - AQUELE APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS OU DE PROVAS E TÍTULOS SERÁ - CONVOCADO COM PRIORIDADE SOBRE NOVOS CONCURSADOS PARA ASSUNIR CARGO OU EMPREGO, NA CARREIRA;

V - OS CARGOS EM COMISSÃO E AS FUNÇÕES DE CONFIANÇA SERÃO EXERCIDOS, - PREFERENCIALMENTE, POR SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS DE CARREIRA TÉCNICA OU PROFISSIONAL, NOS CASOS E CONDIÇÕES PREVISTA EM LEI;

VI - É GARANTIDO AO SERVIDOR PÚBLICO CIVIL O DIREITO À LIVRE ASSOCIAÇÃO SINDICAL;

VII - O DIREITO DE GREVE SERÁ EXERCIDO NOS TERMOS E NOS LIMITES DEFINIDOS EM LEI COMPLEMENTAR FEDERAL;

VIII - A LEI RESERVARÁ PERCENTUAL DOS CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS PARA AS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIAS E DEFINIRÁ OS CRITÉRIOS DE SUA ADMISSÃO;

IX - A LEI ESTABELECERÁ OS CASOS DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO;

X - A REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO DOSSERVIDORES PÚBLICOS FAR-SE-Á - SEMPRE NA MESMA DATA;

XI - A LEI FIXARÁ O LIMITE E A RELAÇÃO DE VALORES ENTRE A MAIOR E A NEMOR REMUNERAÇAO DOS ERVIDORES PÚBLICOS, OBSERVADO, COMO LIMITE MÁXIMO, OS VALORES PERCEBIDOS COMO REMUNERAÇÃO, EM ESPÉCIE, PELO PREFEITO;

XII - OS VENCIMENTOS DOS CARGOS DO PODER LEGISLATIVO NÃO PODERÃO SER SUPERIOR AOS PAGOS PELO PODER EXECUTIVO;

XIII- É VEDADO A VINCULAÇÃO OU EQUIPARAÇÃO DE VENCIMENTOS, PARA EFEITO DE REMUNERAÇÃO DE PESSOAL DO SERVIÇO PÚBLICO, RESSALVADO ODDISPOSTO NO INCISO ANTERIOR E NO ART. 83 § 1º DESTA LEI ORGÂMICA

XIV - OS ACRÉCIMOS PECUNIÁRIOS PERCEBIDOS POR SERVIDOR PÚBLICO NÃO SERÃO COMPUTADOS NEM ACUMULADOS, PARA FINS DE CONCESSÃO DE ACRÉSCIMOS ULTERIORES, SOB O MESMO TÍTULO OU IDÊNTICO FUNDAMENTO;

XV - OS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS SÃO IRREDUTIVEIS E A REMUNERAÇÃO OBSERVARÁ O QUE DISPÕEM OS ART. 37, XI, XII, 150, II, 153, III e 153 § 2º,I DA CONSTITUIÇAO FEDERAL;

XVI - É VEDADA A ACUMULAÇÃO REMUNERADA DE CARGOS PÚBLICOS, EXETO QUANDO HOUVER COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS:

a) A DE DOIS CARGOS DE PROFESSOR

b) A DE UM CARGO DE PROFESSOR COM OUTRO TÉCNICO OU CIENTIFICO;

C) A DE DOIS CARGOS PRIVATIVOS DE MÉDICO;

XVII- A PROIBIÇÃO DE ACMULAR ESTENDE-SE A EMPREGOS E FUNÇÕES E ABRANGE - AUTARQUIAS, EMPRESAS PÚBILIDAS, SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E FUNDAÇÕES MANTIDAS PELO PODER PÚBLICO;

XVIII- A ADMINISTRAÇÃO FEZENDÁRIA E SEUS SERVIDORES FISCAIS TERÃO, DENTRO DE SUA ÁREA DE COMPETÊNCIA E JURIDIÇAO, PROCEDÊNCIA SOBRE OS DEMAIS SETORES ADMINISTRATIVOS, NA FORMA DA LEI;

XIX - SOMENTE POR LEI ESPECIFICA PODERÃO SER CRIADAS EMPRESAS PÚBLICA, sociedade de economia MISTA, AUTARQUIA OU FUNDAÇAO PÚBLICA;

XX - DEPENDE DE AUTOTIZAÇAO LEGISLATIVA, EM CADA CASO, A CRIAÇÃO DE SUBSIDIÁRIAS DAS ENTIDADE MENCIONADAS NO INCISO ANTERIOR, ASSIM COMO A PARTICIPAÇÃO DE QUALQUER DELAS EM EMPRESA PRIVADA;

XXI - RESSALVANDO OS CASOS ESPECIFICOS NA LEGISLAÇÃO, AS OBRAS, SRVIÇOS, COMPRAS E ALIENAÇÕES SERÃO CONTRATADOS MEDIANTE PROCESSO DE LICITAÇAO PÚBLICA WUE ASSEGURE IGUALDADE DE CONDIÇÕES A TODOS OS CONCORRENTES, COM CLAUSULAS - QUE ESTABELEÇAM OBRIGAÇÕES DE PAGAMENTO, MANTIDAS AS CONDIÇÕES EFETIVAS DA - PROPOSTA, NOS TERMOS DA LEI, EXIGINDO-SE A QUALIFICAÇAO TECNICO-ECONOMICA INDISPENSÁVEL À GARRANTIA DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES.

§ 1º - A PUBLICIDADE DOS ATOS, PROGRAMAS, OBRAS, SERVIÇÕS E CAMPANHAS DOS - ORGÃOS PÚBLICOS DEVERÁ TER CARATER EDUCATIVO, INFORMATIVO OU ORIENTAÇÃO SOCIAL, DELA NÃO PODENDO CONSTAR NOMES, SÍMBOLOS OU IMAGENS QUE CARACYERIZEM PROMOÇÃO PESSOAL DE AUTORIDADES OU SERVIDORES PÚBLICOS.

§ 2º - A NÃO OBSERVÂNCIA DO SISPOSTO NOS INCISOS II e II IMPLICARÁ A NULIDADE DO ATO E A PUNIÇÃO DA AUTORIDADE RESPONSÁVEL, NOS TERMOS DA LEI.

§ 3º - AS RECLAMAÇÕES RELATIVAS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS SERÃO DISCIPLINADAS EM LEI.

§ 4º - OS ATOS DE IMPROBILIDADE ADMINISTRATIVA IMPORTARÃO A SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS, A PERDA DA FUNÇÃO PÚBLICA, A DISPONIBILIDADE DOS BENS E O RESSARCIMENTO AO ERÁRIO, NA FORMA E GRADAÇAO PREVISTA EM LEI, SEM PREJUIZO DA AÇÃO PENAL CABÍVEL.

§ 5º - A LEI FEDERAL ESTABELECERÁ OS PRAZOS DE PRESCRIÇÃO PARA ILICITOS - PRATICADOS POR QUALQUER AGENTE, SERVIDOR OU NÃO, QUE CAUSEM PREJUIZOS AO ERÁRIOS, RESSALVADAS AS RESPECTIVAS AÇÕES DE RESSARCIMENTO.

§ 6º - AS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO E AS DE DIREITO PRIVADO PRESTADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS RESPONDÉRÃO PELOS DANOS QUE SEUS AGENTES, NESSA - QUALIDADE, CAUSAREM A TERCEIROS, ASSEGURADO O DIREITO DE REGRESSO CONTRA O - RESPONSÁVEL NOS CASOS DE DOLO OU CULPA.

ART. 82 - AO SERVIDOR PÚBLICO COM EXERCÍCIO DE MANDATO ELETIVO APLICAM-SE AS SEGUINTES DISPOSIÇÕES:

I - TRANTANDO-SE DE MANDATO ELETIVO FEDERAL, OU ESTADUAL, FICARÁ AFASTADO DE SEU CARGO; EMPREGO OU FUNÇÃO;

II - INVESTIDO NO MANDATO DE PREFEITO, SERÁ AFASTADO DO CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO, SENDO-LHE FACULTADO OPTAR PELA SUA REMUNERAÇÃO;

III - INVESTIDO NO MANDATO DE VEREADOR, HAVENDO COMPATIBILIDADE DE HORÁRIO, PERCEBERÁ AS VANTAGENS DO CARGO ELETIVO, E, NÃO HAVENDO COMPATIBILIDADE, SERÁ APLICADO A NORMA DO INCISO ANTERIOR;

IV - EM QUALQUER CASO QUE EXIJA O AFASTAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE MANDATO ELETIVO, SEU TEMPO DE SERVIÇO SERÁ CONTADO PARA TODOS OS EFEITOS LEGAIS, EXCETO PARA PROMOÇÃO POR MERECIMENTO;

V - PARA EFEITO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO, NO CASO DE AFASTAMENTO OS VALORES SERÃO DETERMINADOS COMO SE NO EXERCÍCIO ESTIVESSE.

## S E Ç Ã O VI

## DOS SERVIDORES PÚBLICOS

ART. 83 - O MUNICÍPIO INSTITUIRÁ REGIME JURÍDICO ÚNICO E PLANO DE CARREIRA PARA OS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA, DAS AUTARQUIAS E DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS.

§ 1º - A LEI ASSEGURARÁ, AOS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, ISONOMIA DE VENCIMENTOS PARA CARGOS DE ATRIBUIÇÕES IGUAIS OU ASSEMELHADAS DO MESMO PODR OU ENTRE SERVIDORES DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO, RESSALVADAS AS VANTAGENS DE CARATER INDIVIDUAL E AS RELATIVAS À NATUREZA OU AO LOCAL DE TRABALHO.

§ 2º - APLICA-SE A ESSES SERVIDORES O DISPOSTO NO ART. 7º, IV, VI, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII; XIX, XX, XXII, XXIII e XXX DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

ART. 84 - O SERVIDOR SERÁ APOSENTADO:

I - POR INVALIDEZ PERMANENTE, SENDO OS PROVENTOS INTEGRAIS QUANDO DECORRERENTES DE ACIDENTE EM SERVIÇO, MOLESTIA PROFISSIONAL OU DOENÇA GRAVE, CONTAGIOSA OU INCURÁVEL, ESPECIFICADAS EM LEI, E PROPORCIONAIS NOS DEMAIS CASO;

II - COMPULSORIAMENTE, AOS SETENTA ANOS DE IDADE, COM PROVENTOS PROPORCIONAIS AO TEMPO DE SERVIÇO;

III - VOLUNTARIAMENTE;

a) - AOS TRINTA E CINCO ANOS DE SERVIÇOS, SE HOMEM, E AOS TRINTA, SE MULHER, COM PROVENTOS INTEGRAIS;

b) AOS TRINTA ANOS DE EFETIVO EXERCÍCIO EM FUNÇÕES DE MAGISTÉRIO, SE PROFESSOR, E VINTE E CINCO, SE PROFESSORA, COM PROVENTOS INTEGRAIS;

c) AOS TRINTA ANOS DE SERVIÇOS, SE HOMEM, E AOS VINTE E CINCO; SE MULHER, COM PROVENTOS PROPORCIONAIS A ESSE TEMPO;

d) AOS SESSENTA E CINCO ANOS DE IDADE, SE HOMEM, E AOS SESSENTA, SE MULHER, COM PROVENTOS PROPORCIONAIS AO TEMPO DE SERVIÇO;

§

§ 1º - LEI COMPLEMENTAR PODERÁ ESTABELECER EXCEÇÕES AO DISPOSTO NO INCISO III, a E c, NO CASO DE EXERCÍCIO DE ATIVIDADES CONSIDERADAS PENOSAS, INSALUBRES OU PERIGOSAS.

§ 2º - A LEI DISPORÁ SOBRE A APOSENTADORI EM CARGOS OU EMPREGOS TEMPORÁRIOS.

§ 3º - O TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL SERÁ - / COMPUTADO INTEGRALMENTE PARA OS EFEITOS DE APOSENTADORIA E DE DISPONIBILIDADE.

§ 4º - OS PROVENTOS DA APOSENTADORIA SERÃO REVISTOS, NA MESMA PROPORÇAO E NA MESMA DATA, SEMPRE QUE MODIFICAR A REMUNERAÇAO DOS SERVIDORES EM ATIVIDADE, SENDO TAMBÉM ESTENDIDOS AOS INATIVOS QUAISQUER BENEFICIOS OU VANTAGENS - POSTERIORMENTE CONCEDIDOS AOS SERVIDORES EM ATIVIDADE, INCLUSIVE QUANDO DE-/ CORRENTE DA TRANSFORMAÇAO OU RECLASSIFICAÇAO DO CARGO OU FUNÇÃO EM QUE SE - DEU A APOSENTADORIA, NA FORMA DA LEI.

§ 5º - O BENEFICIO DA PENSÃO POR MORTE CORRESPONDERÁ À TOTALIDADE DOS VENCIMENTOS OU PROVENTOS DO SERVIDOR FALECIDO, ATÉ O LIMITE ESTABELECIDO EM LEI, OBSERVADO O DISPOSTO NO PARÁGRAFO ANTERIOR.

ART. 85 - SÃO ESTÁVEIS, APÓS DOIS ANOS DE EFETIVO EXERCÍCIO, OS SERVIDORES NOMEADOS EM VIRTUDE DE CONCURSO PÚBLICO.

§ 1º - O SERVIDOR PÚBLICO ESTÁVEL SÓ PERDERÁ O CARGO EM VIRTUDE DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO OU MEDIANTE PROCESSO ADMINISTRATIVO EM QUE LHE SEJA ASSEGURADA AMPLA DEFESA.

§ 2º - INVALIDADA POR SENTENÇA JUDICIAL A DEMISSÃO DO SERVIDOR ESTÁVEL, SERÁ, ELE REINTEGRADO, E O EVENTUAL OCUPANTE DaVAGA RECONDUZIDO AO CARGO DE ORIGEM, SEM DIREITO A INDENIZAÇÃO, APROVEITADO EM OUTRO CARGO OU POSTO EM DISPONIBILIDADE.

§ 3º - EXTINTO O CARGO OU DECLARADA SUA DESNECESSIDADE, O SERVIDOR ESTÁVEL FICARÁ EM DISPONIBILIDADE REMUNERADA, ATÉ SEU ADEQUADO APROVEITAMENTO EM OUTRO CARGO.

## S E Ç Ã O VII

## DA SEGURANÇA PÚBLICA

ART. 86 - O MUNICÍPIO PODERÁ CONSTITUIR QUARDA MUNICIPAL, FORÇA AUXILIAR DESTINADA À PROTEÇAO DE SEUS BENS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR.

§ 1º - A LEI COMPLEMENTAR DE CRIAÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL DISPORÁ SOBRE - ACESSO, DIREITOS, DEVERES, VANTAGENS E REGIME DE TRABALHO, COM BASE NA HIERARQUIA E DISCIPLINA.

§ 2º - A INVESTIDURA NOS CARGOS DA GUARDA MUNICIPAL FAR-SE-Á MEDIANTE CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS OU DE PROVAS E TÍTULOS.

TITULO III

DA ORGANIZAÇAO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

ART. 87 - A ADMINISTRAÇAO MUNICIPAL É CONSTITUIDA DOS ORGÃO INTEGRADOS NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA E DE ENTIDADES DOTADAS DE PERSONALIDADE JURÍDICA PRÓPRIA.

§ 1º - OS ORGÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA QUE COMPOEM A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA SE ORGANIZAM E SE COORDENAM, ATENDENDO AO PRINCÍPIOS TÉCNICOS RECOMENDÁVEIS AO BOM DESEMPENHO DE SUAS ATRIBUIÇÕES.

§ 2º - AS ENTIDADES DOTADAS DE PERSONALIDADE JURÍDICAS PRÓPRIA QUE COMPÕEM A ADMINISTRAÇAO INDIRETA DO MUNICÍPIO SE CLASSIFICAM EM:

I - AUTARQUIAS - SERVIÇO AUTÔNOMO, CRIADO POR LEI, COM PERSONALIDADE JURÍDICA, PATRIMÔNIO E RECEITA PRÓPRIOS, PARA EXECUTAR ATIVIDADES TÍPICAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, QUE REQUEIRAM, PARA SEU MELHOR FUNCIONAMENTO, GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DESCENTRALIZADAS;

II - EMPRESA PÚBLICA - A ENTIDADE DOTADA DE PERSONALIDADE JURÍRIDA DE DIREITO PRIVADO, COM PATRIMÔNIO E CAPITAL DO MUNCÍPIO, CRIADA POR LEI, PARA EXPLORARAÇÃO DE ATIVIADES ECONOMICAS QUE O MUNICIPIO SEJA LEVADO A EXERCER, POR FORÇA DE CONTINGÊNCIA OU CONVINIÊNCIA ADMINISTRATIVA, PODENDO REVESTIR-SE DE QULALQUER DAS FORMAS ADMITIDAS EM DIREITO;

III - SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA - A ENTIDADE DOTADA DE PERSONALIDADE JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO, CRIADA POR LEI, PARA EXPLORAÇAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS, SOB A FORMA DE SOCIEDADE ANÔMINA, CUJA AÇÕES COM DIREITO A VOTO PERTENÇAM, EM SUA MAIORIA? AO MUNICÍPIO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA.

IV - FUNDAÇAO PÚBLICA - A ENTIDADE DOTADA DE PERSONALIDADE JURIDICA DE DIREITO PRIVADO, CRIADO EM VIRTUDE DE AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA, PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE NÃO EXIJAM EXECUÇAO POR ORGÃO OU ENTIDADES DE - DIREITO PUBLICO, COM AUTONOMIA ADMINISTRATIVA, PATRIMÔNIO PRÓPRIO GERIDO PELO RESPECTIVOS ORGÃOS DD DIREÇÃO, E FUNCIONAMENTO CUSTEADO POR RECURSOS DO MUNICIPIO E DE OUTRAS FONTES.

§ 3º - A ENTIDADE DE QUE TRATA O INCISO IV DO § 2º ADQUIRE PERSONALIDADE JURIDICA COM A INSCRIÇAO DA ESCRITURA PÚBLICA DE SUA CONSTRUÇAO NO REGISTRO CIVIL CONCERENTE ÀS FUNDAÇÕES.

CAPITULO II

DOS ATOS MUNICIPAIS

SEÇÃO I

DA PUBLICIDADE DOS ATOS MUNICIPAIS

ART. 88 - A PUBLICAÇÃO DAS LEIS E ATOS MUNICIPAIS FAR-SE-Á EM ÓRGÃO DA IMPRESA LOCAL OU REGIONAL OU POR AFIXAÇÃO NA SEDE DA PREFEITURA OU DA CÂMARA MUNICIPAL, CONFORME O CASO.

§ 1º - A ESCOLHA DO ORGÃO DE IMPRESSA PARA A DIVULGAÇÃO DAS LEIS E ATOS ADMINSTRATIVOS FAR-SE-Á ATRAVÉS DE LICITAÇÃO, EM QUE SE LEVARÃO EM CONTA - nÃO SÓ AS CONDIÇÕES DE PREÇO, COMO AS CIRCUNSTÂNCIA DE FREQUÊNCIA, HORÁRIO, TIRAGEM E DISTRIBUIÇÃO.

§ 2º - NENHUM ATO PRODUZIRÁ EFEITO ANTES DE SUA PUBLICAÇAO.

§ 3º - A PUBLICAÇÃO DOS ATOS NÃO NORMATIVOS, PELA IMPRESA, PODERÁ, SER RESUMIDA.

ART. 89 - O PREFEITO FARÁ PUBLICAR:

I - DIARIAMENTE, POR EDITAL, O MOVIMENTO DE CAIXA DO DIA ANTERIOR;

II - MENSALMENTE, O BALANCETE RESUMIDO DA RECEITA E DA DESPESA;

III - MENSALMENTE, OS MONTANTES DE CADA UM DOS TRIBUTOS ARRECADADOS E OS RECURSOS RECEBIDOS;

IV - ANUALMENTE, ATÉ 15 DE MARÇO, PELO ORGÃO OFICIAL DO ESTADO, AS CONTAS DE ADMINISTRAÇÃO, CONSTITUIDAS DO BALANÇO FINANCEIRO, DO BALANÇO PATRIMONIAL, DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO E DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS, EM FORMA SINTÉTICA.

## S E Ç Ã O II

## DOS LIVROS

ART. 90 - O MUNICÍPIO MANTERÁ OS LIVROS QUE FOREM NECESSÁRIOS AO REGISTRO DE SUS SEVIÇOS.

§ 1º - OS LIVROS SERÃO ABERTO, RUBRICADOS E ENCERRADOS PELO PREFEITO OU PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, CONFORME O CASO, OU POR FUNCIONÁRIO DESIGNADO PARA - TAL FIM.

§ 2º - OS LIVROS REFERIDOS NESTE ARTIGO PODERÃO SER SUBSTITUIDOS POR FICHAS OU OUTRO SISTEMA CONVENIENTE AUTENTICADO.

## S E Ç Ã O III

## DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

ART. 91 - OS ATOS ADMINISTRATIVOS DE COMPETÊNCIA DO PREFEITO DEVEM SER - EXPEDIDOS COM OBEDIÊNCIA ÀS SEGUINTES NORMAS:

I - DECRETOS, NUMERADO EM ORDEM CRONOLÓGICA, NOS SEGUINTE CASOS

a) REGULAMENTAÇAO DE LEI;

b) INSTITUIÇAO, MODIFICAÇAO OU EXTINÇAO DE ATRIBUIÇÕES NÃO CONSTANTE DE LEI;

c) REGULAMENTAÇAO INTERNA DOS ORGÃO QUE FOREM CRIADOS NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL;

d) ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAIS E SUPLEMANTARES, ATÉ O LIMITE AUTORIZADO POR LEI, ASSIM COMO DE CRÉDITO ESTRAORDINÁRIOS;

e) DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA OU NECESSIDADE SOCIAL, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO OU DE SERVIÇO ADMINISTRATIVA;

f) APROVAÇÃO DE REGULAMENTO OU DE REGIMENTO DAS ENTIDADES QUE COMPÕEM A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL;

g) PERMISSÃO DE USO DOS BENS MUNICIPAIS;

h) MEDIDAS EXECUTÓRIAS DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO;

i) NORMAS DE EFEITOS EXTERNOS, NÃO PRIVATIVOS DA LEI;

j) FIXAÇÃO E ALTERAÇÃO DE PREÇOS;

II - PORTARIAS, NOS SEGUINTES CASOS:

a) PROVIMENTO E VACÂNCIA DOS CARGOS PÚBLICOS E DEMAIS ATOS DE EFEITOS INDIVIDUAIS;

b) LOTAÇAO E RELOTAÇÃO NOS QUADROS DE PESSOAL;

c) ABERTURA DE SINDICÂNCIA E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, APLICAÇAO DE PENALIDADE E DEMAIS ATOS INDIVIDUAIS DE EFEITO ENTERNOS;

d)OUTROS CASOS DETERMINADOS EM LEI OU DECRETO.

III - CONTRATO, NOS SEGUINTES CASOS:

a) ADMISSÃO DE SERVIDORES PARA SERVIÇOS DE CARATER TEMPORÁRIO, NOS TERMOS DO ART. 81,IX, DESTA LEI ORGÂNICA;

b) EXECUÇAO DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS, NOS TERMOS DA LEI.

PARÁGRAFO ÚNICO. OS ATOS CONSTANTES DOS ITENS II e III DESTE ARTIGO, PODERÃO SER DELEGADOS.

## S E Ç Ã O IV

## DAS PROIBIÇÕES

ART. 92 - O PREFEITO, O VICE-PREFEITO, OS VEREADORES E OS SERVIDORES MUNICIPAIS, BEM COMO AS PESSOAS LIGADAS A QUALQUER DELS POR MATRIMÔNIO OU PARENTESCOS, AFIM OU CONSANGUÍNIO, ATÉ O SEGUNDO GRAU, OU POR ADOÇÃO, NÃO PODERÁ CONTRATAR COM O MUNICIPIO, SUBSISTINDO A PROIBIÇAO ATÉ SEIS(6) MESES FINDAS AS RESPECTIVAS FUNÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO NÃO SE INCLUEM NESTA PROIBIÇÃO OS CONTRATOS CUJA CLÁUSULA E CONDIÇÕES SEJAM UNIFIRME PARA TODOS OS INTERESSADOS.

ART 93 - A PESSOA JURIDICA EM DÉBITO COM O SISTEMA DE SEGURIDADE SOCIAL, COMO ESTABELECIDO EM LEI FEDERAL, NÃO PODERÁ CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO MUNICIPAL NEM DELE RECEBER BENEFICIOS OU INCENTIVOS FISCAIS OU CREDITÍCIOS.

## S E Ç Ã O V

## DAS CERTIDÕES.

ART. 94 - A PREFEITURA E A CÂMARA SÃO OBRIGADAS A FORNECER A QUALQUER INTERESSADO, NO PRAZO MÁXIMO DE QUINZE (15) DIAS, CERTIDÕES DOS ATOS, CONTRATOS E DECISÕES, DESTE QUE REQUERIDAS PARA FIM DE DIREITO DETERMINADO, SOB PENA de RESPONSABILIDADE DA AUTORIDADE OU SERVIDOR QUE NEGAR OU RETARDAR A SUA EXPEDIÇÃO. NO MESMO PRAZO DEVERÃO ATENDER ÀS REQUISIÇÕES JUDICIAIS SE OUTRO FOR FIXADO PELO JUIZ.

PARÁGRAFO ÚNICO. AS CERTIDÕES RELATIVAS AO PODER EXECUTIVO SERÃO FORMECIDAS PELO SECRETÁRIO OU DIRETOR DA ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA, EXETO AS DECLARATÓRIAS DE EFETICO EXERCÍCIO DO PREFEITO, QUE SERÃO FORMECIDAS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA.

## CAPITULO III

## DOS BENS MUNICIPAIS

ART. 95 - CABE AO PREFEITO A ADMINISTRAÇÃO DOS BENS MUNICIPAIS, RESPEITADA A COMPETÊNCIA DA CÂMARA QUANTO ÀQUELE UTILIZADOS EM SEUS SERVIÇOS.

ART. 96 - TODOS OS BENS MUNICIPAIS DEVERÃO SER CADASTRADOS, COM A IDENTIFICAÇÃO RESPCTIVA, NUMERANDO-SE OS MÓVEIS SEGUNDO O QUE FOR ESTABELECIDO EM REGULAMENTO, OS QUAIS FICARÃO SOB RESPONSABILIDADE DO CHEFE DA SECRETÁRIA OU DIRETOR A QUE FOREM DISTRIBUIDOS.

ART. 97 - OS BENS PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO DEVERÃO SER CLASSIFICADOS:

I - PELA NATUREZA;

II - EM RELAÇÃO A CADA SERVIÇO.

PARÁGRAFO ÚNICO. DEVERÁ SER FEITA, ANUALMENTE, A CONFERÊNCIA DA ESCRITURAÇÃO PATRIMONIAL COM BENS EXISTENTES, E, NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CADA EXERCÍCIO, SERÁ INCLUIDO O INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS MUNICIPAIS.

ART. 98 - A ALIENAÇÃO DE BENS MUNICIPAIS, SUBORDINADA À EXISTÊNCIA DE INTERESSE PÚBLICO DEVIDAMENTE JUSTIFICADO, SERÁ SEMPRE PRECEDIDA DE AVALIAÇÃO E OBEDECERÁ AS SEGUINTES NORMAS:

I - QUANDO IMÓVEIS, DEPENDERÁ DE AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA E CONCORRÊNCIA PÚBLICA, DISPENSADA ESTA NOS CASOS DE DOAÇÃO E PERMUTA;

II - QUANDO MOVEIS, DEPENDERÁ APENAS DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA, DISPENSADA ESTA NOS CASOS DE DOAÇÃO, QUE SERÁ PERMITIDA EXCLUSIVAMENTE PARA FINS ASSISTENCIAIS OU QUANDO HOUVER INTERESSE PÚBLICO RELEVANTE, JUSTIFICADO PELO EXECUTIVO.

ART 99 - O MUNICIPIO, PREFERENTEMENTE À VENDA OU DOAÇÃO DE SEUS BENS IMÓVEIS, OUTORGARÁ CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, MEDIANTE PRÉVIA AUTORIZA-/ ÇÃO LEGISLATIVA E CONCORRÊNCIA PÚBLICA.

§ 1º - A CONCORRÊNCIA PODERÁ SER DISPENSADA, POR LEI, QUANDO O USO SE DESTINAR A CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO, A ENTIDADE ASSISTENCIAIS, OU QUANDO HOUVER RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO, DEVIDAMENTE JUSTIFICADO.

§ 2º - A VENDA AOS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS LINDEIROS DE ÁREA URBANAS REMANESCENTES E INAPROVEITAVEIS PARA EDIFICAÇÕES, RESULTANTES DE OBRAS PUBLICAS, DEPENDERÁ APENAS DE PRÉVIA AVALIAÇÃO E AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA, DISPENSADA A LICITAÇÃO. AS ÁREA RESULTANTES DE MODIFICAÇÕES DE ALINHAMENTO SERÃO ALIENADAS NAS MESMAS CONDIÇÕES, QUER SEJAM APROVEITÁVEIS OU NÃO.

ART. 100 - A AQUISIÇÃO DE BENS IMÓVEIS, POR COMPRA OU PERMUTA, DEPENDERÁ DE PRÉVIA AVALIAÇÃO E AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA.

ART. 101 - É PROIBIDA A DORAÇAO, VENDA OU CONCESSÃO DE USO DE QUALQUER FRAÇAO DOS OARQUE, PRAÇAS, JARDINS OU LARGO PÚBLICOS, SALVO PEQUENOS ESPAÇOS DESTINADOS À VENDA DE JORNAIS E REVISTAS OU REFRIGERANTES.

ART. 102 - O USO DE BENS MUNICIPAIS, POR TERCEIROS, SÓ PODERÁ SER FEITO MEDIANTE CONCESSÃO, OU PERMISSÃO A TÍTULO PRECÁRIO E POR TEMPO DETERNINADO, CONFORME O INTERESSE PÚBLICO O EXIGIR.

§ 1º - A CONCESSÃO DE USO DOS BENS PÚBLICOS DE USO ESPECIAL E DOMINICAIS DEPENDERÁ DE LEI E CONCORRÊNCIA E SERÁ FEITA MEDIANTE CONTRATO, SOB PENA DE NULIDADE DO ATO, RESALVADA A HIPÓTESE DO § 1º DO ART. 99, DESTA LEI ORGÂNICA.

§ 2º - A CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE BENS PÚBLICOS DE USO COMUM SOMENTE PODERÁ SER OUTORGADO PARA FINALIDADE ESCOLARES, DE ASSISTÊNCIA SOCIAL OU TURÍSTICA, MEDIANTE AUTORIZAÇAO LEGISLATIVA.

§ 3º A PERMISSÃO DE USO, QUE PODERÁ INCIDIR SOBRE QUALQUER BEM PÚBLICO, - SER FEITO, A TÍTULO PRECÁRIO, POR ATO UNILATERAL DO PREFEITO, ATRAVÉS DE DECRETO.

ART. 103 - PODERÃO SER CEDIDOS A PARTICULAR, PARA SERVIÇOS TRANSITÓRIOS, MÁQUINA E OPERADORES DA PREFEITUR, DESDE QUE NÃO HAJA PREJUIZOS PARA OS TRABALHOS DO MUNICÍPIO E O INTERESSADO RECOLHA, PREVIAMENTE, A REMUNERAÇAO ARBITRADA E ASSINE TERMO DE RESPONSABILIDADE PELA CONSERVAÇÃO E DEVOLUÇÃO DOS BENS CEDIDOS.

ART. 104 - A UTILIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS DE USO ESPECIAL, COMO MERCADOS, MATADOUROS, ESTAÇÕES, RECINTOS DE ESPETÁCULOS E CAMPOS DE ESPORTE, SERÃO FEITAS NA FORMA DA LEI E REGULAMENTOSRESPECTIVOS.

## CAPÍTULO IV

## DAS OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

ART. 105 - NENHUM EMPREENDIMENTO DE OBRAS DO MUNICÍPIO PODERÁ TER INÍCIO SEM PRÉVIA ELABORAÇÃO DO PLANO RESPECTIVO, NO QUAL OBRIGATORIAMENTE, CONSTE:

I - A VIABILIDADE DO EMPREENDIMENTO, SUA CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE PARA O INTERESSE COMUM;

II - OS PORMENORES PARA A SUA EXECUÇÃO;

III - OS RECURSOS PARA O ATENDIMENTO DAS RESPECTIVAS DESPESAS;

IV - OS PRAZOS PARA O SEU INÍCIO E CONCLUSÃO, ACOMPANHADA DA RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO;

§ 1º - NENHUMA OBRA, SRVIÇO OU MELHORAMENTO, SALVO CASOS DE EXTREMA URGÊNCIA, SERÁ EXECUTADA SEM PRÉVIO ORÇAMENTO DE SEU CUSTO.

§ 2º - AS OBRAS PÚBLICAS PODERÃO SER EXECUTADAS PELA PREFEITURA, POR SUAS AUTARQUIAS E DEMAIS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA, E, POR TERCEIROS, - MEDIANTE LICITAÇAO.

ART. 106 - A PERMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO A TÍTULO PRECÁRIO, SERÁ OUTORGADA POR DECRETO DO PREFEITO, APÓS EDITAL DE CHAMAMENTO DE INTERESSADOS PARA - ESCOLHA DO MELHOR PRETENDENTE, SENDO QUE A CONCESSÃO SÓ SERÁ FEITA COM AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA, MEDIANTE CONTRATO, PROCEDIDO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA.

§ 1º - SERÃO NULAS DE PLENO DIREITO AS PERMISSÕES, AS CONCESSÕES, BEM COMO QUAISQUER OUTROS AJUSTES FEITOS EM DESACORDO COM O ESTABELECIDO NESTE ARTIGO.

§ 2º - OS SERVIÇOS PERMITIDOS OU CONCEDIDOS FICARÃO SEMPRE SUJEITOS À REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO MUNICÍOIO, INCUMBINDO, AOS QUE OS EXECUTEM, SUA PERMANENTE ATUALIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO ÀS NECESSIDADES DOS USUÁRIOS.

§ 3º - O MUNICIPIO PODERÁ RETOMAR, SEM INDENIZAÇÃO, OS SERVIÇOS PERMITIDOS OU CONCEDIDOS, DESDE QUE EXECUTADOS EM DESCONFORMIDADE COM O ATO OU - CONTRATO, BEM COMO AQUELES QUE SE REVELAREM INSUFICIENTES PARA O ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS.

§ 4º - AS CONCORRÊNCIAS PARA A CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DEVERÃO SER PRECEDIDAS DE AMPLAS PUBLICIDADE, EM JORNAIS E RÁDIOS LOCAIS, INCLUSIVE EM ORGÃOS DA IMPRESA DA CAPITAL DO ESTADO, MEDIANTE EDITAL OU COMUNICADO RESUMIDO.

ART. 107 - AS TARIFAS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DEVERÃO SER FIXADAS PELO = EXECUTIVO TENDO-SE EM VISTA A JUSTA REMUNERAÇÃO.

ART. 108 - NOS SERVIÇÕS, OBRAS E CONCESSÕES DO MUNICÍPIO, BEM COMO NAS COMPRAS E ALIENAÇÕES, SERÁ ADOTADA A LICITAÇÃO, NOS TERMOS DA LEI.

ART. 109 - O MUNICIPIO PODERÁ REALIZAR OBRAS E SERVIÇOS DE INTERESSE COMUM, MEDIANTE CONVÊNIO COM O ESTADO, A UNIÃO OU ENTIDADES PARTICULARES BEM ASSIM, ATRAVÉS DE CONSÓRCIO, COM OUTROS MUNICÍPIOS

## CAPÍTULO V

## DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA

### SEÇÃO I

### DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

ART. 110 - SÃO TRIBUTOS MUNICIPAIS OS IMPOSTOS, AS TXAS E AS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA, DECORRENTES DE OBRAS PÚBLICAS, INTITUÍDOS POR LEI MUNICIPAL, ATENDIDOS OS PRINCÍPIO ESTABELECIDOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NAS NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO.

ART. 111 - SÃO DE COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO OS IMPOSTOS SOBRE:

I - PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORAL URBANA;

II - TRANSMISSÃO, INTER VIVOS, A QUALQUER TÍTULO, POR ATO ONEROSO, DE BENS IMÓVEIS, POR NATUREZA OU ACESSÃO FÍSICA, E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS, EXCETO OS DE GARANTIAS, BEM COMO CESSÃO DE DIREITOS A SUA AQUISIÇÃO;

III - VENDAS A VAREJO DE COMBUSTIVEIS LÍQUIDOS E GASOSOS, EXCETO ÓLEO DIESEL;

IV - SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA, NÃO COMPREENDIDO NA COMPETÊNCIA DO ESTADO, DEFINIDO NA LEI COMPLEMENTAR PREVISTA NO ART. 146 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

§ 1º - O IMPOSTO PREVISTO NO INCISO I PODERÁ SER PROGRESSIVO, NOS TERMOS DA LEI, DE FORMA A ASSEGURAR O CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL.

§ 2º - O IMPOSTO PREVISTO NO INCISO II NÃO INCIDE SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS OU DIREITOS INCORPORAÇÃO AO PATRIMÔNIO DE PASSOAS JURÍDICA EM REALIZAÇÃO DE CAPITAL, NEM SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS OU DIREITOS DECORRENTE DE FUSÃO, INCORPORAÇAO, CISÃO OU EXTINÇAO DE PESSOAS JURÍDICA, SALVO SE, NESSES/ CASOS, A ATIVIDADE PREPONDERANTE DO ADQUIRENTE FOR A COMPRA E VENDA DESSES / BENS OU DIREITOS, LOCAÇAO DE BENS IMÓVEIS OU ARRENDAMENTO MERCANTIL.

§ 3º - A LEI DETRMINARÁ MEDIDAS PARA OS CONSUMIDORES SEJAM ESCLARECIDOS ACERCA DOS IMPOSTOS PREVISTOS NOS INCISOS III e IV.

ART. 112 - As TAXAS SÓ PODERÃO SER INSTITUIDAS POR LEI, EM RAZÃO DO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA OU PELA UTILIZAÇÃO EFETIVA PO POTENCIAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, ESPECÍFICOS E DIVISÍVEIS, PRESTADOS AO CONTRIBUINTE OU POSTOS À DISPOSIÇÃO PELO MUNICÍPO.

A CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PODERÁ SER COBRADA DOS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS VALORIZADOS POR OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, TENDO COMO LIMETE TOTAL A DESPESA/ REALIZADA E COMO LIMITE INDIVIDUAL O ACRÉSCIMO DE VALOR QUE DA OBRA RESULTAR PARA IMÓVEIS BENEFICIADO.

ART. 114 - SEMPRE QUE POSSIVEL OS IMPOSTOS TERÃO CARATER PESSOAL E SERÃO GRADUADOS SEGUNDO A CAPACIDADE ECONOMICA DO CONTRIBUINTE, FACULTADO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, ESPECIALMENTE PARA CONFERIR EFETIVIDADE A ESSES OBJETIVOS, IDENTIFICAR, RESPEITADOS OS DIREITOS INDIVIDUAIS E NOS TERMOS DA LEI, O PATRIMÔNIO, OS RENDIMENTOS E AS ATIVIDADES ECONÔMICAS CO CONTRIBUINTE.

PARÁGRAFO ÚNICO. AS TAXAS PODERÃO TER BASE DE CALCULO PRÓPRIA DE IMPOSTOS.

ART. 115 - O MUNICÍOIO PODERÁ INSTITUIR CONTRIBUIÇÃO, COBRADA DE SEUS SERVIDORES, PARA O CUSTEIO, EM BENEFICIO DESTE, DE SISTEMA DE PREVIDÊNCIA E ASSITÊNCIA SOCIAL.

## S E Ç Ã O II

## DA RECEITA E DA DESPESA

ART. 116 - A RECEITA MUNICIPAL CONSTITUIR-SE-Á DA ARRECADAÇÃO DOS TRIBUTOS - MUNICIPAIS, DA PARTICIPAÇAO EM TRIBUTOS DA UNIÃO E DO ESTADO, DOS RECURSOS - RESULTANTES DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIO E DA UTLIZAÇAO DE SEUS - BENS, SERVIÇOS, ATIVIDADES E DE OUTROS INGRESSOS.

ART. 117 - PERTENCEM AO MUNICÍPIO:

I - O PRODUTO DA ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DA UNIÃO SOBRE RENDAS E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA, INCIDENTE NA FONTE, SOBRE RENDIMENTOS PAGOS, A QUALQUER TÍTULO, PELA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIA E FUNDAÇÕES MUNICPAIS;

II - CINCOENTA POR CENTO DO PRODUTO DA ARRECADAÇAO DO IMPOSTO DA UNIÃO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RUARAL, REALTIVAMENTE AOS IMÓVEIS SITUADOS - NO MUNICÍPIO;

III - CINCOENTA POR CENTO DO PRODUTO DA ARRECADAÇAO DO IMPOSTO DO ESTADO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LICENCIADOS NO TERRITÓRIO MUNICIPAL;

IV - VINTE E CINCO POR CENTO DO PRODUTO DA ARRECADÇÃO DO IMPOSTO DO ESTADO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVA À CIRCULAÇAO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL DE COMUNICAÇAO.

ART. 118 - A FIXAÇAO DOS PREÇOS PÚBLICOS, DEVIDOS PELA UTILIZAÇAO DE BENS, SERVIÇOS E ATIVIDADES MUNICIPAIS PELO PREFEITO MEDIANTE EDIÇAO DE DECRETO.

PARÁGRAFO ÚNICO. AS TARIFAS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DEVERÃO COBRIR OS SEUS CUSTOS, SENDO REAJUSTÁVEIS QUANDO SE TORMAREM DEFECIENTES OU EXCEDENTES.

ART. 119 - NENHUM CONTRIBUINTE SERÁ OBRIGADO AO PAGAMENTO DE QUALQUER TRIBUTO LANÇADO PELA PREFEITURA SEM PRÉVIA NOTIFICAÇAO.

§ 1º - CONSIDER-SE NOTIFICAÇÃO A ENTREGA DO AVISO DE LANÇAMENTO DO DOMICILIO FISCAL DO CONTRIBUINTE, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO FEDERAL PERTINENTE.

§ 2º - DO LANÇAMENTO DO TRIBUTO CABE RECURSO AO PREFEITO, ASSEGURADO PARA SUA INTERPOSIÇÃO O PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, CONTADOS=DA NOTIFICAÇÃO.

ART. 120 - A DESPESA PÚBLICA ATENDERÁ AOS PRICÍPIOS ESTABELECIDOS NA CONSTITUIÇAO FEDERAL E AS NORMAS DE DIREITO FINANCEIRO.

ART. 121 - NENHUMA DESPESA SERÁ ORDENADA OU SATISFEITA SEM QUE EXISTA RECURSO DISPONIVEL E CRÉDITO VOTADO PELA CÂMARA, SALVO A QUE CORRER POR CONTA / DE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO.

ART. 122 - NENHUMA LEI QUE CRIE OU AUMENTE DESPESA SERÁ EXECUTADA SEM QUE DELA CONSTE A INDICAÇAO DO RECURSO PARA ATENDIMENTO DO CORRESPONDENTE CARGO.

ART. 123 - AS DISPONIBILIDADE DE CAIXA DO MUNICÍPIO, SE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES E DAS EMPRESSAS POR ELE CONTROLADAS SERÃO DEPOSITADAS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS, SALVO OS CASOS PREVISTO EM LEI.

## S E Ç Ã O III

## DO ORÇAMENTO

ART. 124 - A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL E PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS OBDECERÁ ÀS REGRAS ESTABELECIDAS NA CONSTITUIÇÃO DEDERAL, NA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO, NAS NORMAS DE DIREITO FINANCEIRO E NOS PRECEITOS DESTA LEI ORGÂNICA.

PARÁGRAFO ÚNICO. O PODER EXECUTIVO PÚBLICARÁ, ATÉ TRINTA DIAS APÓS O ENCERRAMENTO DE CADA BIMESTRE, RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

ART. 125 - OS PROJETOS DE LEI RELATIVOS AO PLANO PLURIANUAL, E AO ORÇAMENTO ANUAL E OS CRÉDITOS ADICIONAIS SERÃO APRECIADOS PELA COMISSÃO PERNAMENTE DE ORÇAMENTO E FINANÇAS À QUAL CABERÁ:

I - EXAMINAR E EMITIR PARACER SOBRE OS PROJETOS E AS CONTAS APRESENTADAS ANUALMENTE PELO PREFEITO MUNICIPAL;

II - EXAMINAR E MITIR PARECER SOBRE OS PLANOS E PROGRAMS DE INVESTIMENTOS E EXERCER O ACOMPANHAMENTO E FISCALI AÇAO ORÇAMENTÁRIA, SEM PREJUIZO DE ATUAÇÃO DAS DEMAIS COMISSÕES DA CÂMARA.

§ 1º AS EMENDAS SERAO APRESENTADAS NA COMISSÃO, QUE SOBRE ELAS EMITIRÁ PARECER, E APRECIADAS NA FORMA REGIMENTAL.

§ 2º - AS EMENDAS AO PROJETO DE LEI DO ORÇAMENTO ANUAL OU PROJETOS QUE O MODIFIQUEM SOMENTE PODEM SER APROVADOS CASO:

I - SEJAM COMPATIVEIS COM O PLANO PLURIANUAL.

II - INDIQUEM OS RECURSOS NECESSÁRIOS, ADMITIDOS APENAS OS PRONENIENTES DE ANULAÇÃO DE DESPESAS, EXCLUÍDA AS QUE INCIDAM SOBRE:

a) DOTAÇAO PARA PESSOAL E SEUS ANCARGOS;

b) SERVIÇO DE DÍVIDA; OU

III - SEJAM RELACIONADOS:

a) COM A CORREÇAO DE ERROS OU OMISSÕES; OU

b) COM OS DISPOSITIVOS DO TEXTO DO PROJETO DE LEI.

§ 3º - OS RECURSOS QUE, EM DECORRÊNCIA DE VETO, EMENDA OU REJEIÇAO DO - PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, FICAREM SEM DESPESAS CORRESPONDENTES PODERÃO SER UTILIZADOS, CONFORME O CASO, MEDIANTE CRÉDITOS ESPECIAIS OU SUPLEMENTARES, COM PRÉVIA E ESPECÍFICA AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA.

ART. 126 - A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL COMPREENDERÁ:

I - O ORÇAMENTO FISCAL REFERENTE AOS PODERES DO MUNICÍPIO, SEUS FUNDOS, ORGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA;

II - O ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS EM QUE O MUNICÍPIO, DIRETA OU INDIRETAMENTE, DETENHA A MAIORIA DO CAPITAL SOCIAL COM DIREITO A VOTO;

III - O ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL, ABRANGENDO TOSA AS ENTIDADES E ORGÃOS A ELA VINCULADOS, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, BEM COMO OS FUNDOS INSTITUIDOS PELO PODER PÚBLICO.

ART. 127 - O PREFEITO ENVIARÁ À CÂMARA, NO PRAZO CONSIGNADO NA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL, A PROPOSTA DE ORÇAMENTO ANUAL DO MUNICIPIO PARA O EXERCÍCIO/ SEGUINTE.

§ 1º - O NÃO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO CO CAPUT DESTE ARTIGO IMPLICARÁ A ELABORAÇÃO PELA CÂMARA, INDEPENDENTEMENTE DO ENVIO DA PROPOSTA, DA COMPETENTE LEI DE MEIO, TOMANDO POR BASE A LEI ORÇAMENTÁRIA EM VIGOR.

§ 2º - O PREFEITO PODERÁ ENVIAR MENSAGEM À CÂMARA, PARA PROPOR A MODIFICAÇÃO DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA, ENQUANTO NÃO INICIADA A BOTAÇÃO DA PARTE QUE DESEJAR ALTERAR.

ART. 128 - A CÂMARA NÃO ENVIANDO, NO PRAZO CONSIGNADO NA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL, O PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA À SANÇÃO, SERÁ PROMULGADA COMO LEI, - PELO PREFEITO, O PROJETO ORIGINÁRIO DO EXECUTIVO.

ART. 129 - REJEITADO PELA CÂMARA O PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PREVALECERÁ, PARA O ANO SEGUINTE, O ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO EM CURSO, APLICANDO-SE-LHE A ATUALIZAÇÃO DOS VALORES.

ART. 130 - APLICAM-SE AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA, NO QUE NÃO CONTRARIAR O DISPOSTO NESTA SEÇÃO, AS REGRAS DO PROCESSO LEGISLATIVO.

ART. 131 - O MUNICÍPIO, PARA EXECUÇAO DE PROJETOS, PROGRAMAS, OBRAS, SERVIÇOS OU DESPESA CUJA EXECUÇÃO SE PROLONGUE ALÉM DE UM EXERCÍCIO FINANCEIRO, DEVERÁ ELABORAR ORÇAMENTO PLURIANUAIS DE INVESTIMENTOS.

PARÁGRAFO ÚNICO. AS DOTAÇÕES ANUAIS DOS ORÇAMENTOS PLURIANUAIS DEVERÃO SER INCLUIDAS NO ORLAMENTO DE CADA EXERCÍCIO, PARA UTILIZAÇAO DO RESPECTIVO CRÉDITO.

ART. 132 - O ORÇAMENTO SERÁ UNO, INCORPORANDO-SE, OBRIGATORIAMENTE, NA RECEITA, TODOS OS TRIBUTOS, RENDAS E SUPRIMENTOS DE FUNDOS, E INCLUINDO-SE, DISCRIMINADAMENTE, NA DESPESA, AS DOTAÇÕES NECESSÁRIAS AO CUSTEIO DE TODOS OS -/ SERVIÇOS MUNICIPAIS.

ART. 133 - O ORÇAMENTO NÃO CONTERÁ DISPOSITIVO ESTRANHO A PREVISÃO DA RECEITA, NEM À FIXAÇÃO DA DESPESA ANTERIORMENTE AUTORIZADA. NÃO SE INCLUEM NESTA PROIBIÇAO A:

I - AUTORIZAÇAO PARA ABERTURA DE CRÉDITO SUMPLEMENTARES;

II - CONTRATAÇÃO DE OPERÁÇÕES DE CRÉDITO, AINDA QUE POR ANTECIPAÇÃO DE / RECEITA, NOS TERMOS DA LEI.

ART. 134 - SÃO VENDADOS:

I - O INICIO DE PROGRAMAS OU PROJETOS NÃO INCLUIDOS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL;

II - A REALIZAÇÃO DE DESPESAS OU A ASSUNÇAO DE OBRIGAÇÕES DIRETAS QUE EXEEDAM OS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS OU ADICIONAIS;

III - A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS QUE EXCEDAM O MONTANTE DAS DESPESAS DE CAPITAIS, RESSALVADAS AS AUTORIZADAS MEDIANTE CRÉDITOS SUPLEMENTARES OU ESPECIAIS COM FINALIDADE PRECISA, APROVADOS PELA CÂMARA POR MAIORIA ABSOLUTA;

IV - A VINCULAÇÃO DA RECEITA DE IMPOSTOS A ORGÃO, FUNDO OU DESPESA, RESSALVADAS A REPARTIÇÃO DO PRODUTO DE ARRECADAÇÃO DOS IMPOSTOS A QUE SE REFEREM OS ART. 158 e 159 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A DESTINAÇÃO DE RECURSOS PARA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, COMO DETERMINADO PELO ART. 159 DESTA LEI ORGÂNICA E A PRESTAÇÃO DE GARANTIAS ÀS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA, PREVISTA NO ART. 133,II DESTA LEI ORGÂNICA.

V - A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR OU ESPECIAL SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA E SEM INDICAÇÃO DOS RECURSOS CORRESPONDENTES;

VI - A TRANSPOSIÇAO, O REMANEJAMENTO OU A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DE UMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO PARA OUTRA DE UM ORGÃO PARA OUTRO, SEM PRÉVIA - AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA;

VII - A CONCESSÃO OU UTILIZAÇÃO DE CRÉDITO ILIMITADOS;

VIII - A UTILIZAÇÃO SEM AUTORIZAÇAO LEGISLATIVA ESPECIFICA, DE RECURSOS DOS ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL PARA SUPRIR NECESSIDADE OU COBRIR DEICIT DE EMPRESAS, FUNDAÇÕES e fundos? INCLUSIVE DOS MENCIONADOS NO -/ ART. 126 DESTA LEI ORGÂNICA

IX - A INSTITUIÇÃO DE FUNDOS DE QUALQUER NATUREZA, SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA.

§ 1º - NENHUM INVESTIMENTO CUJA EXECUÇÃO ULTRAPASSE UM EXERCÍCIO FINANCEIRO PODERÁ SER INICIADO SEM PRÉVIO INCLUSÃO NO PLANO PLURIANUAL, OU SEM LEI - QUE AUTORIZE A INCLUSÃO, SOB PENA DE CRIME DE RESPONSABILIDADE.

§ 2º - OS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS TERÃO VIGÊNCIA NO EXERCÍCIO FINANCEIRO EM QUE FOREM AUTORIZADOS, SALVO SE O ATO DE AUTORIZAÇÃO FOR PROMULGADO NOS ÚLTIMOS QUATRO MESES DAQUELE EXERCÍCIO, CASO EM QUE, REABERTOS NOS - limites de seus saldos, SERÃO INCORPORADOS AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO SUBSEQUENTE.

§ 3º - A ABERTURA DE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO SOMENTE SERÁ ADMINIDA PARA A=/ TENDER A DESPESA IMPREVISÍVEIS E URGENTE, COMO AS DECORRENTES DE CALAMIDADE / PÚBLICA.

ART. 135 - OS RECURSOS CORRESPONDENTES ÀS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS COMPREENDIDOS OS CRÉDITOS SUPLEMENTARES E ESPECIAIS, DESTINADOS À CÂMARA MUNICIPAL,/ SER-LHE-ÃO ENTREGUE ATÉ O DIA 20 DE CADA MÊS.

ART. 136 - A DESPESA COM PESSOAL ATIVO E INATIVO DO MUNICÍPIO NÃO PODERÁ EXCEDER OS LIMITES ESTABELECIDOS EM LEI COMPLEMENTAR.

PARÁGRAFO ÚNICO. A CONCESSÃO DE QUALQUER CANTAGEM OU AUMENTO DE REMUNERAÇÃO, A CRIAÇAO DE CARGOS OU ALTERAÇÃO DE ESTRUTURA DE CARREIRA, BEM COMO A - ADMISSÃO DE PESSOAL, A QUALQUER TÍTULO, PELOS ÓRGÃO E ENTIDADES DA ADMINIS-/ TRAÇÃI DIRETA OU INDIRETA, SÓ PODERÃO SER FEITAS SE HOUVER PRÉVIA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA SUFICIENTEPPARA ATENDER ÀS PROJEÇÕES DE DESPESAS DE PESSOAL A AOS ACRÉCIMOS DELA DECORRENTES.

MONTE SIÃO, 08 DE JANEIRO DE 1.990

JOSÉ BUENO - PRESIDENTE

OSMAR DIONIZIO DE FREITAS

JOÃO PONTES DE PAULA

GUMERCINDO DE LIMA CARDOSO

## REQUISITOS MÍNIMOS DE UMA CONSTITUIÇÃO AUTÊNTICA

a) a diferenciação das diversas tarefas estatais e sua atribuição a diferentes órgãos ou detentores do poder, para evitar a concentração do poder nas mãos de um só indivíduo;

b) um mecanismo planejado, que estabeleça a cooperação dos diversos detentores do poder, significando, ao mesmo tempo, uma limitação e uma distribuição do exercício do poder;

c) um mecanismo, planejado também com antecipação, para evitar bloqueios respectivos entre os diferentes detentores de parcelas autônomas do poder, a fim de evitar que qualquer deles, numa hipótese de conflito, resolva o embaraço sobrepondo-se aos demais;

d) um mecanismo, também previamente planejado, para a adaptação pacífica da ordem fundamental às mutáveis condições sociais e políticas, ou seja, um método racional de reforma constitucional para evitar o recurso à ilegalidade, à força ou à revolução;

e) além disso tudo, a Constituição deve conter o reconhecimento expresso de certas esferas de autodeterminação, i. e. pessoal, isto é, os direitos individuais e as liberdades fundamentais, prevendo sua proteção contra a interferência de um ou de todos os detentores do poder.

## LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

Os municípios deverão adotar lei orgânica própria. Essa é uma das conseqüências mais imediatas da nova Constituição Federal que, entre outras inovações, resgatou o municipalismo.

A Carta Municipal deverá ser votada em até seis meses após a promulgação da Constituição do Estado. Deve ela, em princípio, conter apenas o que é básico à configuração e administração do município. Deve ainda evitar uma regulamentação excessiva, própria de legislação ordinária posterior, que viria apenas embaraçar e tolher uma administração mais dinâmica.

O objetivo deste programa é sugerir como se deve proceder, dentro da técnica legislativa, à elaboração da Lei Orgânica Municipal. Evidenciar como a Lei Orgânica deve estabelecer com clareza a competência do município nos diversos assuntos de seu peculiar interesse, como: urbanismo, serviços locais, desenvolvimento econômico e social, regularização fundiária, parcelamento do solo, preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural, atividades sociais de apoio à população (estímulo ao trabalho, criação de moradias, educação e cultura).

PROGRAMA

1. PRINCÍPIOS
   - 1.1 - Constituição Federal
   - 1.2 - Constituição Estadual
   - 1.3 - Próprios - Autonomia Municipal
2. TÉCNICA LEGISLATIVA
   - 2.1 - Conteúdo
   - 2.2 - Forma
3. ORGANIZAÇÃO DOS PODERES MUNICIPAIS
   - 3.1 - Do Poder Legislativo
   - 3.1.1 - Da Câmara Municipal, Vereadores, Sessões, Comissões
   - 3.1.2 - Do Processo Legislativo
   - 3.2 - Do Poder Executivo
   - 3.2.1 - Do Prefeito e do Vice-Prefeito
   - 3.2.2 - Das atribuições e responsabilidades do Prefeito
   - 3.2.3 - Dos Secretários Municipais, da Procuradoria
4. DA ORGANIZAÇÃO DO GOVERNO MUNICIPAL
   - 4.1 - Do Planejamento
   - 4.2 - Da Administração
   - 4.3 - Das Obras e Serviços
   - 4.4 - Dos Bens
   - 4.5 - Dos Serviços
5. DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
   - 5.1 - Dos Tributos Municipais
   - 5.2 - Das Limitações ao Poder de Tributar
   - 5.3 - Da participação nas Receitas Tributárias
   - 5.4 - Do Orçamento

ASSÉMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Prezado (a) Amigo(a),

Com a minha cordial visita, envio-lhe para conhecimento, cópia de expediente contendo assunto do seu interesse.

Continuando ao seu inteiro dispor subscrevo-me,

Atenciosamente,

DEPUTADO ROMEU QUEIROZ

QUARTO SECRETÁRIO.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SIMPÓSIO "A NOVA CONSTITUIÇÃO E O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DAS LEIS ORGÂNICAS"

PAINEL II - REGIMENTO INTERNO E O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA LEI BÁSICA

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO ROMEU QUEIROZ

COORDENADOR DOS DEBATES

Depois das brilhantes exposições do Deputado Luiz Vicente Calicchio e do Dr. Antônio Geraldo Pinto, acerca do tema ora tratado — "Regimento Interno e o Processo de Elaboração da Lei Básica" — ousamos dizer, esperando não ser pretensioso, que esta Assembléia Legislativa logrou prestar algum auxílio aos legisladores municipais no que se refere a tais questões.

Após estas expressivas exposições, não tentaríamos voltar ao tema de forma profunda, mas tão-somente enfocar alguns pontos que julgamos importantes. São eles: a participação popular, a preexistência de um regimento interno e o anteprojeto da Lei Orgânica Municipal.

Quando o País adquire uma estrutura jurídica há muito reclamada pela sociedade, não seria elegante e nem seria lícito que todos os segmentos sociais não fossem convidados a participar de sua edificação. A Constituinte Nacional agiu com sabedoria ouvindo previamente o brasileiro dos quatro cantos do País; a Constituinte Mineira seguiu-lhe o exemplo , talvez dando um passo à frente ao instalar audiências popula - res em regiões-chave do Estado. Fica, pois, o nosso apelo aos Srs. Vereadores: ouçam os seus eleitores, ouçam a população , tenham a maior receptividade para com as sugestões e até para com as críticas pouco simpáticas

Não se constrói esta condição ideal dos regimes políticos, este eterno sonho dos liberais - a Democracia - sem a participação de todos.

Enfoquemos, agora, o segundo item por nós se-

lecionado: a preexistência do regimento interno. Poderíamos salientar, de início, que a estas alturas tal comportamento alça se, de tão importante, à categoria de dogma na elaboração das Constituições. Não se concebe a feitura de uma lei que envolve tantas etapas, que sofre pressões dos vários segmentos e um processo de votação por partidos coesos entre si e díspares em relação ao outro, sem um regulamento disciplinador.

Este dispõe sobre a data e a instalação dos trabalhos, a composição das lideranças partidárias, o horário das reuniões, o processo de discussão e votação das matérias, sobre tudo, enfim, que acarrete ordem ao processo de elaboração do texto da Lei Básica Municipal.

O regimento está para os legisladores como a pauta está para a orquestra. Caberá aos Presidentes das Câmaras colocarem-se na condição de maestro. Assim ocorrendo, re -

sultará um concerto belo e harmonioso.

Fixemo-nos, por fim, no Anteprojeto de Constituição. Este constitui prática consagrada dos últimos tempos, mesmo quando a sua iniciativa provinha do Executivo. Ele é um ponto de referência para todos os parlamentares, e mesmo para aqueles que não concordam com a sua substância, pois o texto inicial não pretende ser uma imposição sob o ponto de vista de conteúdo, mas tão-somente uma referência formal, sujeita a inúmeras modificações, respeitados os princípios constitucionais da Carta Magna.

Colocadas tais questões, já do conhecimento dos presentes, queremos finalizar nossas palavras exultando com a importância deste momento no contexto histórico. As leis representadas pela Constituição da República e dos Estados e que terão conclusão com a promulgação das Leis Orgânicas Muni-

cipais são as mais democráticas, as mais abertas à opinião pública e à participação popular que já existiram neste País.

Resta a cada um de nós, que participamos de um processo de tal importância, trabalharmos nele usando todo o nosso potencial, a nossa vontade, a nossa paixão pela justiça. É uma participação dessa magnitude que desejamos a todos os nossos ilustres Vereadores de Minas Gerais.

PRÓ-MUNICÍPIO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Belo Horizonte, 12 de outubro de 1989

Sr. Presidente,

Promulgada a nova Constituição do Estado de Minas Gerais, os Srs. Vereadores, pela primeira vez, deverão elaborar a Lei Orgânica Municipal, até o dia 22 de março de 1990, promovendo a organização político-administrativa e estabelecendo o reordenamento jurídico de seu Município.

Esse trabalho, que não faz parte da rotina dos Srs. Vereadores, será um desafio para muitas Câmaras, que precisarão contar com um assessoramento especializado.

O escritório PRÓ-MUNICÍPIO - ADVOGADOS ASSOCIADOS, com sede em Belo Horizonte, à rua Tobias Barreto, 110 - Nova Suiça, integrado por profissionais com vasta experiência na área municipal, está apto a prestar a assessoria jurídica necessária à elaboração da Lei Orgânica Municipal, face às normas Constitucionais da Carta de 21 de setembro de 1989.

Colocando-nos à inteira disposição dessa Egrégia Câmara de Vereadores, subscrevemo-nos

atenciosamente.

- PRÓ-MUNICÍPIO - ADVOGADOS ASSOCIADOS -

Ao Exmo. Sr.
Presidente da Câmara Municipal
MONTE SIÃO - MG

Rua Tobias Barreto, 110 - Bairro Nova Suiça - CEP 30.460 - Telefone: (031) 332-8430 - Belo Horizonte-MG.

ALIANÇA FEDERATIVA DE DEFICIENTES ASSOCIADOS

Senhor Vereador,

As pessoas portadoras de deficiência têm buscado incluir seus direitos nos textos constitucionais dos diversos níveis de Governo.

Consideramos que ao longo deste processo obtivemos, como bastante significativas, não só do ponto de vista da legislação, como também na nossa organização como movimento social, no aumento da consciência das pessoas portadoras de deficiência e ainda na articulação com outros setores organizados da população. A Constituinte Mineira é representativa destas conquistas, quando com o apoio de 39 entidades do Estado de Minas Gerais, do Comitê Popular na Constituinte, e 42.000 eleitores que subscreveram nossas propostas, conseguimos incluir no texto Constitucional várias reivindicações, e ainda, consolidamos o nosso movimento com a criação da Federação de Entidades de Pessoas Portadoras de Deficiência do Estado de Minas Gerais.

Neste momento em que se elabora as Leis Orgânicas Municipais nos mobilizamos mais uma vez e trazemos para discussão algumas propostas.

Esperamos participar das diversas fases de elaboração da Constituinte Municipal e contamos com o seu apoio no encaminhamento, defesa e votação das propostas por nós apresentadas.

ALIANÇA FEDERATIVA DE DEFICIENTES ASSOCIADOS
Márcio José Ferreira
Presidente

Art. - São atribuições do Sistema Único de Saúde no âmbito do município, dentre outras:

I - Executar ações de prevenção, tratamento e reabilitação de deficiências físicas, mentais e sensoriais.

II - Prestar assistência domiciliar nos casos de tratamento e reabilitação de pessoas impossibilitadas de se locomoverem até os serviços de saúde.

Art. - A garantia de educação pelo poder público dar-se-á mediante:

I - Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, em período de 8 horas diárias.

II - Atendimento educacional inclusive especializado ao portador de deficiência, na rede pública e regular de ensino, com garantia de recursos humanos capacitados, material e equipamentos públicos adequados e de vaga em escola próxima de sua residência.

Art. - Oferecimento de estimulação precoce em creches comuns ao educandos protadores de deficiência oferecendo sempre que se fizer necessário os recursos da educação especial.

Art. - O mobiliário escolar usado pelas escolas públicas municipais, deverá considerar recomendações científicas pela prevenção de doenças.

Art. - Será assegurado aos portadores de deficiências totalmente impossibilitados de usar o sistema de transporte comum, a frequência às escolas, através de um sistema especial de transporte a ser instituido e mantido pelo Poder Público Municipal.

Art. - É proibida a recusa de matrícula em escolas públicas sob a alegação de deficiências e dificuldades apresentadas pelo aluno, bem como da existência de barreiras que dificultem seu acesso.

Art. - O município assegurará às pessoas portadoras de deficiências o direito à educação básica e profissionalizante gratuita, sem limite de idade.

Art. - O Poder Público municipal garantirá às pessoas portadoras de deficiências atendimento especializado no que se refere à prática de desporto amador e competitivo, inclusive no âmbito escolar.

Art. - Criar programas de assistência integral para os excepcionais não reabilitaveis e OFICINAS PÚBLICAS para os trabalhadores portadores de deficiências excluidas do mercado de trabalho formal.

Art. - O servidor Público legalmente responsável por pessoa deficiente em tratamento especializado, poderá ter sua jornada de trabalho reduzida, conforme dispuser a Lei.

Art. - O não oferecimento do atendimento especializado que se fizer necessário ao portador de deficiência, ou sua oferta irregular importa em responsabilidade de autoridade competente.

Art. - Fica assegurado o passe libre nos coletivos às pessoas portadoras de deficiências matriculadas em escolas ou clínicas especializadas ou associadas à entidades representativas, estendendo-se também este benefício a um acompanhante se necessário.

Art. - Obriga-se o Poder Público a criar e manter cursos de habilitação, aperfeiçoamento, especialização e treinamento, para profissionais dedicados à educação e recuperação de portadores de deficiência.

Art. - O Município estimulará o desenvolvimento de tecnologias, a publicação e divulgação de terapêuticas, destinadas à prevenção, tratamento e reabilitação de deficiências, bem como o desenvolvimento de equipamentos e auxílios de uso das pessoas portadoras de deficiência.

Art. - Fica obrigado o Município a implantar, num prazo de máximo de seis meses, a contar da promulgação desta Constituição, organismo executivo da política municipal de apoio à pessoa portadora de deficiência, garantindo-se o pleno direito à participação popular.

Art. - O Poder Público municipal garantirá a participação das entidades representativas dos protadores de deficiência na formulação de políticas para o Setor.

Art. - O Poder Público municipal garantirá o acesso e circulação de pessoas portadoras de deficiências, aos logradouros e prédios públicos.

Art. - O Poder Público municipal não fornecerá alvará de construção para prédios particulares com destinação comercial e residencial multi-familiar de grande porte, que tiverem em seus projetos obstáculos arquitetônicos e ambientes que impeçam ou dificultem o acesso e a circulação dos portadores de deficiências.

§ 1º - O Poder Público municipal fiscalizará o desenvolvimento das obras de que trata o presente artigo objetivando garantir respeito ao projeto original.

Art. - O Poder Público municipal concederá incentivos e dedução fiscal relativa a gastos efetuados por pessoas físicas e jurídicas, com adaptações e aquisição de equipamentos necessários ao exercício profissional dos trabalhadores portadores de deficiência, conforme dispuser a lei.

Art. - Os veículos de transporte coletivo deverão ser equipados com elevadores e portas largas e sem obstáculos internos que prejudiquem o exercício do DIREITO DE IR E VIR das pessoas com dificuldades de locomoção, inclusive em cadeira de rodas.

Art. - O Município implantará sistema de semáforos sonorizados e placas em braille, objetivando maior segurança dos cidadãos com deficiência visual.

Art. - O Poder Público municipal garantirá o direito à informação e à comunicação aos cidadãos portadores de deficiência sensorial e da fala, através da imprensa braille, da linguagem gestual e outros meios que lhe são próprios.

Art. - O Município garantirá às pessoas portadoras de deficiência a assistência, tratamento médico-hospitalar, habilitação, reabilitação e sua integração na vida econômica e social do Município.

Art. - O Município assegurará ao servidor público que por motivo de acidente ou de doença se tornar inapto para exercer sua função de origem, o direito à reabilitação e readaptação a uma nova função, sem perda de nenhuma espécie.

Art. - A lei reservará um percentual de cargos e empregos públicos municipais para os trabalhadores portadores de deficiências e definirá critérios para admissão.


BRASIL CORREIO
NCZ$
0,81
M-57785
F-20612 D
AG.GENTIL-BH-DR.MG
26.10.89


COORDENADORIA DE APOIO E ASSISTÊNCIA

# SUBSÍDIOS PARA AS LEIS ORGÂNICAS MUNICIPAIS RELATIVO

# ÀS PESSOAS DEFICIENTES.

Art ... É de competência do município:

... Cuidar da saúde e assistência pública, bem como da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

... Legislar sobre proteção, garantia, inte - gração e bem-estar social das pessoas portadoras de deficiência.

Art ... A Administração Pública, indireta e funcional do município obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalida - de, moralidade, publicidade e, ainda;

... a lei reservará percentual de cargos pú - blicos para pessoas portadoras de deficiência;

... a lei definirá os critérios de admissão das pessoas portadoras de deficiência ao serviço público, assegura- dos sempre ao candidato a igualdade de condições em processo seleti vo e do direito de comprovar a compatibilidade de sua deficiência com as atribuições a serem exercidas.

Art ... O Município concederá isenção e incentivos fiscais visando à organização do trabalho protegido para pessoas portadoras de deficiência, que não possam ingressar no mercado de trabalho competitivo.

Art ... São isentos de contribuição para a seguridade social, no âmbito do município, as entidades beneficentes de assis- tências social que atendam as exigências estabelecidas em lei.

Art ... A assistência social será prestada de forma a assegurar:

... a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência, a promoção de sua integração à vida comunitária e in - gresso no mercado de trabalho.

... a garantia de salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência que, comprovadamente, não possua meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por

sua família, nem receber ajuda pecuniária de outro poder público , na forma que a lei dispuser.

Art ... O município promoverá atividades que visem:

... a criação de programas de prevenção de causas de deficiências, bem como melhorem as condições de saúde das pessoas portadoras de deficiência.

... estabelecimento de programas de atendimento especializado para pessoas portadoras de deficiência, incluindo a integração social do adolescente portador de deficiência física , sensorial ou mental, o treinamento para o trabalho e a convivência social.

... a facilitação de acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos.

Art ... O dever do município com a educação será efetivado mediante a garantia de:

... atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede municipal de ensino;

... especialização de recursos humanos, a fim de tornar o atendimento escolar, efetivamente, produtivo para pessoas portadoras de deficiência, na rede municipal de ensino.

... aquisição de equipamentos e materiais especializados indispensáveis a tornar o atendimento escolar, efetivamente, produtivo para pessoas portadoras de deficiência, na rede municipal de ensino.

... criação de condições para instrução e treinamento profissional de pessoas deficientes que não tenham condições de frequentar a rede municipal de ensino.

Art ... A lei disporá, na esfera de competência municipal, sobre normas de construção de logradouros públicos e edifícios de uso público, bem como sobre a fabricação e uso de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

Parágrafo Único - A lei disporá, no âmbito municipal, sobre a adaptação de logradouros, de edifícios de uso público e de veículos de transporte coletivo, atualmente existentes, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, conforme disposto no caput deste artigo.

Art ... O município assegurará às pessoas portadoras' de deficiência o acesso às informações e o direito de preservação ' de sua imagem.

Art ... A política municipal de apoio e assistência à pessoa portadora de deficiência deverá ser realizada através de uma Coordenadoria Municipal de Apoio e Assistência à pessoa portadora ' de deficiência.

LUÍS GERALDO DE MATTOS
Diretor do Departamento de Apoio ao Deficiente

# Câmara Municipal de Monte Sião

ESTÂNCIA HIDROMINERAL
CEP 37.580.000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

Monte Sião,MG, 23 de dezembro de 1.992

Exmo. Sr.
Carlos Rodrigues
DD. Presidente da Câmara Municipal
Monte Sião,MG

José Bueno, vereador deste município e líder do P.M.D.B, no uso de suas atribuições vem até vossa presença para que seja desconsiderada as votações dos projetos de números :470/92, 471/92, 472/92, 473/92, 474/92, 475/92, 476/92 , 477/92, 478/92, 479/92 e 480/92 que ocorreram na data de ontem dia 22 de dezembro de 1.992, pois esta atitude contraria o Regimento Interno desta Casa nos termos do Art. 2º, § 5º e Art. 28 Parágrafo Único. Levamos ainda em consideração que a convocação nº 55/92 de 21/12/92 citava somente os seguintes projetos: 465/92 , 466/92, 467/92, 468/92 e 469/92 e também a votação em segundo turno de uma emenda à Lei Orgânica Municipal.

Esperando ser atendido, aproveito o ensejo para renovar meus protestos de estima e consideração.

JOSÉ BUENO
Líder do PMDB na Câmara

DE ACORDO

Carlos Rodrigues
Presidente da Câmara

CÂMARA MUNICIPAL
MONTE SIÃO
PROTOCOLO: 23/12/92
N.o 11 — Fls. 07
DIRETOR

# ATENÇÃO

Essa entidade é filiada ao IBAM e está quite com os cofres da instituição.

Atenciosamente,

A Direção do IBAM

REPERTÓRIO JURÍDICO IBAM — VOL. V

LEGISLAÇÃO FEDERAL — ÍNDICE POR ASSUNTO

(Período: janeiro a setembro de 1986)


ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Lei n.º 7.510, de 04 de julho de 1986 — Dá nova redação a dispositivos da Lei n.º 1.060, de 05 de fevereiro de 1950, com as alterações posteriores, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados ..... 93

DESPEJO

Lei n.º 7.538, de 24 de setembro de 1986 — Suspende a execução de sentença em ações de despejo e dá outras providências ..... 108

ECONOMISTA DOMÉSTICO

Decreto n.º 92.524, de 07 de abril de 1986 — Regulamenta a Lei n.º 7.387, de 21 de outubro de 1985, que dispõe sobre o exercício da profissão de Economista Doméstico e dá outras providências ..... 71

ELEIÇÕES

Lei n.º 7.476, de 15 de maio de 1986 — Dá nova redação ao art. 242 da Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1985, que "institui o Código Eleitoral" 80

EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

Decreto-lei n.º 2.288, de 23 de julho de 1986 — Cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento, institui empréstimo compulsório para absorção temporária de excesso de poder aquisitivo e dá outras providências .. 99

ENFERMAGEM

Lei n.º 7.498, de 25 de junho de 1986 — Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências ..... 89

ENGENHEIROS E ARQUITETOS EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Decreto n.º 92.530, de 09 de abril de 1986 — Regulamenta a Lei n.º 7.410, de 27 de novembro de 1985, que dispõe sobre a especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a profissão de Técnico de Segurança do Trabalho e dá outras providências ..... 72

ESCRITURA PÚBLICA

Decreto n.º 93.240, de 09 de setembro de 1986 — Regulamenta a Lei n.º 7.433, de 18 de dezembro de 1985, que "dispõe sobre os requisitos para a lavratura de escritura públicas, e dá outras providências" .. 107

FERIADO

Lei n.º 7.466, de 23 de abril de 1986 — Dispõe sobre a comemoração do feriado de 1.º de maio — Dia do Trabalho ..... 73

FISCALIZAÇAO

Portaria SUNAB n.º 13, de 27 de fevereiro de 1986 — Fiscalização de preços ..... 47

FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

Decreto n.º 92.366, de 04 de fevereiro de 1986 — Altera o inciso III do artigo 25 e o parágrafo único do artigo 27 do Decreto n.º 59.820, de 20 de dezembro de 1966, que regulamenta o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) ..... 42

Portaria Interministerial MT/MPAS n.º 08, de 07 de março de 1986 — Baixa instruções para a movimentação das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS, pelos empregados optantes, no caso de necessidade grave e premente, pessoal ou familiar, por motivo de doença ..... 48

Ordem de Serviço BNH/FGTS/POS n.º 01/86 — Fixa normas sobre parcelamento de débitos para com o FGTS ..... 59

Ordem de Serviço BNH/FGTS/POS n.º 02/86 — Dá nova redação ao Capítulo VII das Instruções sobre o FGTS, relativamente à transferência de contas vinculadas ..... 60

Circular BNH/DFGTS n.º 02 de 14 de março de 1986 — Dispõe sobre as implicações, no FGTS, das disposições contidas no Decreto-lei n.º 2.284 de 10 de março de 1986 ..... 66

Decreto n.º 92.492, de 25 de março de 1986 — Regulamenta disposições do Decreto-lei n.º 2.284, de 10 de março de 1986, especialmente quanto ao Sistema Financeiro da Habitação e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ..... 67

Ordem de Serviço BNH/FGTS/POS n.º 03/86 — Dá nova redação ao item 71 das "Instruções sobre o FGTS" ..... 101

FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO

Decreto-lei n.º 2.288, de 23 de julho de 1986 — Cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento, institui empréstimo compulsório para absorção temporária de excesso de poder aquisitivo e dá outras providências 99

IMPOSTO DE RENDA

Instrução Normativa SRF/MF n.º 85, de 25 de outubro de 1985 — Disciplina o recolhimento centralizado do imposto de renda retido na fonte 1

Instrução Normativa SRF/MF n.º 12, de 10 de janeiro de 1986 — Dá nova redação ao item 3 da Instrução Normativa SRF n.º 131, de 30 de dezembro de 1985 ..... 1

Instrução Normativa SRF/MF n.º 20, de 17 de janeiro de 1986 — Dispõe sobre a incidência do imposto de renda na fonte sobre os rendimentos e ganhos de capital auferidos a partir de 1.º de janeiro de 1986 17

Instrução Normativa SRF/MF n.º 23, de 21 de janeiro de 1986 — Dispõe sobre a retenção do imposto de renda na fonte incidente sobre as receitas auferidas por pessoas jurídicas prestadoras de serviços profissionais ..... 18

Instrução Normativa SRF/MF n.º 35, de 31 de janeiro de 1986 — Dispõe sobre o prazo de recolhimento do valor do imposto retido na fonte na forma do artigo 53 da Lei n.º 7.450 de 23 de dezembro de 1985 42

Instrução Normativa SRF/MF n.º 56, de 14 de março de 1986 — Dispõe sobre adaptação dos registros contábeis às normas do Decreto-lei n.º 2.284/86; determina às grandes empresas levantamento de demonstrações financeiras extraordinárias e dá outras providências .... 58

Instrução Normativa SRF/MF n.º 61, de 20 de março de 1986 — Prorroga o prazo para entrega de declaração de rendimentos de pessoa física ..... 64

Instrução Normativa SRF/MF n.º 74, de 28 de maio de 1986 — Altera a Instrução Normativa SRF/MF n.º 56/86, que dispõe sobre a adaptação dos registros contábeis às normas do Decreto-lei n.º 2.284/86 83

Lei n.º 7.505, de 02 de julho de 1986 — Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou transitório ..... 91

Decreto-lei n.º 2.287, de 23 de julho de 1986 — Altera dispositivos da Lei n.º 7.450, de 23 de dezembro de 1985, e dá outras providências 96

IMPOSTO ÚNICO SOBRE MINERAIS

Decreto n.º 92.295, de 14 de janeiro de 1986 — Aprova o Regulamento do Imposto Único Sobre Minerais ..... 1

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Resolução BACEN n.º 1.122, de 04 de abril de 1986 — Expede a Tabela de Tarifas Máximas ..... 69

MUNICÍPIO

Lei Complementar n.º 052, de 16 de abril de 1986 — Inclui o Município de Maracanaú, recém-desmembrado do Município de Maranguape, na região metropolitana de Fortaleza, alterando o § 8.º do art. 1.º da Lei Complementar n.º 14, de 08 de junho de 1973 ..... 73

PETRÓLEO

Lei n.º 7.525, de 22 de julho de 1986 — Estabelece normas complementares para a execução do disposto no art. 27 da Lei n.º 2.004, de 03 de outubro de 1953, com a redação da Lei n.º 7.453, de 27 de dezembro de 1985, e dá outras providências ..... 94

Decreto n.º 93.189, de 29 de agosto de 1986 — Regulamenta a Lei n.º 7.525, de 22 de julho de 1986, que dispõe sobre a indenização a ser paga pela Petrobrás e suas subsidiárias aos Estados e Municípios .... 101

Resolução do IBGE n.º 38, de 04 de setembro de 1986 — Relação dos Estados, Territórios e Municípios a serem indenizados em função da extração de óleo e gás natural na plataforma continental ..... 102

PLANO NACIONAL DE INFORMÁTICA

Lei n.º 7.463, de 17 de abril de 1986 — Dispõe sobre o I Plano Nacional de Informática e Automação — PLANIN ..... 73

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Decreto n.º 92.700, de 21 de maio de 1986 — Institui a função não remunerada de Ouvidor da Previdência Social e dá outras providências 80

Decreto n.º 92.701 de 21 de maio de 1986 — Dispõe sobre o reconhecimento dos Conselhos Comunitários da Previdência Social e dá outras providências ..... 81

Decreto n.º 92.702, de 21 de maio de 1986 — Cria o Conselho Superior da Previdência e Assistência Social e dá outras providências ..... 82

Lei n.º 7.485, de 06 de junho de 1986 — Isenta de contribuição o aposentado e pensionista do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social — SINPAS ..... 84

PROGRAMA DE APOIO A ORGANIZAÇÕES DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO NORDESTE

Decreto n.º 92.320, de 23 de janeiro de 1986 — Dispõe sobre a criação do Programa de Apoio a Organizações de Pequenos Produtores Rurais do Nordeste e dá outras providências ..... 19

PROGRAMA DE COMPLEMENTAÇÃO URBANA — CURA

Resolução do Conselho de Administração do BNH n.º 54, de 21 de fevereiro de 1986 — Dispõe sobre o Programa de Complementação Urbana — CURA e revoga a Resolução BNH n.º 151/82 ..... 54

Resolução da Diretoria do BNH n.º 56, de 04 de março de 1986 — Dispõe sobre o Programa de Complementação Urbana — CURA, revoga a Resolução BNH n.º 151/82 e dá outras providências ..... 56

PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA

Decreto-lei n.º 2.283, de 27 de fevereiro de 1986 — Dispõe sobre a instituição da nova unidade do sistema monetário brasileiro, do seguro-desemprego e dá outras providências ..... 42

Portaria SUNAB n.º 13, de 27 de fevereiro de 1986 — Fiscalização de preços ..... 47

Decreto n.º 92.433, de 03 de março de 1986 — Dispõe sobre a execução das medidas previstas nos artigos 37 e 38 do Decreto-lei n.º 2.283, de 27 de fevereiro de 1986 ..... 47

Decreto-lei n.º 2.284, de 10 de março de 1986 — Mantém a nova unidade do sistema monetário brasileiro, o seguro-desemprego, amplia e consolida as medidas de combate à inflação ..... 49

Instrução Normativa SRF/MF n.º 56, de 14 de março de 1986 — Dispõe sobre a adaptação dos registros contábeis às normas do Decreto-lei n.º 2.284/86; determina às grandes empresas levantamento de demonstrações financeiras extraordinárias e dá outras providências.. 58

Portaria Interministerial MJ/MF/MT n.º 175, de 18 de março de 1986 — Dispõe sobre celebração de Convênios entre a União e os Municípios ..... 59

Decreto n.º 92.492, de 25 de março de 1986 — Regulamenta disposições do Decreto-lei n.º 2.284, de 10 de março de 1986, especialmente quanto ao Sistema Financeiro da Habitação e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ..... 67

Decreto n.º 92.592, de 25 de abril de 1986 — Regulamenta a atualização **pro rata** e conversão para cruzados dos vários tipos de obrigações abrangidas pelo artigo 9.º do Decreto-lei n.º 2.284, de 10 de março de 1986, trata das conversões das obrigações vencidas, de remunerações de serviços sem vínculo trabalhista e dá outras providências ..... 74

PROGRAMA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA E HABITAÇÃO PARA A POPULAÇÃO CARENTE

Portaria Interministerial MDU/SEPLAN n.º 02, de 10 de junho de 1986 — Aprova as normas de operação do programa de infra-estrutura urbana e habitação para a população carente, integrante do programa de prioridades sociais para 1986 ..... 84

PROGRAMA DE IRRIGAÇÃO DO NORDESTE — PROINE

Decreto n.º 92.345, de 29 de janeiro de 1986 — Cria o Programa de Irrigação do Nordeste — PROINE e dá outras providências ..... 21

PROGRAMA FINOR — ALIMENTOS

Decreto n.º 92.345, de 29 de janeiro de 1986 — Cria o Programa FINOR — Alimentos e dá outras providências ..... 21

SEGURO-DESEMPREGO

Decreto-lei n.º 2.283, de 27 de fevereiro de 1986 — Dispõe sobre a instituição da nova unidade do sistema monetário brasileiro, do seguro-desemprego e dá outras providências ..... 42

Decreto n.º 92.608, de 30 de abril de 1986 — Regulamenta o seguro-desemprego instituído pelo artigo 25, do Decreto-lei n.º 2.283, de 10 de março de 1986, e dá outras providências ..... 77

SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO

Decreto n.º 92.492, de 25 de março de 1986 — Regulamenta disposições do Decreto-lei n.º 2.284, de 10 de março de 1986, especialmente quanto ao Sistema Financeiro da Habitação e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ..... 67

TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Decreto n.º 92.530, de 09 de abril de 1986 — Regulamenta a Lei n.º 7.410, de 27 de novembro de 1985, que dispõe sobre a especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a profissão de Técnico de Segurança do Trabalho e dá outras providências ..... 72

TÉCNICO EM RADIOLOGIA

Decreto n.º 92.790, de 17 de junho de 1986 — Regulamenta a Lei n.º 7.394, de 29 de outubro de 1985 que regula o exercício da profissão de Técnico em Radiologia e dá outras providências ..... 86

TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS

Decreto n.º 92.353, de 31 de janeiro de 1986 — Aprova o Regulamento dos Serviços Rodoviários Interestaduais e Internacionais de Transporte Coletivo de Passageiros e dá outras providências ..... 21

TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS OU PRODUTOS PERIGOSOS

Decreto n.º 92.804, de 20 de junho de 1986 — Altera dispositivos do Regulamento para a Execução do Serviço de Transporte Rodoviário de Cargas ou Produtos Perigosos, baixado pelo Decreto n.º 88.821, de 06 de outubro de 1983 ..... 88

VALOR DE REFERÊNCIA

Decreto n.º 92.589, de 25 de abril de 1986 — Fixa em cruzados os novos valores de referência ..... 73

## LEGISLAÇÃO FEDERAL — ÍNDICE CRONOLÓGICO

**Suplemento 3 — Atualização referente ao período de julho a setembro de 1986.**

Lei n.º 7.505, de 02 de julho de 1986 — Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou transitório ..... 91

Lei n.º 7.510, de 04 de julho de 1986 — Dá nova redação a dispositivos da Lei n.º 1.060, de 05 de fevereiro de 1950, com as alterações posteriores, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados 93

Lei n.º 7.525, de 22 de julho de 1986 — Estabelece normas complementares para a execução do disposto no art. 27 da Lei n.º 2.004, de 03 de outubro de 1953, com a redação da Lei n.º 7.453, de 27 de dezembro de 1985, e dá 1953, com a redação da Lei n.º 7.453, de 27 de dezembro de 1985, e dá outras providências ..... 94

Decreto-lei n.º 2.287, de 23 de julho de 1986 — Altera dispositivos da Lei n.º 7.450, de 23 de dezembro de 1985, e dá outras providências ..... 96

Decreto-lei n.º 2.288, de 23 de julho de 1986 — Cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento, institui empréstimo compulsório para absorção temporária de excesso de poder aquisitivo e dá outras providências ..... 99

Ordem de Serviço BNH/FGTS/POS n.º 03/86 — Dá nova redação ao item 71 das "Instruções sobre o FGTS" ..... 101

Decreto n.º 93.189, de 29 de agosto de 1986 — Regulamenta a Lei n.º 7.525, de 22 de julho de 1986, que dispõe sobre a indenização a ser paga pela Petrobrás e suas subsidiárias aos Estados e Municípios ..... 101

Resolução do IBGE n.º 38, de 04 de setembro de 1986 — Relação dos Estados, Territórios e Municípios a serem indenizados em função da extração de óleo e gás natural na plataforma continental ..... 102

Decreto n.º 93.240, de 09 de setembro de 1986 — Regulamenta a Lei n.º 7.433, de 18 de dezembro de 1985, que "dispõe sobre os requisitos para a lavratura de escrituras públicas, e dá outras providências" ..... 107

Lei n.º 7.538, de 24 de setembro de 1986 — Suspende a execução de sentença em ações de despejo e dá outras providências ..... 108

da durante o prazo de 10 (dez) anos, a contar da promulgação desta Lei.

Art. 24 — (VETADO).

Parágrafo único — (VETADO).

Art. 25 — O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 26 — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 27 — Revogam-se (VETADO) as demais disposições em contrário.

Brasília, em 25 de junho de 1986. 165.º da Independência e 98.º da República.

JOSÉ SARNEY
**Almir Pazzianotto Pinto**

(Publicado no **Diário Oficial** de 26-6-86).

* * *

## LEI N.º 7.505, DE 02 DE JULHO DE 1986 *

**Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico.**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — O contribuinte do imposto de renda poderá abater da renda bruta, ou deduzir como despesa operacional, o valor das doações, patrocínios e investimentos, inclusive despesas e contribuições necessárias à sua efetivação, realizada através ou a favor de pessoa jurídica de natureza cultural, com ou sem fins lucrativos, cadastrada no Ministério da Cultura, na forma desta Lei.

§ 1.º — Observado o limite máximo de 10% (dez por cento) da renda bruta, a pessoa física poderá abater:

I — até 100% (cem por cento) do valor da doação;

II — até 80% (oitenta por cento) do valor do patrocínio;

III — até 50% (cinqüenta por cento) do valor do investimento.

§ 2.º — O abatimento previsto no § 1.º deste artigo não está sujeito ao limite de 50% (cinqüenta por cento) da renda bruta previsto na legislação do imposto de renda.

§ 3.º — A pessoa jurídica poderá deduzir do imposto devido, valor equivalente à aplicação da alíquota cabível do imposto de renda, tendo como base de cálculo:

I — até 100% (cem por cento) do valor das doações;

II — até 80% (oitenta por cento) do valor do patrocínio;

III — até 50% (cinqüenta por cento) do valor do investimento.

§ 4.º — Na hipótese do parágrafo anterior, observado o limite máximo de 2% (dois por cento) do imposto devido, as deduções previstas não estão sujeitas a outros limites estabelecidos na legislação do imposto de renda.

§ 5.º — Os benefícios previstos nesta Lei não excluem ou reduzem outros benefícios ou abatimentos e deduções em vigor, de maneira especial as doações a entidades de utilidade pública feitas por pessoas físicas ou jurídicas.

§ 6.º — Observado o limite de 50% (cinqüenta por cento) de dedutibilidade do imposto devido pela pessoa jurídica, aquela que não se utilizar, no decorrer de seu período-base, dos benefícios concedidos por esta Lei, poderá optar pela dedução de até 5% (cinco por cento) do imposto devido para destinação ao Fundo de Promoção Cultural, gerido pelo Ministério da Cultura.

Art. 2.º — Para os objetivos da presente Lei, no concernente a doações e patrocínio, consideram-se atividades culturais, sujeitas a regulamentação e critérios do Ministério da Cultura:

I — incentivar a formação artística e cultural mediante concessão de bolsas de estudo, de pesquisa, e de trabalho, no Brasil ou no exterior a autores, artistas e técnicos brasileiros, ou estrangeiros residentes no Brasil;

II — conceder prêmios a autores, artistas, técnicos de arte, filmes, espetáculos musicais e de artes cênicas, em concursos e festivais realizados no Brasil;

III — doar bens móveis ou imóveis, obras de arte ou de valor cultural a museus, bibliotecas, arquivos, e outras entidades de acesso público, de carater cultural, cadastradas no Ministério da Cultura;

IV — doar em espécies às mesmas entidades;

V — editar obras relativas às ciências humanas; às letras, às artes e outras de cunho cultural;

VI — produzir discos, vídeos, filmes e outras formas de reprodução fonovideográficas de caráter cultural;

VII — patrocinar exposições, festivais de arte, espetáculos teatrais, de dança, de música, de ópera, de circo e atividades congêneres;

VIII — restaurar, preservar e conservar prédios, monumentos, logradouros, sítios ou áreas tombadas pelo Poder Público Federal, Estadual ou Municipal;

IX — restaurar obras de arte e bens móveis de reconhecido valor cultural, desde que acessíveis ao público;

X — erigir monumentos, em consonância com os Poderes Públicos, que visem preservar a memória histórica e cultural do País, com prévia autorização do Ministério da Cultura;

XI — construir, organizar, equipar, manter ou formar museus, arquivos ou bibliotecas de acesso público;

XII — construir, restaurar, reparar ou equipar salas e outros ambientes destinados a atividades artísticas e culturais em

geral, desde que de propriedade de entidade sem fins lucrativos;

XIII — fornecer recursos para o Fundo de Promoção Cultural do Ministério da Cultura, para fundações culturais, ou para instalação e manutenção de cursos de caráter cultural ou artístico, destinados ao aperfeiçoamento, especialização ou formação de pessoal em estabelecimentos de ensino sem fins lucrativos;

XIV — incentivar a pesquisa no campo das artes e da cultura;

XV — preservar o folclore e as tradições populares nacionais bem como patrocinar os espetáculos folclóricos sem fins lucrativos;

XVI — criar, restaurar ou manter jardins botânicos, parques zoológicos e sítios ecológicos de relevância cultural;

XVII — distribuir gratuitamente ingressos, adquiridos para esse fim, de espetáculos artísticos ou culturais;

XVIII — doar livros adquiridos no mercado nacional a bibliotecas de acesso público;

XIX — doar arquivos, bibliotecas e outras coleções particulares que tenham significado especial em seu conjunto, a entidades culturais de acesso público;

XX — fornecer, gratuitamente, passagens para transporte de artistas, bolsistas, pesquisadores ou conferencistas, brasileiros ou residentes no Brasil, quando em missão de caráter cultural no País ou no exterior, assim reconhecida pelo Ministério da Cultura;

XXI — custear despesas com transporte e seguro de objetos de valor cultural destinados a exposição ao público no País;

XXII — outras atividades assim consideradas pelo Ministério da Cultura.

Art. 3.º — Para fins desta Lei considera-se doação a transferência definitiva de bens ou numerário, sem proveito pecuniário para o doador.

§ 1.º — O doador terá direito aos favores fiscais previstos nesta Lei se expressamente declarar, no instrumento de doação a ser inscrito no Registro de Títulos e Documentos, que a mesma se faz sob as condições de irreversibilidade do ato e inalienabilidade e impenhorabilidade do objeto doado.

§ 2.º — O Ministério da Cultura ou o Ministério da Fazenda poderá determinar a realização de perícia para apurar a autenticidade e o valor do bem doado, cuja despesa correrá por conta do doador.

§ 3.º — Quando a perícia avaliar o bem doado por valor menor ao atribuído pelo doador, para efeitos fiscais, prevalecerá o valor atribuído pela perícia.

§ 4.º — Os donatários de bens ou valores, na forma prevista nesta Lei, ficam isentos da incidência do imposto de renda sobre a receita não operacional obtida em razão da doação.

Art. 4.º — Para os efeitos desta Lei, consideram-se investimentos a aplicação de bens ou numerário com proveito pecuniário ou patrimonial direto para o investidor, abrangendo as seguintes atividades:

I — compra ou subscrições de ações nominativas preferenciais sem direito a voto, ou quotas de sociedades limitadas de empresas livreiras, ou editorais que publiquem, pelo menos, 30% (trinta por cento) dos seus títulos de autores nacionais, devidamente cadastrados no Ministério da Cultura;

II — participação em títulos patrimoniais de associações, ou em ações nominativas preferenciais sem direito a voto, quotas do capital social ou de participantes de sociedades que tenham por finalidade: produções cinematográficas, musicais, de artes cênicas, comercialização de produtos culturais e outras atividades empresariais de interesse cultural.

§ 1.º — As participações de que trata este artigo dar-se-ão, sempre, em pessoas jurídicas que tenham sede no País e estejam, diretas ou indiretamente, sob controle de pessoas naturais residentes no Brasil.

§ 2.º — As ações ou quotas adquiridas nos termos desta Lei ficarão inalienáveis e impenhoráveis, não podendo ser utilizadas para fins de caução, ou qualquer outra forma de garantia, pelo prazo de 5 (cinco) anos. As restrições deste parágrafo compreendem, também, o compromisso de compra e venda, a cessão de direito à sua aquisição e qualquer outro contrato que tenha por objetivo o bem e implique a sua alienação ou gravame, mesmo que futuros.

§ 3.º — As quotas de participantes são estranhas ao capital social e:

a) conferem a seus titulares o direito de participar do lucro líquido da sociedade nas condições estipuladas no estatuto ou contrato social;

b) poderão ser resgatadas, nas condições previstas no estatuto ou contrato social, com os recursos de provisão formada com parcela do lucro líquido anual;

c) não conferem aos titulares direito de sócio ou acionista, salvo o de fiscalizar, nos termos da lei, os atos dos administradores da sociedade.

§ 4.º — O capital contribuído por seus subscritores é inexigível mas, em caso de liquidação da sociedade, será reembolsado aos titulares antes das ações ou quotas do capital social.

Art. 5.º — Para os efeitos desta Lei, considera-se patrocínio a promoção de atividades culturais, sem proveito pecuniário ou patrimonial direto para o patrocinador.

Art. 6.º — As instituições financeiras, com os benefícios fiscais que obtiverem com base nesta Lei, poderão constituir carteira especial destinada a financiar, apenas com a cobertura dos custos operacionais, as atividades culturais mencionadas no art. 4.º.

Art. 7.º — Nenhuma aplicação de benefícios fiscais previstos nesta Lei poderá

ser feita através de qualquer tipo de intermediação ou corretagem.

Art. 8.º — As pessoas jurídicas beneficiadas pelos incentivos da presente Lei deverão comunicar, para fins de registro, aos Ministérios da Cultura e da Fazenda, os aportes recebidos e enviar comprovante de sua devida aplicação.

§ 1.º — Os Ministérios da Cultura e da Fazenda poderão celebrar convênios com órgãos publicos estaduais ou municipais delegando-lhes as atividades mencionadas neste artigo, desde que as entidades e empresas beneficiadas não recebam, como doações, patrocinios ou investimentos, quantia superior a 2.000 (duas mil) OTN de cada contribuinte.

§ 2.º — As operaçoes superiores a 2.000 (duas mil) OTN deverão ser previamente comunicadas ao Ministerio da Fazenda pelo doador, patrocinador ou investidor para fins de cadastramento e posterior fiscalizaçao. O Ministerio da Cultura certificará se houve a realizaçao da atividade incentivada.

Art. 9.º — Em nenhuma hipótese, a doaçao, o patrocinio e o investimento poderao ser feitos pelo contribuinte a pessoa a ele vinculada.

Paragrafo único — Considera-se pessoa vinculada ao Contribuinte:

a) a pessoa jurídica da qual o contribuinte seja titular, administrador, acionista, ou socio à data da operação, ou nos 12 (doze) meses anteriores;

b) o cônjuge, os parentes até o 3.º (terceiro) grau, inclusive os afins, e os dependentes do contribuinte ou dos titulares, administradores, acionistas ou sócios de pessoa jurídica vinculada ao contribuinte nos termos da alínea anterior;

c) o sócio, mesmo quando outra pessoa jurídica.

Art. 10 — Se, no ano-base, o montante dos incentivos referentes à doação, patrocínio ou investimento, for superior ao permitido, é facultado ao contribuinte deferir o excedente para até os 5 (cinco) anos seguintes, sempre obedecidos os limites fixados no art. 1.º e seus parágrafos.

Art. 11 — As infrações aos dispositivos desta Lei, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, sujeitarão o contribuinte à cobrança do imposto sobre a renda não recolhido em cada exercício acrescido das penalidades previstas na legislação do imposto de renda, além da perda do direito de acesso, após a condenação, aos benefícios fiscais aqui instituídos, e sujeitando o beneficiário à multa de 30% (trinta por cento) do valor da operação, assegurando o direito de regresso contra os responsáveis pela fraude.

Art. 12 — As doações, patrocínios e investimentos, de natureza cultural, mencionados nesta Lei serão comunicados ao Conselho Federal de Cultura, para que este possa acompanhar e supervisionar as respectivas aplicações, podendo, em caso de desvios ou irregularidades, serem por ele suspensos.

§ 1.º — O Conselho Federal de Cultura, nas hipóteses deste artigo, será auxiliado, (VETADO), pelos Conselhos Estaduais de Cultura (VETADO).

§ 2.º — (VETADO).

Art. 13 — A Secretaria da Receita Federal, no exercício das suas atribuições específicas, fiscalizará a efetiva execução desta Lei, no que se refere à realização das atividades culturais ou à aplicação dos recursos nela comprometidos.

Art. 14 — Obter redução do imposto de renda, utilizando-se fraudulentamente de qualquer dos benefícios desta Lei, constitui crime punível com reclusão de 2 (dois) a 6 (seis) meses e multa.

§ 1.º — No caso de pessoa jurídica, respondem pelo crime o acionista controlador e os administradores, que para ele tenham concorrido.

§ 2.º — Na mesma pena incorre aquele que, recebendo recursos, bens ou valores, em função desta Lei, deixe de promover, sem justa causa, atividade cultural objeto do incentivo.

Art. 15 — No prazo de 120 (cento e vinte) dias o Poder Executivo baixará decreto regulamentando a presente Lei.

Art. 16 — Esta Lei produzirá seus efeitos no exercício financeiro de 1987, sendo aplicável às doações, patrocínios e investimentos realizados a partir da data de sua publicação.

Art. 17 — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18 — Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 02 de julho de 1986, 165.º da Independência e 98.º da República.

JOSÉ SARNEY
**Dilson Domingos Funaro**
**João Sayad**
**Angelo Oswaldo de Araújo Santos**

* Republicada por ter saído com incorreção no **Diário Oficial** de 03-07-86, Seção I.

* * *

## LEI N.º 7.510, DE 04 DE JULHO DE 1986

**Dá nova redação a dispositivos da Lei n.º 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, com as alterações posteriores, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Os arts. 1.º e 4.º da Lei n.º 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.º — Os poderes públicos federal e estadual, independentemente da colaboração que possam receber dos municípios e da Ordem

dos Advogados do Brasil — OAB, concederão assistência judiciária aos necessitados, nos termos desta lei, (VETADO).

.....

Art. 4.º — A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.

§ 1.º — Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta Lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais.

§ 2.º — A impugnação do direito à assistência judiciária não suspende o curso do processo e será feita em autos apartados.

....."

Art. 2.º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário, (VETADO).

Brasília, em 04 de julho de 1986, 165.º da Independência e 98.º da República.

JOSÉ SARNEY
**Paulo Brossard**

* * *

## LEI N.º 7.525, DE .2 DE JULHO DE 1986

**Estabelece normas complementares para a execução do disposto no art. 27 da Lei n.º 2.004, de 3 de outubro de 1953, com a redação da Lei n.º 7.453, de 27 de dezembro de 1985, e dá outras providências.**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — A indenização a ser paga pela Petróleo Brasileiro S.A — PETROBRÁS e suas subsidiárias, nos termos do art. 27 da Lei n.º 2.004, de 3 de outubro de 1953, com a redação dada pela Lei n.º 7.453, de 27 de dezembro de 1985, estender-se-á à plataforma continental e obedecerá ao disposto nesta Lei.

Art. 2.º — Para os efeitos da indenização calculada sobre o valor do óleo de poço ou de xisto betuminoso e do gás natural extraído da plataforma continental, consideram-se confrontantes com poços produtores os Estados, Territórios e Municípios contíguos à área marítima delimitada pelas linhas de projeção dos respectivos limites territoriais até a linha de limite da plataforma continental, onde estiverem situados os poços.

Art. 3.º — A área geoeconômica de um Município confrontante será definida a partir de critérios referentes às atividades de produção de uma dada área de produção petrolífera marítima e a impactos destas atividades sobre áreas vizinhas.

Art. 4º — Os Municípios que integram tal área geoeconômica serão divididos em 3 (três) zonas, distinguindo-se 1 (uma) zona de produção principal, 1 (uma) zona de produção secundária e 1 (uma) zona limítrofe à zona de produção principal.

§ 1.º — Considera-se como zona de produção principal de uma dada área de produção petrolífera marítima, o Município confrontante e os Municípios onde estiverem localizadas 3 (três) ou mais instalações dos seguintes tipos:

I — instalações industriais para processamento, tratamento, armazenamento e escoamento de petróleo e gás natural, excluindo os dutos;

II — instalações relacionadas às atividades de apoio à exploração, produção e ao escoamento do petróleo e gás natural, tais como: portos, aeroportos, oficinas de manutenção e fabricação, almoxarifados, armazéns e escritórios.

§ 2.º — Consideram-se como zona de produção secundária os Municípios atravessados por oleodutos ou gasolutos, incluindo as respectivas estações de compressão e bombeio, ligados diretamente ao escoamento da produção, até o final do trecho que serve exclusivamente ao escoamento da produção de uma dada área de produção petrolífera marítima, ficando excluída, para fins de definição da área geoeconômica, os ramais de distribuição secundários, feitos com outras finalidades.

§ 3.º — Consideram-se como zona limítrofe à de produção principal os Municípios contíguos aos Municípios que a integram, bem como os Municípios que sofram as conseqüências sociais ou econômicas da produção ou exploração do petróleo ou do gás natural.

§ 4.º — Ficam excluídos da área geoeconômica de um Município confrontante, Municípios onde estejam localizadas instalações dos tipos especificados no parágrafo primeiro deste artigo, mas que não sirvam, em termos de produção petrolífera, exclusivamente a uma dada área de produção petrolífera marítima.

§ 5.º — No caso de 2 (dois) ou mais Municípios confrontantes serem contíguos e situados em um mesmo Estado, será definida para o conjunto por eles formado uma única área geoeconômica.

Art. 5.º — O percentual de 1,5% (um e meio por cento), atribuído aos Municípios confrontantes e respectivas áreas geoeconômicas, será partilhado da seguinte forma:

I — 60% (sessenta por cento) ao Município confrontante juntamente com os demais municípios que integram a zona de produção principal, rateados, entre todos, na razão direta da população de cada um, assegurando-se ao Município que concentrar as instalações industriais para processamento, tratamento, armazenamen-

to e escoamento de petróleo e gás natural, 1/3 (um terço) da cota deste item;

II — 10% (dez por cento) aos Municípios integrantes de produção secundária, rateado, entre eles, na razão direta da população dos distritos cortados por dutos;

III — 30% (trinta por cento) aos Municípios limítrofes à zona de produção principal, rateado, entre eles, na razão direta da população de cada um, excluídos os Municípios integrantes da zona de produção secundária.

Parágrafo único — No caso previsto no § 5º do art. 4.º, os percentuais citados nos incisos I, II e III deste artigo passam a referir-se ao total das indenizações que couberem aos Municípios confrontantes em conjunto, a parcela mínima mencionada no mesmo inciso I, devendo corresponder a montante equivalente ao terço dividido pelo número de Municípios confrontantes.

Art. 6.º — A distribuição do Fundo Especial de 1% (um por cento) previsto no § 4.º do art. 27 da Lei n.º 2.004, de 3 de outubro de 1953, far-se-á de acordo com os critérios estabelecidos para o rateio dos recursos dos Fundos de Participação dos Estados, dos Territórios e dos Municípios, obedecida a seguinte proporção:

I — 20% (vinte por cento) para os Estados e Territórios;

II — 80% (oitenta por cento) para os Municípios.

Parágrafo único — O Fundo Especial será administrado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República-SEPLAN.

Art. 7.º — O § 3.º do art. 27 da Lei n.º 2.004, de 3 de outubro de 1953, alterado pela Lei n.º 7.453, de 27 de dezembro de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação:

> "§ 3.º — Ressalvados os recursos destinados ao Ministério da Marinha, os demais recursos previstos neste artigo serão aplicados pelos Estados, Territórios e Municípios, exclusivamente, em energia, pavimentação de rodovias, abastecimento e tratamento de água, irrigação, proteção ao meio ambiente e em saneamento básico."

Art. 8.º — O cálculo das indenizações a serem pagas aos Estados, Territórios e Municípios confrontantes e aos Municípios pertencentes às respectivas áreas geoeconômicas, bem como o cálculo das cotas do Fundo Especial referidos no art. 5.º desta Lei serão efetuados pelo Conselho Nacional do Petróleo — CNP e remetidos ao Tribunal de Contas da União, ao qual competirá também fiscalizar a sua aplicação, na forma das instruções por ele expedidas.

Parágrafo único — A Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS, feitos os cálculos a cargo do Conselho Nacional do Petróleo — CNP, promoverá, dentro de 10 (dez) dias, a transferência dos recursos devidos diretamente aos Estados, Territórios e Municípios.

Art. 9.º — Caberá à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE:

I — tratar as linhas de projeção dos limites territoriais dos Estados, Territórios e Municípios confrontantes, segundo a linha geodésica ortogonal à costa ou segundo o paralelo até o ponto de sua interseção com os limites da plataforma continental;

II — definir a abrangência das áreas geoeconômicas, bem como os Municípios incluídos nas zonas de produção principal e secundária e os referidos § 3.º do art. 4.º desta Lei e incluir o Município que concentra as instalações industriais para o processamento, tratamento, armazenamento e escoamento de petróleo e gás natural;

III — publicar a relação dos Estados, Territórios e Municípios a serem indenizados, 30 (trinta) dias após a publicação desta Lei;

IV — promover, semestralmente, a revisão dos Municípios produtores de óleo, com base em informações fornecidas pela PETROBRÁS sobre a exploração de novos poços e instalações, bem como reativação ou desativação de areas de produção.

Parágrafo único — Serão os seguintes os criterios para a definição dos limites referidos neste artigo:

I — linha geodésica ortogonal à costa para indicação dos Estados onde se localizam os Municípios confrontantes;

II — seqüência da projeção além da linha geodésica ortogonal à costa, segundo o paralelo para a definição dos Municípios confrontantes no território de cada Estado.

Art. 10 — A Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS fornecerá as informações necessarias à definição dos Municípios que integram as zonas de produção principal e secundária, que será feita pelo IBGE dentro de 30 (trinta) dias a contar da vigência desta Lei

Art. 11 — A indenização aos Estados, Territórios, Municípios e ao Ministério da Marinha, e o percentual destinado ao Fundo Especial, determinado pela Lei n.º 7.453, é devida a partir do dia 1.º de janeiro de 1986.

Art. 12 — O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 13 — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14 — Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 22 de julho de 1986, 165.º da Independência e 98.º da República.

JOSÉ SARNEY
**Dilson Domingos Funaro**
**Aureliano Chaves**
**Ronaldo Costa Couto**
**João Sayad**

* * *

## DECRETO-LEI N.º 2.287, DE 23 DE JULHO DE 1986 *

**Altera dispositivos da Lei n.º 7.450, de 23 de dezembro de 1985, e dá outras providências.**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1.º — Os dispositivos abaixo enumerados da Lei n.º 7.450, de 23 de dezembro de 1985, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10 — O saldo do imposto a pagar poderá ser recolhido em até 8 (oito) quotas iguais, mensais e sucessivas, observado o seguinte:

I — nenhuma quota será inferior a CZ$ 250,00 (duzentos e cinqüenta cruzados) e o imposto de valor inferior a CZ$ 500,00 (quinhentos cruzados) será pago de uma só vez;

II — a primeira quota ou quota única será paga no mês de abril do exercício financeiro;

III — as quotas vencerão no último dia útil de cada mês."

"Art. 17 — As pessoas jurídicas cujo lucro real ou arbitrado, no exercício de 1985 ou 1986, tenha sido igual ou superior a 40.000 (quarenta mil) ORTN (Art. 2.º do Decreto-lei n.º 1.967, de 23 de novembro de 1982), serão tributadas com base no lucro real ou arbitrado, apurado semestralmente nos meses de junho e dezembro de cada ano.

Parágrafo único. ....."

"Art. 22 — O imposto será pago em quotas mensais iguais, vencíveis a partir do mês fixado para a entrega da declaração, não podendo exceder a 9 (nove) quotas, no caso do art. 16 desta Lei, e a 6 (seis) quotas, no caso do artigo 17.

§ 1.º — .....

§ 2.º — .....

§ 3.º — O valor de cada quota não será inferior a CZ$ 1.000,00 (um mil cruzados); o imposto de valor inferior a CZ$ 2.000,00 (dois mil cruzados) será pago de uma só vez, até o último dia útil do mês fixado para a apresentação da declaração de rendimentos."

"Art. 34 — Integrarão a base de cálculo do imposto de renda, na declaração semestral ou anual, os rendimentos e ganhos de capital auferidos por pessoa jurídica tributada com base no lucro real, exceto os mencionados no artigo 42.

§ 1.º — O imposto retido na fonte será considerado antecipação do devido na declaração. A compensação do imposto sobre rendimentos de capital se fará na proporção da permanência do título ou obrigação no ativo do beneficiário.

§ 2.º — O imposto de renda incidente sobre rendimentos e ganhos de capital é devido exclusivamente na fonte quando o beneficiário for pessoa física, condomínios, inclusive fundos, ou quaisquer pessoas jurídicas que não sejam tributadas com base no lucro real.

§ 3.º — O disposto neste artigo não se aplica aos rendimentos de participações societárias, que continuam disciplinadas pela legislação em vigor."

"Art. 36 — .....

§ 1.º — As restituições de até CZ$ 105.450,00 (cento e cinco mil, quatrocentos e cinqüenta cruzados) serão efetuadas de uma só vez; quando superiores a CZ$ 105.450,00 (cento e cinco mil, quatrocentos e cinqüenta cruzados) e inferiores a CZ$ 421.800,00 (quatrocentos e vinte e um mil e oitocentos cruzados) serão divididas de forma que somente a última parcela seja inferior a CZ$ 105.450,00 (cento e cinco mil, quatrocentos e cinqüenta cruzados).

§ 2.º — ....."

"Art. 39 — Fica sujeito à incidência do imposto de renda na fonte o rendimento produzido por títulos, obrigações ou aplicações sujeitos à atualização monetária por qualquer índice, ou que tenha remuneração calculada com base em taxas variáveis.

§ 1.º — A alíquota do imposto será de 40% (quarenta por cento).

§ 2.º — Consideram-se rendimento quaisquer valores que constituam remuneração do capital aplicado, independentemente da denominação que lhe seja dada, tais como juros, ágios, deságios, prêmios e comissões.

§ 3.º — O imposto será retido pela pessoa jurídica que pagar ou creditar o rendimento, no ato do pagamento ou crédito, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 4.º — O deságio concedido na primeira colocação de títulos ou obrigações será tributado, no momento da colocação, à alíquota de 50% (cinqüenta por cento)."

"Art. 42 — Fica alterada para 50% (cinqüenta por cento) a alíquota estabelecida no artigo 1.º do Decreto-lei n.º 2.027, de 9 de junho de 1983, a qual incidirá, exclusivamente na fonte, sobre rendimentos auferidos por quaisquer beneficiários, inclusive instituições financeiras.

Parágrafo único. No caso de rendimentos tributados na forma deste artigo, o imposto de renda não será

dedutível e o rendimento real da aplicação poderá ser excluído do lucro líquido da pessoa jurídica tributada com base no lucro real."

"Art. 43 — .....

I — .....

II — .....

III — excluir de tributação os rendimentos e ganhos de capital produzidos por títulos e obrigações emitidos pelo Poder Público."

"Art. 45 — Fica revogada a atualização monetária de que trata o artigo 14 do Decreto-lei n.º 1.967, de 23 de novembro de 1982.

Parágrafo único. A revogação de que trata este artigo aplicar-se-á em relação aos períodos-base encerrados a partir de janeiro de 1986."

"Art. 85 — Os valores expressos em cruzados na legislação tributária serão atualizados segundo critérios fixados por Decreto do Presidente da República."

"Art. 100 — Fica isento do imposto de renda o lucro obtido, por pessoas físicas, na alienação de imóveis de valor não superior a CZ$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzados), desde que não tenha ocorrido outra alienação nas mesmas condições, no espaço de 5 (cinco) anos."

Art. 2.º — Os valores em ORTN, constantes dos artigos 25, 27 e 28 da Lei n.º 7.450, de 23 de dezembro de 1985, passam a ser expressos em cruzados, com a seguinte correspondência:

I) CZ$ 4.256.000,00 (quatro milhões duzentos e cinqüenta e seis mil cruzados), quando se referirem a 40.000 ORTN;

II) CZ$ 2.128.000,00 (dois milhões, cento e vinte e oito mil cruzados), quando se referirem a 20.000 ORTN.

Art. 3.º — O art. 1.º do Decreto-lei n.º 1.736, de 20 de dezembro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.º — Os débitos para com a Fazenda Nacional, de natureza tributária, não pagos no vencimento, serão acrescidos de multa de mora, consoante o previsto neste Decreto-lei.

Parágrafo único. A multa de mora será de 20% (vinte por cento), reduzida a 10% (dez por cento) se o pagamento for efetuado no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data em que o tributo for devido."

Art. 4.º — Os parágrafos 14 e 16 do artigo 11 do Decreto-lei n.º 352, de 17 de junho de 1968, acrescidos pelo artigo 68 da Lei n.º 7.450, de 23 de dezembro de 1985, passam a vigorar com a seguinte redação, revogado o § 15:

"Art. 11 — .....

§ 14 — O débito consolidado, na forma do parágrafo anterior, será dividido pela quantidade de parcelas mensais concedidas.

§ 16 — O valor de cada parcela mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros de 1% ao mês calendário ou fração, contados a partir do mês seguinte àquele em que o débito tiver sido consolidado e até o mês em que estiver ocorrendo o pagamento da parcela."

Art. 5.º — Segundo critérios a serem fixados pelo Ministério da Fazenda, o descumprimento das disposições do Decreto-lei n.º 2.284, de 10 de março de 1986, sujeitará o infrator à perda dos incentivos fiscais que lhe tenham sido outorgados pelo Poder Público Federal e impedirá seu acesso aos créditos de qualquer natureza concedidos por órgãos e entidades da administração federal, direta ou indireta, ou por seus agentes repassadores.

Art. 6.º — A partir do mês seguinte ao da publicação deste Decreto-lei, os rendimentos mensais de aluguéis e **royalties** previstos nos artigos 21, 22 e 23 da Lei n.º 4.506, de 30 de novembro de 1964, pagos ou creditados por pessoas jurídicas a pessoas físicas, ficam sujeitos ao desconto do imposto de renda na fonte mediante a aplicação de alíquotas progressivas de acordo com a tabela constante do artigo 4.º da Lei n.º 7.450, de 23 de dezembro de 1985.

Parágrafo único. O imposto de que trata este artigo será compensado com o apurado na declaração do beneficiário dos rendimentos.

Art. 7.º — A Secretaria da Receita Federal, antes de proceder à restituição ou ao ressarcimento de tributos, deverá verificar se o contribuinte é devedor à Fazenda Nacional.

§ 1.º — Existindo débito em nome do contribuinte, o valor da restituição ou ressarcimento será compensado, total ou parcialmente, com o valor do débito.

§ 2.º — O Ministério da Fazenda disciplinará a compensação prevista no parágrafo anterior.

Art. 8.º — O Ministro da Fazenda poderá reduzir as alíquotas do imposto de renda na fonte de que tratam os artigos 52 e 53 da Lei n.º 7.450, de 23 de dezembro de 1985, tendo em vista peculiaridades da atividade exercida pela pessoa jurídica.

Art. 9.º — Os limites de receita bruta previstos para tributação pelo lucro presumido (Lei n.º 6.468/77, art. 1.º) e para isenção das Microempresas (Lei n.º .... 7.256/84, art. 2.º) passam a se expressar em cruzados, pelos valores de ..... CZ$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzados) e CZ$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzados), respectivamente.

Art. 10 — A isenção concedida às Microempresas (Lei n.º 7.256/84, art. 2.º),

não se estende aos rendimentos auferidos pelas pessoas físidas, sócias da pessoa jurídica ou titulares da empresa individual, as quais serão tributadas de acordo com critérios fixados pelo Ministro da Fazenda.

Art. 11 — As penalidades previstas na legislação tributária, expressas em ORTN, ficam convertidas para cruzados tomando por base a OTN no valor de CZ$ 106,40 (cento e seis cruzados e quarenta centavos).

Art. 12 — Os débitos para com a Fazenda Nacional, decorrentes de tributos ou penalidades, e para com o Fundo de Participação PIS/PASEP, não liquidados até o vencimento, serão atualizados segundo critérios fixados por Decreto do Presidente da República.

Art. 13 — O adicional referido no parágrafo único do artigo 25 da Lei n.º 7.450, de 23 de dezembro de 1985, passará a ser de 10% (dez por cento) a partir do exercício financeiro de 1987.

Art. 14 — No exercício financeiro 1987 o imposto de renda progressivo das pessoas físicas será calculado de acordo com a seguinte tabela:

| Classe de Renda | Renda Líquida CZ$ | | | Alíquota % |
|---|---|---|---|---|
| 01 | | até | 21.600,00 | Isento |
| 02 | de 21.601,00 | até | 35.000,00 | 5 |
| 03 | de 35.001,00 | até | 58.750,00 | 10 |
| 04 | de 58.751,00 | até | 86.750,00 | 15 |
| 05 | de 86.751,00 | até | 120.400,00 | 20 |
| 06 | de 120.401,00 | até | 152.450,00 | 25 |
| 07 | de 152.451,00 | até | 210.250,00 | 30 |
| 08 | de 210.251,00 | até | 339.600,00 | 35 |
| 09 | de 339.601,00 | até | 462.200,00 | 40 |
| 10 | de 462.201,00 | até | 610.450,00 | 45 |
| 11 | acima de | | 610.450,00 | 50 |

Parágrafo único. Os valores de abatimentos e deduções vigentes no exercício financeiro de 1986 serão multiplicados pelo coeficiente 2,1 (dois vírgula um).

Art. 15 — Ressalvadas as disposições deste Decreto-lei, as atualizações monetárias previstas na legislação tributária, cessadas em 28 de fevereiro de 1986, serão calculadas tendo por limite o coeficiente determinado com base na OTN de ..... CZ$ 106,40 (cento e seis cruzados e quarenta centavos).

Art. 16 — As pequenas e médias empresas de que participem sociedades de capital de risco poderão excluir do lucro líquido do exercício, para feito de determinar o lucro real, o valor dos dividendos, bonificações em dinheiro, lucros e outros interesses distribuídos àquelas sociedades.

Art. 17 — Os dividendos, bonificações em dinheiro, lucros e outros interesses distribuídos às sociedades de capital de risco, assim como os resultados por elas auferidos na alienação ou liquidação de participações societárias, não se sujeitam ao desconto do imposto de renda na fonte e serão excluídos da determinação do lucro real.

Art. 18 — Os rendimentos distribuídos pelas sociedades de capital de risco a seus sócios, assim como o ganho de capital na alienação ou liquidação de quotas por ações dessas sociedades, serão tributados pelo imposto de renda, na fonte, à alíquota de 23% (vinte e três por cento), a título de antecipação de imposto que for devido na declaração.

Art. 19 — Consideram-se de capital de risco, para os efeitos deste Decreto-lei, aquelas sociedades cujo único objeto social seja a aplicação de capital próprio na subscrição de ações ou quotas de pequenas e médias empresas e que atendam aos requisitos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 20 — Ato do Poder Executivo estabelecerá o conceito de pequena e média empresa, bem como os requisitos para efeito de tratamento tributário previsto nos artigos 17 a 19.

Art. 21 — O disposto no art. 34 da Lei n.º 7.450/85, com a redação dada por este Decreto-lei, aplicar-se-á aos rendimentos de títulos emitidos após a data de publicação deste Decreto-lei e aos ganhos de capital auferidos a partir da mesma data; o disposto no art. 39 da Lei n.º 7.450/85, com a redação dada por este Decreto-lei aplicar-se-á aos títulos emitidos após a data de publicação deste Decreto-lei e, em relação aos títulos com taxas variáveis, a partir do primeiro reajuste das referidas taxas após essa mesma data.

Art. 22 — Fica revogado o regime de correção monetária das demonstrações financeiras, de que tratam os artigos 39 a 52 do Decreto-lei n.º 1.598, de 26 dezembro de 1977, ressalvado o disposto no § 1.º.

§ 1.º — As pessoas jurídicas que ainda não tiveram efetuado a correção monetária, deverão realizá-la com base no valor da Obrigação do Tesouro Nacional, fixado em CZ$ 106,40 (cento e seis cruzados e quarenta centavos).

§ 2.º — O lucro inflacionário acumulado (Decreto-lei n.º 1.598/77, art. 52, § 2.º) existente no encerramento do último período-base em que tenha sido efetuada correção monetária, segundo o disposto no parágrafo anterior, será submetido à tributação de acordo com o artigo 53 do Decreto-lei n.º 1.598, de 1977, e alterações posteriores.

Art. 23 — A partir dos períodos-base a serem encerrados em 1987 (Lei n.º 7.450/85, arts. 16 e 17), os efeitos da modificação do poder de compra da moeda nacional sobre o valor dos elementos do patrimônio e os resultados do período-base serão computados na determinação do lucro real mediante atualização a ser efetuada com

base em critérios a serem fixados pelo Poder Executivo.

Art. 24 — O § 4.º, do artigo 50, da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 50 — .....

§ 4.º — As quotas de Fundos Mútuos de Investimento constituídos em condomínio, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, poderão ser emitidas sob a forma nominativa, endosável ou ao portador, podendo assumir a forma escritural."

Art. 25 — As instituições financeiras, autorizadas pelo Banco Central do Brasil a emitir letras hipotecárias, poderão sacar, independentemente de tradição efetiva, letras da mesma espécie, garantidas pelo penhor de múltiplas cédulas hipotecárias, conferindo aos seus tomadores direito de crédito pelo valor nominal e juros nelas estipulados.

§ 1.º — A letra hipotecária será nominativa ou endossável.

§ 2.º — O certificado da letra conterá as seguintes declarações:

a) o nome da instituição financeira emitente e as assinaturas de seus representantes;

b) o número de ordem, o local e a data de emissão;

c) a denominação "Letra Hipotecária";

d) o valor nominal e a data de vencimento;

e) os juros que poderão ser fixos ou flutuantes;

f) o lugar do pagamento do principal e dos juros;

g) a identificação das cédulas hipotecárias empenhadas e seu valor;

h) o nome do titular e a declaração de que a cédula é transferível por endosso, se endossável.

Art. 26 — As letras hipotecárias poderão contar com garantia fidejussória adicional de instituição financeira.

Art. 27 —— O Banco Central do Brasil estabelecerá o prazo mínimo, a ser observado pelas instituições financeiras, para resgaste da letra hipotecária.

Art. 28 — A letra hipotecária pode ser garantida pelo penhor de uma ou mais cédulas hipotecárias, mas a soma do principal das letras hipotecárias, emitidas pela instituição financeira, não excederá, em hipótese alguma, o valor total das cédulas em poder dessa instituição.

§ 1.º — A letra hipotecária poderá ter prazo de vencimento inferior ao prazo de vencimento das cédulas hipotecárias cujo penhor lhe serve de garantia.

§ 2.º — A cédula hipotecária empenhada poderá, a qualquer tempo, ser substituída por outra garantia, a critério do emissor da letra hipotecária ou por solicitação do credor da letra.

Art. 29 — O endossante da letra hipotecária responde pela veracidade do título, mas contra ele não será admitido direito de cobrança regressiva.

Art. 30 — O Conselho Monetário Nacional, no uso de suas atribuições legais, fica autorizado a baixar as normas complementares aos dispositivos deste Decreto-lei relativo à letra hipotecária.

Art. 31 — Ficam revogados o art. 22 do Decreto-lei n.º 1.338, de 23 de julho de 1974; o art. 54, "caput", do Decreto-lei n.º 1.598, de 26 de dezembro de 1977; o art. 241 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976; o parágrafo único do art. 4.º, o § 1.º do art. 6.º, os §§ 1º e 2.º do art. 8.º, o parágrafo único do art. 9.º, os artigos 20, 21, 23 e 24, o inciso I do art. 33 e o § 4.º do art. 40 da Lei n.º 7.450, de 23 de dezembro de 1985.

Art. 32 — Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 23 de julho de 1986, 165.º da Independência e 98.º da República.

JOSÉ SARNEY
**Dilson Domingos Funaro**
**João Sayad**

* Anotar na pág. 147 do Volume IV: "Alteração e Revogação. Ver pág. 96 do Volume V".

* * *

## DECRETO-LEI N.º 2.288, DE 23 DE JULHO DE 1986 *

**Cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento, institui empréstimo compulsório para absorção temporária de excesso de poder aquisitivo e dá outras providências.**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, e de acordo com o artigo 15, item III, do Código Tributário Nacional (Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966),

DECRETA:

Art. 1.º — É criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), de natureza autárquica, com o objetivo de fornecer recursos para realização de investimentos necessários à dinamização do desenvolvimento nacional e apoio à iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas.

Parágrafo único. É vedada a aplicação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento em custeio de despesas correntes.

Art. 2.º — O patrimônio inicial do Fundo será constituído pela conferência de ações de empresas controladas, direta ou indiretamente, pela União, de propriedade de entidades da Administração Federal.

§ 1.º — Estão excluídas do disposto neste artigo:

a) as ações necessárias à manutenção do controle acionário das empresas, bem como as ações das Empresas Nucleares Brasileiras S.A. — NUCLEBRÁS e da BNDES Participações S.A. — BNDESPAR;

b) as ações de propriedade das companhias de capital aberto e de suas controladas;

c) outras que, a critério do Conselho de Desenvolvimento Econômico, não devam integrar o patrimônio do Fundo.

§ 2.º — Para os efeitos deste Decreto-lei, são consideradas de capital aberto somente as companhias que tenham ações cotadas nas Bolsas de Valores.

§ 3.º — As ressalvas contidas no § 1.º deste artigo não se aplicam às empresas a serem privatizadas mediante alienação de controle, relacionadas em ato do Poder Executivo.

§ 4.º — O valor das ações para fins de conferência será determinado pela cotação média dos últimos trinta dias em Bolsa de Valores ou, na falta deste, pelo valor contábil do patrimônio líquido apurado em balanço patrimonial de 30 de junho de 1986.

Art. 3.º — A União subscreverá quotas do Fundo com o produto da arrecadação do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários.

Parágrafo único. A União poderá subscrever quotas mediante dotações orçamentárias adicionais.

Art. 4.º — O Fundo poderá emitir quotas, sempre na forma escritural nominativa, bem como obrigações de longo prazo, com o objetivo de captar recursos junto a investidores.

Art. 5.º — A partir de 31 de dezembro de 1989, as quotas do Fundo terão direito a um dividendo anual mínimo, isento de imposto de renda, de 25% (vinte e cinco por cento) do rendimento real de cada exercício.

Art. 6.º — As quotas do Fundo ficam indisponíveis até 31 de dezembro de 1989. Após essa data, poderão ser negociadas e transferidas, sujeitando-se às normas vigentes no mercado acionário.

Art. 7.º — As entidades fechadas de previdência privada, mantidas por empresas públicas, sociedades de economia mista, federais ou estaduais, autarquias, inclusive as de natureza especial e fundações instituídas pelo Poder Público aplicarão 30% (trinta por cento) de suas reservas técnicas em obrigações do Fundo com prazo de 10 (dez) anos e rentabilidade mínima equivalente à das Letras do Banco Central.

§ 1.º — A aplicação a que se refere este artigo deverá ser realizada nas seguintes condições:

a) um terço, até o dia 30 de outubro de 1986;

b) um terço adicional, a cada período de quatro meses, que se seguir à aplicação prevista na letra "a", até total integralização.

§ 2.º — Caberá ao Conselho Monetário Nacional adequar as distribuições das reservas técnicas das entidades fechadas de previdência privada às exigências deste artigo.

§ 3.º — Pode o Conselho Monetário Nacional alterar as condições da aplicação a que se refere este artigo.

Art. 8.º — O FND poderá alienar bens integrantes de seu ativo.

Art. 9.º — O Fundo Nacional de Desenvolvimento, vinculado ao Ministério da Fazenda, será administrado por uma Secretaria Executiva.

§ 1.º — Cabe ao Conselho do Desenvolvimento Econômico — CDE fixar diretrizes para atuação do FND e aprovar seu orçamento.

§ 2.º — Fica a Secretaria de Planejamento da Presidência da República encarregada da elaboração do orçamento do Fundo, respeitados tanto a provisão de recursos, quanto o Programa de Dispêndios Globais — PDG.

§ 3.º — Mantêm-se, para as aplicações do Fundo às empresas estatais, as normas previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 84.128, de 29 de outubro de 1979.

Art. 10 — É instituído, como medida complementar ao Programa de Estabilização Econômica, estabelecido pelo Decreto-lei n.º 2.284, de 10 de março de 1986, empréstimo compulsório para absorção temporária do excesso de poder aquisitivo.

Parágrafo único. O empréstimo compulsório será exigido dos consumidores de gasolina ou álcool para veículos automotores, bem como dos adquirentes de automóveis de passeio e utilitários.

Art. 11 — O valor do empréstimo é equivalente a:

I — 28% do valor do consumo de gasolina e álcool carburante;

II — 30% do preço de aquisição de veículos novos e de até um ano de fabricação;

III — 20% do preço de aquisição de veículos com mais de um ano e até dois anos de fabricação;

IV — 10% do preço de aquisição de veículos com mais de dois e até quatro anos de fabricação.

Art. 12 — O empréstimo calculado sobre o consumo de combustível será cobrado, junto com o preço do produto, pelas empresas refinadoras, distribuidoras e varejistas de gasolina e álcool e recolhido pelas refinadoras, no prazo de quinze dias úteis.

Art. 13 — Nas alienações de automóveis de passeio e utilitários, o empréstimo será devido no momento da aquisição, antes do licenciamento ou da transferência de propriedade.

§ 1.º — O alienante reterá uma via do documento de arrecadação do empréstimo e será solidariamente responsável pelo pagamento.

§ 2.º — As repartições de trânsito arquivarão, no ato de transferência de propriedade de veículo, cópia do documento de arrecadação do empréstimo.

§ 3.º — A Secretaria da Receita Federal baixará, periodicamente, pauta de valores de veículos usados, para determinação do montante do empréstimo.

§ 4.º — O empréstimo de que trata este artigo não será exigido:

a) na aquisição de veículos fabricados há mais de quatro anos;

b) na alienação fiduciária em garantia;

c) na venda efetuada pelo fabricante a concessionário autorizado;

d) na aquisição de veículos que se destinem comprovadamente à condução de passageiros na categoria de aluguel (táxis);

e) nos demais casos especificados em ato do Ministro da Fazenda.

Art. 14 — O empréstimo de que trata este Decreto-lei incidirá sobre os fatos ocorridos no período entre a data de sua publicação e 31 de dezembro de 1989.

Art. 15 — O empréstimo compulsório incidente sobre aquisição de veículos será recolhido à rede arrecadadora de receitas federais, em documento próprio, especificado em ato do Poder Executivo.

Parágrafo único. O valor do empréstimo ficara indisponível no Banco Central do Brasil.

Art. 16 — O empréstimo será resgatado no último dia do terceiro ano posterior ao seu recolhimento, efetuando-se o pagamento com quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento, criado neste Decreto-lei.

§ 1.º — O valor de resgate do empréstimo compulsório sobre o consumo de gasolina e alcool será igual ao valor do consumo medio por veículo, verificado no ano do recolhimento, segundo calculo a ser divulgado pela Secretaria da Receita Federal, acrescido de rendimento equivalente ao das Cadernetas de Poupança.

§ 2.º — O empréstimo compulsório sobre aquisição de automoveis de passeio e utilitarios terá rendimento equivalente ao das Cadernetas de Poupança.

Art. 17 — A falta de realização, total ou parcial, do empréstimo implicará automatica inscrição como divida não tributaria (artigo 39 da Lei n.º 4.320/64, com a redação dada pelo artigo 1.º do Decreto-lei n.º 1.735/79), aplicando-se a multa de cem por cento para efeito de cobrança executiva.

Art. 18 — O artigo 7.º do Decreto-lei n.º 2.284, de 10 de março de 1986, passa a ter a seguinte redação:

"A partir da vigência deste Decreto-lei, é vedada, sob pena de nulidade, cláusula de reajuste monetário. As obrigações e contratos por prazo igual ou superior a doze meses poderão ter cláusulas de reajuste se vinculadas a índices setoriais de custos e pela variação da Obrigação do Tesouro Nacional — OTN."

Art. 19 — O artigo 12 do Decreto-lei n.º 2.284, de 10 de março de 1986, fica acrescido do seguinte parágrafo:

"Parágrafo único. O Conselho Monetário Nacional poderá instituir novas modalidades de Cadernetas de Poupança, cujos saldos não serão corrigidos pelo IPC."

Art. 20 — O Fundo Nacional de Desenvolvimento — FND, será regulamentado por Decreto do Presidente da República.

Art. 21 — O Ministro da Fazenda baixará instruções necessárias ao cumprimento do disposto neste Decreto-lei.

Art. 22 — Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 23 — Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 23 de julho de 1986, 165.º da Independência e 98.º da República.

JOSÉ SARNEY
**Dilson Domingos Funaro**
**João Sayad**

* Anotar na pág. 49 deste Volume: "Alteração. Ver adiante pág. 99".

* * *

## BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO

### ORDEM DE SERVIÇO FGTS — POS N.º 03/86

**Dá nova redação ao item 71 das "Instruções Sobre o FGTS".**

O PRESIDENTE DO BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO (BNH), no uso de suas atribuiçoes e tendo em vista o disposto no artigo 3.º do Decreto-lei n.º 2.287, publicado em 24-07-86, combinado com o disposto no artigo 19 da Lei 5.107/66, baixa a seguinte Ordem de Serviço:

1 — O item 71 das "Instruções Sobre o FGTS" passa a vigorar com a seguinte redaçao:

"71 — A empresa que não realizar os depósitos devidos ao FGTS, no prazo indicado no item 2 destas instruçoes, ficara sujeita a uma das seguintes multas, calculada sobre o valor do débito:

a) 10% (dez por cento), quando o atraso não exceder a 90 (noventa) dias;

b) 20% (vinte por cento), quando o atraso for superior a 90 (noventa) dias.

2 — Os percentuais de multa acima referidos são aplicaveis a partir de 24-07-86.

3 — Revogam-se as disposiçoes em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1986.

JOSÉ MARIA ARAGÃO
Presidente

* * *

### DECRETO N.º 93.189, DE 29 DE AGOSTO DE 1986 *

**Regulamenta Lei n.º 7.525, de 22 de julho de 1986, que dispõe sobre a indenização a ser paga pela PETROBRÁS e suas subsidiárias aos Estados e Municípios.**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, itens I e III, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1.º — A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, para traçar as linhas de projeção dos limites territoriais dos Estados, Territórios e Municípios confrontantes segundo a linha geodésica ortogonal à costa, tomará por base a linha da baixa-mar do litoral continental e insular brasileiro adotada como referência nas cartas náuticas.

Art. 2.º — Para o fim de traçar as linhas de projeção dos limites territoriais segundo o paralelo até o ponto de sua intersecção com os limites da plataforma continental, entender-se-á por plataforma continental o leito do mar e o subsolo das regiões submarinas adjacentes à costa, até o ponto em que a profundidade das águas sobrejacentes permita o aproveitamento dos recursos naturais dessas regiões.

Art. 3.º — Nos lugares em que o litoral apresente reentrâncias profundas ou saliências, ou onde exista uma série de ilhas ao longo da costa e em sua proximidade imediata, será adotado o método das linhas de bases retas, ligando pontos apropriados para o traçado da linha em relação a qual serão tomadas as projetantes dos limites territoriais.

Art. 4.º — Os limites dos Estados e dos Territórios serão projetados segundo a linha geodésica ortogonal à costa, enquadrando estas projeções as dos limites municipais.

Art. 5.º — Os limites dos Municípios confrontantes serão projetados segundo o paralelo, além da linha geodésica ortogonal à costa, mantendo-se as respectivas projeções no enquadramento das projeções dos Estados e dos Territórios.

Art. 6.º — Em cada unidade da federação, os Municípios de que trata o art. 4.º, § 3.º, **in fine**, da Lei n.º 7.525, de 22 de julho de 1986, são aqueles que integram agregados de unidades regionais que contem, pelo menos, um Município confrontante.

Art. 7.º — O IBGE publicará relação dos Estados, Territórios e Municípios a serem indenizados, em virtude do que dispõe a Lei n.º 7.525, de 22 de julho de 1986, especificando suas respectivas populações.

§ 1.º — Na publicação prevista neste artigo, o IBGE indicará os Municípios integrantes da zona de produção principal, da zona de produção secundária e os que satisfazem as condições estabelecidas no art. 40, § 3.º, da Lei n.º 7.525, de 22 de julho de 1986.

§ 2.º — O Município que não estiver incluído na relação, a que se refere o **caput** deste artigo, poderá requerer a indenização, desde que comprove, perante o IBGE, que atende aos requisitos exigidos, em lei, para sua concessão.

Art. 8.º — Utilizar-se-ão os dados mais atuais, relativos à população, dentre os seguintes:

I — a apurada pelos censos demográficos nos anos de milésimo zero; ou

II — a população estimada nos anos de milésimo cinco com base na proporcionalidade da população residente dos setores delimitados para o censo demográfico imediatamente anterior.

Art. 9.º — Na hipótese de não se configurar uma zona de produção secundária, será distribuído aos Municípios que integram a zona limítrofe da zona de produção principal, proporcionalmente à população, o montante correspondente aos 10% de que trata o item II do art. 5.º da Lei n.º 7.525, de 22 de julho de 1986.

Art. 10 — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 — Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1986, 165.º da Independência e 98.º da República.

JOSÉ SARNEY

(Publicado no **DOU** de 1 de setembro de 1986.)

* Anotar na pág. 94 deste Volume: "Regulamentação. Ver adiante pág. 101".

* * *

## FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA *

## RESOLUÇÃO N.º 38, DE 04 DE SETEMBRO DE 1986

**Relação dos Estados, Territórios e Municípios a serem indenizados em função da extração de óleo e gás natural na plataforma continental.**

**Competência: Artigo 28 do Estatuto**

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE, no uso de suas atribuições, e em cumprimento ao que determina a Lei n.º 7.525, de 22 de julho de 1986, regulamentada pelo Decreto n.º 93.189, de 29 de agosto de 1986,

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovada a relação dos Estados, Territórios e Municípios a serem indenizados em função da extração de óleo e gás natural na plataforma continental, bem como a nota técnica que a antecede, da forma seguinte:

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

1.1 — A relação dos Estados, Territórios e Municípios foi elaborado com as informações prestadas pela PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. — PETROBRÁS, referentes a: localização dos poços na plataforma continental que produziram no 1.º se-

mestre de 1986; localização das instalações industriais previstas no artigo 4.º, parágrafo 1.º da Lei n.º 7.525/86; traçado dos oleodutos e gasodutos voltados exclusivamente ao escoamento da produção de uma dada área de exploração marítima.

1.2 — A caracterização das três zonas — de produção principal, de produção secundária e limítrofe, que compõem a área geoeconômica dos municípios ou grupos de municípios produtores, se deu diante do informado pela PETROBRÁS.

1.3 — Cabe destacar que, para os efeitos das análises e estudos que convergiram na elaboração da lista anexa, a regulamentação objeto do Decreto n.º 93.189/86 definiu os enfoques cartográfico, geográfico e demográfico que orientaram as equipes do IBGE na identificação dos municípios integrantes das áreas geoeconômicas.

2. PROJEÇÃO DOS ESTADOS, TERRITÓRIOS E MUNICÍPIOS

2.1 — O artigo 2.º da Lei n.º 7.525/86 estabelece que os Estados, Territórios e Municípios confrontantes são aqueles contíguos à área marítima que, no prolongamento de seus limites, contenham os poços produtores, balisando-se a projeção nos limites da plataforma continental.

2.2 — A área marítima é aquela contida pela plataforma continental, cujo conceito legal encontra-se expresso no Decreto legislativo n.º 45, de 15 de outubro de 1968, no capítulo referente a "CONVENÇAO SOBRE A PLATAFORMA CONTINENTAL" que integra a Convenção sobre o Direito do Mar. Esse entendimento encontra-se explicitado no artigo 2.º do Decreto n.º 93.189/86.

2.3 — A projeção dos Estados, Territórios e Municípios na plataforma continental encontra-se regulamentada nos artigos 4.º e 5.º do Decreto n.º 93.189/86. Os Estados e Territórios projetam-se segundo a linha geodésica ortogonal à linha de costa, no ponto de interseção dos correspondentes limites com o litoral. Os Municípios projetam-se segundo a linha geodésica ortogonal e o paralelo da latitude correspondente ao ponto de limite no litoral.

2.4 — As irregularidades do litoral, tais como enseadas, baías, pontas, foz de rios, dentre outros acidentes geográficos costeiros, foram tratados de forma generalizada para o traçado da linha de costa e da correspondente linha geodésica ortogonal nos pontos de limite. O amparo para a generalização encontra-se no já citado Decreto legislativo n.º 45 e Convenção sobre o Mar Territorial, nos artigos 4.º, 7.º e 13. O Decreto n.º 93.189/86, no seu artigo 3.º sumaria a aplicação desse critério.

3. DA ÁREA GEOECONÔMICA

3.1 — O entendimento de "área geoeconômica" encontra-se no artigo 3.º da Lei n.º 7.525/86, vinculado estritamente às atividades decorrentes de ou contribuintes para a exploração petrolífera na plataforma continental.

3.2 — Para todos os efeitos na aplicação da lei e atribuição das indenizações, os municípios foram agrupados em três zonas, em função do impacto das atividades de exploração e produção petrolífera marítima. Na letra do artigo 4.º da Lei n.º 7.525/86, incisos e parágrafos correspondentes, reconhece-se uma zona de produção principal, uma zona de produção secundária e uma zona limítrofe.

3.3 — Por zona de produção principal, entende-se o conjunto formado pelos municípios confrontantes com os poços produtores e aqueles que possuam as instalações industriais explicitadas na Lei n.º 7.525/86 — artigo 4.º, parágrafo 1.º — em número não inferior a três.

3.4 — Por zona de produção secundária entende-se o conjunto dos municípios atravessados por oleodutos ou gasodutos destinados exclusivamente ao escoamento da produção de uma dada área de exploração marítima. Os trechos de gasodutos e oleodutos que não atendam exclusivamente ao escoamento da produção marítima foram excluídos, nos termos da Lei n.º 7.525/86, parágrafo 2.º do artigo 4.º, da mesma forma que os trechos de distribuição para consumo.

3.5 — As duas zonas anteriormente referidas, caracterizadas como de produção, são as mais fortemente afetadas pelo processo de exploração petrolífera. Contudo, os efeitos tendem a ultrapassar os limites dos municípios contidos nas mesmas, admitindo-se que outras unidades municipais sofreram ou poderão vir a sofrer tais impactos, diante de sua proximidade a zona de produção principal. No parágrafo 3.º do artigo 4.º da Lei n.º 7.525/86, previram-se duas vizinhanças: uma mais imediata, congregando os municípios contíguos ao da zona de produção principal; e outra mais afastada, embora passível de ser considerada social e economicamente atingida.

3.6 — As listas anexas de municípios, no que tange ao traçado da zona limítrofe, em conformidade com o artigo 6.º do Decreto n.º 93.189/86, foram elaboradas considerando-se, além da zona de vizinhança imediata da área em que se desenvolve o processo produtivo, os municípios contidos pelos limites das mesorregiões homogêneas em que se insere pelo menos um município confrontante com poços produtores.

3.7 — Nas listas anexas, os municípios que concentram as instalações industriais voltadas para o processamento, tratamento, armazenamento e escoamento de óleo e gás natural, de uma dada área de produção marítima, foram destacados por um asterisco, caracterizando-se, dessa forma, a situação objeto do inciso I, do artigo 5.º da Lei n.º 7.525/86.

4. DA POPULAÇÃO

4.1 — Seguindo a orientação do artigo 8.º do Decreto n.º 93.189/86, as populações lançadas nas listas anexas correspondem às estimativas mais atualizadas para 1985.

Art. 2.º — Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDMAR LISBOA BACHA
Presidente

I) ESTADO — ESPÍRITO SANTO

• ZONA DE PRODUÇÃO PRINCIPAL

• Relação dos Municípios confrontantes:

| MUNICÍPIO | POPULAÇÃO |
|---|---|
| Linhares | 129.049 |

• ZONA DE PRODUÇÃO SECUNDÁRIA

• Relação dos Municípios e Distritos cortados por dutos:

MUNICÍPIO: SÃO MATEUS

| DISTRITO | POPULAÇÃO |
|---|---|
| Barra Nova | 4.837 |
| Total da população dos Distritos cortados por dutos | 4.837 |

• ZONA LIMÍTROFE

| MUNICÍPIO | POPULAÇÃO |
|---|---|
| Aracruz | 44.149 |
| Ibiraçu | 24.892 |
| Colatina | 106.345 |
| Marilândia | 9.449 |
| Rio Bananal | 19.615 |
| São Gabriel da Palha | 52.166 |
| Jaguaré | 13.585 |
| Conceição da Barra | 13.585 |
| Pinheiros | 16.981 |
| Fundão | 10.189 |
| Pedro Canário | 10.250 |
| Montanha | 19.914 |
| Mucurici | 8.394 |
| Ecoporanga | 26.259 |
| Domingos Martins | 30.565 |
| Alfredo Chaves | 10.833 |
| Guarapari | 47.848 |
| Anchieta | 11.526 |
| Iconha | 8.809 |
| Piumá | 6.227 |
| Rio Novo do Sul | 8.737 |
| Cachoeiro do Itapemirim | 142.633 |
| Itapemirim | 44.149 |
| Presidente Kennedy | 7.135 |
| Atílio Vivacqua | 5.509 |
| Mimoso do Sul | 23.773 |
| Muqui | 12.502 |
| Jerônimo Monteiro | 8.819 |
| Barra de S. Francisco | 50.941 |
| Nova Venécia | 44.149 |
| Boa Esperança | 11.887 |
| Mantenópolis | 14.586 |
| Pancas | 31.891 |
| Baixo Guandu | 25.430 |
| Itaguaçu | 14.195 |
| Santa Tereza | 26.238 |
| Afonso Cláudio | 50.941 |
| Itarana | 9.028 |
| Santa Leopoldina | 26.136 |
| Apiacá | 6.026 |
| Bom Jesus do Norte | 7.657 |
| São José do Calçado | 8.461 |
| Guaçuí | 20.764 |
| Dores do Rio Preto | 4.263 |
| Divino de S. Lourenço | 3.165 |
| Alegre | 31.729 |
| Iúna | 32.722 |
| Ibatiba | 13.679 |
| Muniz Freire | 19.152 |
| Conceição do Castelo | 18.538 |
| Castelo | 26.130 |

II) ESTADO — RIO DE JANEIRO

• ZONA DE PRODUÇÃO PRINCIPAL

• Relação dos Municípios confrontantes:

| MUNICÍPIO | POPULAÇÃO |
|---|---|
| Campos | 367.134 |
| Macaé(*) | 82.616 |
| Casimiro de Abreu | 25.779 |
| Cabo Frio | 65.482 |

(*) Município que concentra as instalações industriais para processamento, tratamento, armazenamento e escoamento de óleo e gás natural, nos termos do artigo 5.º, inciso I, da Lei n.º 7.525/86.

• ZONA DE PRODUÇÃO SECUNDÁRIA

• Relação dos Municípios e Distritos cortados por dutos:

**MUNICÍPIO: MAGÉ**

| DISTRITO | POPULAÇÃO |
|---|---|
| Magé | 45.174 |
| Guapimirim | 27.850 |
| Guia de Pacobaiba | 12.536 |
| Suruí | 12.342 |
| Total da população dos Distritos cortados por dutos | 97.902 |

**MUNICÍPIO: DUQUE DE CAXIAS**

| DISTRITO | POPULAÇÃO |
|---|---|
| Campos Elísios | 188.673 |
| Total da população dos Distritos cortados por dutos | 188.673 |

**MUNICÍPIO: CACHOEIRAS DE MACACU**

| DISTRITO | POPULAÇÃO |
|---|---|
| Cachoeiras de Macacu | 13.989 |
| Japuíba | 16.184 |
| Subaio | 7.200 |
| Total da população dos Distritos cortados por dutos | 37.373 |

**MUNICÍPIO: SILVA JARDIM**

| DISTRITO | POPULAÇÃO |
|---|---|
| Gaviões | 943 |
| Silva Jardim | 12.186 |
| Correntezas | 1.852 |
| Quartéis | 1.024 |
| Total da população dos Distritos cortados por dutos | 16.005 |

• ZONA LIMÍTROFE

| MUNICÍPIO | POPULAÇÃO |
|---|---|
| Conceição de Macabu | 14.579 |
| Trajano de Moraes | 10.189 |
| Nova Friburgo | 143.991 |
| Araruama | 61.129 |
| Sao Pedro da Aldeia | 44.149 |
| Arraial do Cabo | 18.095 |
| Sao João da Barra | 53.943 |
| Santa Maria Madalena | 10.210 |
| São Fidelis | 34.867 |
| Cambuci | 20.009 |
| Itaperuna | 64.639 |
| Bom Jesus Itabapoana | 27.062 |
| Rio Bonito | 44.149 |
| Saquarema | 30.622 |
| Porciúncula | 14.394 |
| Natividade | 19.707 |
| Lajes do Muriaé | 6.925 |
| Miracema | 23.773 |
| Santo Antônio de Pádua | 34.924 |
| Itacoara | 20.267 |
| S. Sebastião do Alto | 8.243 |
| Cantagalo | 19.824 |
| Cordeiro | 16.981 |
| Bom Jardim | 19.147 |
| Duas Barras | 8.147 |
| Carmo | 12.508 |
| Teresópolis | 116.252 |
| Petrópolis | 275.076 |
| Sumidouro | 11.607 |

III) ESTADO — RIO GRANDE DO NORTE

• ZONA DE PRODUÇÃO PRINCIPAL

• Relação dos Municípios confrontantes:

| MUNICÍPIO | POPULAÇÃO |
|---|---|
| Grossos | 7.935 |
| Areia Branca | 18.523 |
| Carnaubais | 12.174 |
| Guamaré(*) | 3.502 |
| Macau | 23.773 |

(*) Município que concentra as instalações industriais para processamento, tratamento, armazenamento e escoamento de óleo e gás natural, nos termos do artigo 5.º, inciso I, da Lei n.º 7.525/86.

• ZONA DE PRODUÇÃO SECUNDÁRIA

Não se configura

• ZONA LIMÍTROFE

| MUNICÍPIO | POPULAÇÃO |
|---|---|
| Mossoró | 159.339 |
| Pendências | 10.189 |
| Alto dos Rodrigues | 5.926 |
| Açú | 40.630 |
| Galinhos | 1.180 |
| Pedro Avelino | 8.920 |
| Afonso Bezerra | 8.220 |
| Baraúna | 17.111 |
| Gov. Dix-Sept Rosado | 9.353 |
| Felipe Guerra | 5.519 |
| Apodi | 32.529 |
| Severiano Melo | 8.040 |
| Itaú | 3.104 |
| Caraúbas | 20.198 |
| Janduis | 5.042 |
| Augusto Severo | 12.580 |
| Paraú | 4.063 |
| Upanema | 8.138 |
| Rodolfo Fernandes | 5.720 |
| Taboleiro Grande | 1.796 |
| Riacho da Cruz | 2.508 |
| Viçosa | 1.315 |
| Umarizal | 14.597 |
| Olho D'Água do Borges | 5.632 |
| Rafael Godeiro | 3.658 |
| Patu | 13.872 |

| MUNICÍPIO | POPULAÇÃO |
|---|---|
| Messias Targino | 3.969 |
| Almino Afonso | 5.310 |
| Frutuoso Gomes | 4.422 |
| Lucrécia | 3.019 |
| Martins | 14.058 |
| Antônio Martins | 9.042 |
| João Dias | 3.489 |
| Alexandria | 14.852 |
| Pilões | 1.976 |
| Portalegre | 5.444 |
| Francisco Dantas | 3.791 |
| São Francisco do Oeste | 2.719 |
| Pau dos Ferros | 19.154 |
| Encanto | 4.546 |
| Doutor Severiano | 5.547 |
| São Miguel | 19.138 |
| Coronel João Pessoa | 4.254 |
| Luís Gomes | 10.910 |
| Paraná | 2.960 |
| José da Penha | 5.795 |
| Tenente Ananias | 11.242 |
| Marcelino Vieira | 8.774 |
| Riacho de Santana | 4.158 |
| Água Nova | 2.378 |
| Rafael Fernandes | 2.770 |
| Ipanguaçu | 12.270 |
| São Rafael | 6.870 |
| Cerro Corá | 9.110 |
| Lagoa Nova | 9.368 |
| Currais Novos | 41.316 |
| São Vicente | 5.363 |
| Florânia | 12.350 |
| Jucurutu | 13.754 |
| São Fernando | 2.954 |
| Jardim de Piranhas | 8.770 |
| Timbaúba dos Batistas | 1.392 |
| Serra Negra do Norte | 8.071 |
| São João do Sabugi | 4.717 |
| Ipueira | 1.556 |
| Caicó | 44.149 |
| Ouro Branco | 4.216 |
| Jardim do Seridó | 3.113 |
| Acari | 11.076 |
| Cruzeta | 7.046 |
| Carnaúba dos Dantas | 5.858 |
| Parelhas | 15.571 |
| Santana do Seridó | 2.505 |
| Equador | 5.221 |

IV) ESTADO — SERGIPE

• ZONA DE PRODUÇÃO PRINCIPAL

• Relação dos Municípios confrontantes:

| MUNICÍPIO | POPULAÇÃO |
|---|---|
| Pirambu | 3.604 |
| Barra dos Coqueiros | 9.562 |
| Aracaju | 361.544 |
| Itaporanga da Ajuda | 18.314 |
| Pacatuba | 10.189 |

• ZONA DE PRODUÇÃO SECUNDÁRIA

Não se configura

• ZONA LIMÍTROFE

| MUNICÍPIO | POPULAÇÃO |
|---|---|
| Japoatã | 8.173 |
| Brejo Grande | 6.929 |
| Ilha das Flores | 8.483 |
| Neópolis | 18.162 |
| S. Amaro das Brotas | 9.556 |
| Japaratuba | 11.679 |
| Carmópolis | 4.646 |
| N. Senhora do Socorro | 16.981 |
| São Cristóvão | 26.616 |
| Salgado | 14.576 |
| Areia Branca | 7.614 |
| Itabaiana | 58.023 |
| Campo do Brito | 12.299 |
| Lagarto | 64.340 |
| Estância | 44.149 |
| Laranjeiras | 14.806 |
| Riachuelo | 5.639 |
| Maruim | 12.677 |
| Rosário do Catete | 3.916 |
| General Maynard | 1.781 |
| Capela | 25.380 |
| Siriri | 5.667 |
| Santa Rosa de Lima | 2.844 |
| Divina Pastora | 2.092 |
| Nossa Senhora de Lourdes | 4.354 |
| Canhoba | 3.907 |
| Amparo de S. Francisco | 1.629 |
| Telha | 1.685 |
| Propriá | 21.309 |
| Santa Luzia de Itanhy | 8.793 |
| Umbaúba | 11.290 |
| Indiaroba | 8.490 |
| Canindé de S. Francisco | 7.404 |
| Poço Redondo | 19.837 |
| Porto da Folha | 27.091 |
| Gararu | 11.660 |
| Itabi | 4.524 |
| Monte Alegre de Sergipe | 9.591 |
| Nossa Senhora da Glória | 24.210 |
| Gracho Cardoso | 6.323 |
| Aquidabã | 16.981 |
| Cedro de São João | 4.705 |
| Malhada dos Bois | 2.332 |
| São Francisco | 2.130 |
| Muribeca | 6.364 |
| Cumbe | 3.251 |
| Feira Nova | 4.105 |
| Carirá | 17.373 |
| São Miguel do Aleixo | 2.959 |
| N. Senhora Aparecida | 9.044 |
| N. Senhora das Dores | 18.072 |
| Pinho | 4.343 |
| Pedra Mole | 1.972 |
| Frei Paulo | 9.124 |
| Ribeirópolis | 13.612 |
| Moita Bonita | 8.909 |
| Malhador | 10.189 |
| Macambira | 4.226 |
| São Domingos | 7.595 |
| Simão Dias | 26.485 |
| Poço Verde | 17.054 |
| Tobias Barreto | 33.954 |
| Riachão do Dantas | 18.052 |
| Boquim | 21.708 |
| Pedrinhas | 6.498 |
| Arauá | 10.601 |

| MUNICÍPIO | POPULAÇÃO |
|---|---|
| Itabaianinha | 30.565 |
| Tomar do Geru | 10.888 |
| Cristianápolis | 7.934 |

V) ESTADO — CEARÁ

• ZONA DE PRODUÇÃO PRINCIPAL

• Relação dos Municípios confrontantes:

| MUNICÍPIO | POPULAÇÃO |
|---|---|
| Trairi | 32.038 |
| Paracuru(*) | 17.504 |
| Itarema | 23.780 |
| Amontada | 25.235 |
| Itapipoca | 84.188 |

(*) Município que concentra as instalações industriais para processamento, tratamento, armazenamento e escoamento de óleo e gás natural, nos termos do artigo 5.º, inciso I, da Lei n.º 7.525/86.

• Relação dos Municípios com instalações:

| MUNICÍPIO | POPULAÇÃO |
|---|---|
| Fortaleza | 1.588.709 |

• ZONA DE PRODUÇÃO SECUNDÁRIA

Não se configura

• ZONA LIMÍTROFE

| MUNICÍPIO | POPULAÇÃO |
|---|---|
| Acaraú | 37.358 |
| Aquiraz | 52.373 |
| Pacatuba | 50.941 |
| Maracanaú | 81.445 |
| Caucaia | 109.254 |
| Paraipaba | 14.438 |
| S. G. do Amarante | 27.570 |
| São Luís do Curu | 8.469 |
| Uruburetama | 23.774 |
| Sobral | 110.937 |
| Morrinhos | 14.551 |
| Santana do Acaraú | 24.713 |
| Itapagé | 47.209 |
| Irauçuba | 17.010 |
| Pentecoste | 31.336 |
| Apuiarés | 8.793 |
| Maranguape | 61.807 |
| Umirim | 16.990 |
| Chaval | 10.189 |
| Camocim | 53.408 |
| Granja | 44.149 |
| Martinópole | 8.008 |
| Marco | 14.923 |
| Bela Cruz | 24.418 |
| Cruz | 20.281 |
| Viçosa do Ceará | 39.887 |
| Uruóca | 10.460 |
| Senador Sá | 4.615 |
| Moraújo | 9.103 |
| Meruoca | 10.189 |
| Massapê | 24.186 |
| Alcantaras | 8.890 |
| Coreaú | 19.018 |
| Tianguá | 38.280 |
| Frecheirinha | 10.189 |
| Ubajara | 21.799 |
| Ibiapina | 18.110 |
| Mucambo | 13.585 |
| Cariré | 18.077 |
| Groaíras | 7.769 |
| Forquilha | 16.982 |
| São Benedito | 45.544 |
| Pacujá | 4.617 |
| Carnaubal | 12.020 |
| Guaraciaba do Norte | 39.642 |
| Reriutaba | 17.977 |
| Varjota | 12.479 |
| Ipu | 45.994 |
| Hidrolândia | 17.803 |
| Santa Quitéria | 61.129 |
| General Sampaio | 5.102 |
| Paramoti | 9.334 |
| Caridade | 12.753 |
| Canindé | 62.380 |
| Ipueiras | 34.703 |
| Poranga | 11.250 |
| Nova Russas | 50.941 |
| Tamboril | 28.942 |
| Monsenhor Tabosa | 16.984 |
| Crateús | 71.317 |
| Independência | 47.008 |
| Novo Oriente | 27.570 |

(Publicada no **DOU** de 12 de setembro de 1986.)

* Anotar nas páginas 94 e 101 deste Volume: "Ver adiante pág. 102".

* * *

## DECRETO N.º 93.240, DE 09 DE SETEMBRO DE 1986 *

**Regulamenta a Lei n.º 7.433, de 18 de dezembro de 1985, que "dispõe sobre os requisitos para a lavratura de escrituras públicas, e dá outras providências".**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1.º — Para a lavratura de atos notariais, relativos a imóveis, serão apresentados os seguintes documentos e certidões:

I — os documentos de identificação das partes e das demais pessoas que comparecerem na escritura pública, quando julgados necessários pelo Tabelião;

II — o comprovante do pagamento do Imposto sobre a Transmissão de Bens

Imóveis e de Direitos a eles Relativos, quando incidente sobre o ato, ressalvadas as hipóteses em que a lei autorize a efetivação do pagamento após a sua lavratura;

III — as certidões fiscais, assim entendidas:

a) em relação aos imóveis urbanos, as certidões referentes aos tributos que incidam sobre o imóvel, observado o disposto no § 2.º, deste artigo;

b) em relação aos imóveis rurais, o Certificado de Cadastro emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, com a prova de quitação do último Imposto Territorial Rural lançado ou, quando o prazo para o seu pagamento ainda não tenha vencido, do Imposto Territorial Rural correspondente ao exercício imediatamente anterior;

IV — a certidão de ações reais e pessoais reipersecutórias, relativas ao imóvel, e a de ônus reais, expedidas pelo Registro de Imóveis competente, cujo prazo de validade, para este fim, será de 30 (trinta) dias;

V — os demais documentos e certidões, cuja apresentação seja exigida por lei.

§ 1.º — O Tabelião consignará na escritura pública a apresentação dos documentos e das certidões mencionadas nos incisos II, III, IV e V, deste artigo.

§ 2.º — As certidões referidas na letra **a**, do inciso III, deste artigo, somente serão exigidas para a lavratura das escrituras públicas que impliquem a transferência de domínio e a sua apresentação poderá ser dispensada pelo adquirente que, neste caso, responderá, nos termos da lei, pelo pagamento dos débitos fiscais existentes.

§ 3.º — A apresentação das certidões previstas no inciso IV, deste artigo, não eximirá o outorgante da obrigação de declarar na escritura pública, sob pena de responsabilidade civil e penal, a existência de outras ações reais e pessoais reipersecutórias, relativas ao imóvel, e de outros ônus reais incidentes sobre o mesmo.

Art. 2.º — O Tabelião fica desobrigado de manter, em cartório, o original ou cópias autenticadas das certidões mencionadas nos incisos III e IV, do art. 1.º, desde que transcreva na escritura pública os elementos necessários à sua identificação, devendo, neste caso, as certidões acompanharem o traslado da escritura.

Art. 3.º — Na escritura pública relativa a imóvel urbano cuja descrição e caracterização conste da certidão do Registro de Imóveis, o instrumento poderá consignar, a critério do Tabelião, exclusivamente o número do registro ou matrícula no Registro de Imóveis, sua completa localização, logradouro, número, bairro, cidade, Estado e os documentos e certidões mencionados nos incisos II, III, IV e V, do art. 1.º.

Art. 4.º — As disposições deste decreto aplicam-se, no que couberem, ao instrumento particular previsto no art. 61, da Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964, modificada pela Lei n.º 5.049, de 29 de junho de 1966, ao qual se anexarão os documentos e as certidões apresentadas.

Art. 5.º — Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 6.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 09 de setembro de 1986, 165.º da Independência e 98.º da República.

JOSÉ SARNEY
**Paulo Brossard**

* Anotar na pág. 136 do Volume IV: "Regulamentação: Ver pág. 107 do Volume V".

## LEI N.º 7.538, DE 24 DE SETEMBRO DE 1986

**Suspende a execução de setença em ações de despejo e dá outras providências.**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Nas ações de despejo relativas a prédios urbanos residenciais e não residenciais, regidas pela Lei n.º 6.649, de 16 de maio de 1979, nenhuma sentença será executada, a partir da data da vigência desta Lei e até o dia 1.º de março de 1987, ressalvado o disposto no art. 4.º desta Lei.

Parágrafo único. Se, na data da vigência desta Lei, já houver decorrido o prazo fixado pelo juiz para a desocupação, e a retomada ainda não se tiver efetivado, suspender-se-á a sua execução até o dia 1.º de março de 1987.

Art. 2.º — O prazo fixado pelo juiz para a desocupação do prédio, nas ações de que trata o artigo anterior não correrá entre a data da vigência desta Lei e o dia 1.º de março de 1987.

Parágrafo único. O prazo suspenso recomeçará a correr no dia 2 (dois) de março de 1987, por tempo igual ao que faltava para a sua complementação.

Art. 3.º — Ficam suspensos, a partir da data da vigência desta Lei, e até o dia 1.º de março de 1987, os processos de revisão judicial do aluguel (§§ 4.º e 5.º do art. 49 da Lei n.º 6.649, de 16 de maio de 1979 modificada pela Lei n.º 6.698, de 15 de outubro de 1979).

§ 1.º — Nas ações de revisão do aluguel, ajuizadas na vigência desta Lei, suspender-se-á o processo imediatamente após a citação do réu.

§ 2.º — Findo o prazo da suspensão, o escrivão fará os autos conclusos ao juiz, que ordenará o prosseguimento do processo.

Art. 4.º — Não se aplicam as disposições desta Lei:

I — às locações de prédios urbanos previstas no inciso II do art. 54 da Lei n.º 6.649, de 16 de maio de 1979;

II — às locações de prédios urbanos residenciais e não residenciais cuja retomada tenha por fundamento:

a) a falta de pagamento do aluguel ou dos demais encargos;

b) a infração pelo locatário de qualquer outra obrigação legal ou contratual;

c) a rescisão do contrato de trabalho, quando a ocupação do imóvel se relacionar com o emprego;

d) a necessidade de efetuar reparações urgentes no prédio locado, determinadas por autoridade pública, que não possam ser normalmente executadas com permanência do locatário no imóvel, ou podendo ser, ele se recuse em consenti-las;

e) a necessidade, manifestada pelo proprietário, promitente comprador ou promitente cessionário de um único imóvel residencial (VETADO) e que esteja residindo em prédio alheio ou dele se utilizando, de retomar o prédio locado para uso próprio.

Art. 5.º — As disposições desta Lei aplicar-se-ão desde logo aos processos pendentes, ressalvados aqueles cujas ações de despejo para a retomada de prédios urbanos residenciais tenham sido propostas antes de 28 de fevereiro de 1986, com fundamento no inciso III ou no inciso X do art. 52 da Lei n.º 6.649, de 16 de maio de 1979.

Art. 6.º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 23 de setembro de 1986, 165.º da Independência e 98.º da República.

JOSÉ SARNEY
**Paulo Brossard**

• • •

# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

CEP. 37.580 — ESTADO DE MINAS GERAIS

N.o : 02/92

Assunto : REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS DOS ANOS DE 1.979,80 e 81

Serviço : da Presidência

Data : 23/01/92

Excelentíssimo Senhor
Mário Márcio Zucato
DD. Prefeito Municipal
NESTA

Pela presente, vimos requisitar de Vossa Excelência, documentos abaixos relacionados dos exercicios de 1.979, 1980 e 1.981, conforme requisição da Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, no prazo de 15(quinze) dias .

1) Demonstração da Aplicação dos Fundos Federais e Estaduais; (1.979 e 1.981)

2) Quadro demonstrativo dos bens incorporados ao Patrimônio Municipal; (1.979, 1.980 e 1.981)

3) Exemplar de publicação dos balanços.(1979 e 1981).

Atenciosamente.

Carlos Rodrigues
Presidente da Câmara

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Belo Horizonte, 14 de janeiro de 1992

Senhor Presidente

Município: MONTE SIÃO
Exercício: 1980-1981
Processo: 009124/81-004708/82

O Egrégio Tribunal de Contas deste Estado, ao analisar a Prestação de Contas em epígrafe, emitiu parecer prévio considerando IRREGULARES tais contas, por falta de documentos essenciais ao seu exame (relação anexa), deixando, em consequência, a responsabilidade pelo julgamento da exatidão das referidas Contas a essa Ilustrada Câmara.

A propósito, por maioria qualificada, essa Câmara Municipal houve por bem em aprovar tais Contas.

Agora, com a nova atribuição do Ministério Público - estendida sua atuação também junto ao Tribunal de Contas' - por força do artigo 124 da Constituição Estadual, os processos' passaram a ser remetidos obrigatoriamente aos Procuradores de Justiça, a fim de que a aplicação correta das verbas públicas e da Lei, sejam fiscalizadas mais de perto, a ponto de poderem requisitar a instauração de inquérito policial para se for o caso, processar Prefeitos, Vereadores, Ordenadores de Despesas, Prestadores de Contas, etc., visando sempre a moralidade pública, com consequente condenação nas sanções criminais, cíveis ou administrativas os

Excelentíssimo Senhor

Presidente da Câmara Municipal de MONTE SIÃO

prováveis responsáveis.

Dessa forma, por não estarmos, data venia, adstritos à decisão dessa Câmara, e estando em nossas mãos o processo dessa Municipalidade acima caracterizado e, antes que o constrangimento acima venha a ocorrer, vimos REQUISITAR, sob pena de responsabilidade, no prazo máximo de 30 dias, a remessa dos documentos até então faltosos, bem como as informações que serviram de base para a aprovação das Contas, para a nossa análise sobre a ocorrência ou não de crime (peculato, sonegação de documentos, etc.), devendo ser encaminhados diretamente a esta Procuradoria (Av. Raja Gabaglia, nº 1315 - 1º andar - Cep. 30.380).

Esgotado aquele prazo sem que as providências tenham sido cumpridas, esta Procuradoria deverá requisitar da autoridade policial competente, a abertura do respectivo inquérito.

Certos de sua atenção sobre o assunto subscrevemo-nos,

respeitosamente,

PROCURADORIA DE JUSTIÇA
NEILA DO CARMO FANUCHI
Procuradora de Justiça
junto ao Tribunal de Contas

PREFEITURA MUNICIPAL DE Monte. Sião. . .
EXERCÍCIO DE . 1980.

A Prefeitura Municipal de Monte...Sião.....
....1980..... deixou de encaminhar a este Corte de Contas, os seguintes documentos:

Item 2- Letras

K - Resoluções legislativas fixando subsídio e Representação do Prefeito.

L - Resoluções legislativas fixando o subsídio dos vereadores.

J - Quadro demonstrativo dos bens incorporados ao Patrimônio municipal.

Wéliallace
Assistente T. C. Externo

PREFEITURA MUNICIPAL DE Jaconé Sino

EXERCÍCIO DE 1981

A Prefeitura Municipal de Jaconé Sino

_____ deixou de encaminhar a esta Corte de

Contas os seguintes documentos:

1 Relação legislativa [illegible]

1 Relação legislativa [illegible]

1 Demonstrativo da aplicação do Fundo Federal [illegible]

1 Relação demonstrativa dos bens incorporados ao Patrimônio municipal;

1 Uma amostra da publicação dos balanços

Visto. À Consideração do Senhor Diretor

DFOM 3º SFFO 22/05/89

* [illegible]

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Belo Horizonte, 14 de janeiro de 1982

Senhor Presidente

Município: MONTE SIÃO
Exercício: 1979
Processo: 005004/80

O Egrégio Tribunal de Contas deste Estado, ao analisar a Prestação de Contas em epígrafe, emitiu parecer prévio considerando IRREGULARES tais contas, por falta de documentos essenciais ao seu exame (relação anexa), deixando, em consequência, a responsabilidade pelo julgamento da exatidão das referidas Contas a essa Ilustrada Câmara.

A propósito, por maioria qualificada, essa Câmara Municipal houve por bem em aprovar tais Contas.

Agora, com a nova atribuição do Ministério Público - estendida sua atuação também junto ao Tribunal de Contas' - por força do artigo 124 da Constituição Estadual, os processos' passaram a ser remetidos obrigatoriamente aos Procuradores de Justiça, a fim de que a aplicação correta das verbas públicas e da Lei, sejam fiscalizadas mais de perto, a ponto de poderem requisitar a instauração de inquérito policial para se for o caso, processar Prefeitos, Vereadores, Ordenadores de Despesas, Prestadores de Contas, etc., visando sempre a moralidade pública, com consequente condenação nas sanções criminais, cíveis ou administrativas os

Excelentíssimo Senhor

Presidente da Câmara Municipal de MONTE SIÃO

IO/MG

MOD. PGJ - 4

prováveis responsáveis.

Dessa forma, por não estarmos, data venia, adstritos à decisão dessa Câmara, e estando em nossas mãos o processo dessa Municipalidade acima caracterizado e, antes que o constrangimento acima venha a ocorrer, vimos REQUISITAR, sob pena de responsabilidade, no prazo máximo de 30 dias, a remessa dos documentos até então faltosos, bem como as informações que serviram de base para a aprovação das Contas, para a nossa análise sobre a ocorrência ou não de crime (peculato, sonegação de documentos, etc.), devendo ser encaminhados diretamente a esta Procuradoria (Av. Raja ' Gabaglia, nº 1315 - 1º andar - Cep. 30.380).

Esgotado aquele prazo sem que as providências' tenham sido cumpridas, esta Procuradoria deverá requisitar da autoridade policial competente, a abertura do respectivo inquérito.

Certos de sua atenção sobre o assunto subscrevemo-nos,

respeitosamente,

PROCURADORIA DE JUSTIÇA
NEILA DO CARMO FANUCHI
Procuradora de Justiça
junto ao Tribunal de Contas

PREFEITURA MUNICIPAL DE Monte Sião
EXERCÍCIO DE 1979

A Prefeitura Municipal de Monte Sião
1979 deixou de encaminhar a este Corte de Contas, os
seguintes documentos:

Item 2 - Letras.

R - Resoluções legislativas fixando o subsídio e a Representação do Prefeito.

I - Resoluções legislativas fixando o subsídio dos vereadores.

O - Demonstração da aplicação dos fundos Fed. e Est.

Q - Quadro demonstrativo dos bens incorporados ao Patrimônio municipal.

U - Exemplar da publicação dos balanços.

Wéliallace
Assistente T.C. Interno

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
GABINETE DO PRESIDENTE

Belo Horizonte, 13 de setembro de 1989.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Conforme o previsto no art. 11, parágrafo único, das Disposições Transitórias da Constituição Federal, cada Câmara Municipal deverá, num prazo de até seis meses depois da promulgação da Lei Maior Estadual, votar a Lei Orgânica respectiva, respeitados os preceitos estabelecidos na Constituição Federal e na Constituição Estadual.

Como os Parlamentares e a assessoria desta Casa têm sido constantemente solicitados a prestar orientação acerca da questão, esta Assembléia Legislativa houve por bem promover o simpósio "A Nova Constituição Estadual e o Processo de Elaboração das Leis Orgânicas Municipais", visando sobretudo a prestar esclarecimentos aos senhores vereadores no que concerne ao processo, através do repasse da experiência advinda da elaboração da Constituição Estadual, a ser promulgada no próximo dia 21 de setembro.

Do evento, a ser realizado nos próximos dias 10 e 11 de outubro, poderão participar, além dos vereadores, prefeitos, procuradores e assessores das Prefeituras e Câmaras Municipais, estudantes de Direito e representantes dos segmentos da sociedade civil interessados no processo.

Na oportunidade, reiterando a importância do encontro, venho encarecer a necessidade de que essa Câmara se faça presente ao simpósio.

Envio-lhe em anexo cópias do programa, assim como as fichas de inscrição que deverão ser remetidas ao Cerimonial desta Assembléia Legislativa até o dia 6 de outubro. Considerando eventuais dificuldades de postagem, tais inscrições poderão também ser feitas pelo interessado através do telefone 031-349.7135, até a data acima estabelecida.

Sem mais no momento, valho-me do ensejo para consignar a V. Exª protestos de eminente estima e relevante consideração.

Deputado Kemil Kumaira
Presidente